



PROJETO DE LEI

PLANO PLURIANUAL DE FORTALEZA PPA

2026 - 2029



FORTALEZA
PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2026-2029

Fortaleza, 2025



Prefeito de Fortaleza

Evandro Sá Barreto Leitão

Vice-Prefeita de Fortaleza

Gabriella Pequeno Costa Gomes de Aguiar

Gabinete do Prefeito	Francisco Eudes Ferreira Bringel
Gabinete do Vice-Prefeito	Gabriella Pequeno Costa Gomes de Aguiar
Procuradoria Geral do Município	Hélio das Chagas Leitão Neto
Controladoria e Ouvidoria Geral do Município	Sílvia Helena Correia Vidal
Secretaria Municipal de Governo	Francisco de Castro Menezes Júnior
Secretaria Municipal das Finanças	Márcio Cardeal Queiroz da Silva
Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	Carolina Price Evangelista Monteiro
Secretaria Municipal da Segurança Cidadã	Francisco Márcio de Oliveira
Secretaria Municipal da Educação	Antônio Idilvan de Lima Alencar
Secretaria Municipal da Saúde	Riane Maria Barbosa Azevedo
Secretaria Municipal da Infraestrutura	André Luiz Daher Vasconcelos
Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos	Francisco José de Abreu Machado
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	Gabriella Pequeno Costa Gomes de Aguiar
Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza	Ana Helena do Nascimento Barbosa
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico	Antônio José Porto Mota
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza	Jonas Dezidoro da Silva Filho
Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza	Laila Freitas e Silva
Guarda Municipal de Fortaleza	Cristiane Fernandes da Silva Oliveira Correia

Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor

Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente

Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza

Secretaria Municipal da Juventude

Secretaria Municipal da Mulher

Secretaria Municipal da Proteção Animal

Secretaria Regional 1

Secretaria Regional 2

Secretaria Regional 3

Secretaria Regional 4

Secretaria Regional 5

Secretaria Regional 6

Secretaria Regional 7

Secretaria Regional 8

Secretaria Regional 9

Secretaria Regional 10

Secretaria Regional 11

Secretaria Regional 12

Eneylandia Rabelo Lemos

Anderson Marques Pinheiro

João Vicente Leitão

Denise Sá Vieira Carrá

Júlio Brizzi Neto

Maria de Fátima Bandeira de Paula

Apollo Vicz

Francisco Carlos de Melo

Francisco Márcio Martins Barbosa

Edilardo Eufrásio da Cruz

Washington Luiz Souza Martins Araruna

Raimundo Jovanil Pereira Oliveira

Alexandre Carlos Almeida de Medeiros

Katia Maria Rodrigues de Sousa

Lucimar Vieira Martins

Vanessa Falcão de Souza Castelo Lima

José Barbosa Porto

Júlio César Araujo Costa

Adams Cavalcante Gomes

Coordenadorias Especiais

Coordenadoria Especial de Articulação Política

Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas

Coordenadoria Especial da Primeira Infância

Coordenadoria Especial de Programas Integrados

Coordenadoria Especial de Governança das Regionais

Coordenadoria Especial das Relações Internacionais e Interinstitucionais

Tibério Cesar Burlamaqui

Tecio Nunes Salgado

Lídia Andrade Lourinho

Ana Maria De Carvalho de Fontenele

Francisco Osmar Diogenes Baquit

João Bosco Monte

Administração Indireta

Instituto de Previdência do Município	Aline Vilar de Oliveira
Instituto Dr. José Frota	João Gilberto Gomes Macêdo
Agência de Desenvolvimento da Economia do Mar de Fortaleza	Homero Cals Silva
Agência de Fiscalização de Fortaleza	Guilherme Magalhães Furtado
Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza	Artur José Vieira Bruno
Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania	Luiz Sérgio Menezes da Costa
Agência de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviço Público de Saneamento Ambiental	Paulo Henrique Ellery Lustosa
Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza	Marcelo Lemos Coelho
Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Francisco Evaldo Ferreira Lima
Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza	George Lima de Araújo
Fundação da Criança e da Família Cidadã	Germana Silvia dos Santos
Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza	George Dantas Paiva



SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Carolina Price Evangelista Monteiro
Secretária

José Moaceny Félix Rodrigues Filho
Secretário Adjunto

Patrícia Maria Campos Pinheiro
Secretária Executiva

Assessoria Técnica

Marcello Gonçalves Milliole
Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Mariana de Aguiar Toniatti
Assessoria de Comunicação

Ítalo Davi Barros Cláudio
Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos

Francisco Bruno Martins Rodrigues
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento

Lucineide Alves da Silva
Coordenadoria de Gestão e Modernização Organizacional

Karina Adeodato Araújo Couto
Coordenadoria de Gestão de Aquisições Corporativas

Rosângela de Albuquerque e Silva
Coordenadoria de Gestão do Patrimônio

Cláudia Coelho Ramalho Teixeira
Coordenadoria de Gestão Estratégica de Pessoas

Gislane Santos
Coordenadoria de Apoio ao Servidor Aposentado

José Osman de Oliveira da Silva Filho
Coordenadoria de Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação

Abraão Bezerra de Araújo
Coordenadoria Jurídica

Jaqueline Maranhão de Sousa
Coordenadoria Administrativo-Financeira



EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Coordenação Geral

Carolina Price Evangelista Monteiro
Patrícia Maria Campos Pinheiro
Artur José Vieira Bruno
Francisco Bruno Martins Rodrigues

Coordenação Técnica

Francisco Bruno Martins Rodrigues
Diogo de Matos Pereira

Diagramação

Anamim Dantas Ribeiro Nogueira

Elaboração Técnica COPLAM

Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará
Denise dos Reis Rebouças
Isabella Maria Coelho Veloso
José Carlos Gomes de Freitas Teixeira
José Eudes Pires Rodrigues
José Galdino de Albuquerque
Karoline Torjá de Freitas
Kátia Cilene Feitosa dos Santos
Marcelle Feitosa Alves Barbosa
Marcelo Sobreira Carneiro



MENSAGEM n° DE 29 DE AGOSTO DE 2025

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dos ilustres membros desta Casa Legislativa, nos termos do art. 83, inciso I, e do art. 173 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza para o quadriênio 2026-2029.”

O presente projeto está em conformidade com o art. 165, § 1º da Constituição Federal e com os dispositivos correspondentes da Lei Orgânica Municipal (art. 173, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º). Ele incorpora as ações previstas na agenda estratégica elaborada para o período 2022-2025, articulando-se com as diretrizes, objetivos e metas de longo prazo definidos no Plano Fortaleza 2040.

O PPA 2026-2029 tem como diretriz central a construção de um modelo de planejamento integrado, alinhado com os instrumentos legais existentes, o Plano Fortaleza 2040, o Plano de Governo da atual gestão, o Plano Fortaleza Inclusiva e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Trata-se de uma abordagem baseada nos princípios da nova governança pública, com destaque para a coprodução dos serviços públicos - ou seja, instrumentos construídos em diálogo com as demandas sociais coletadas junto à população.

As ações, programas e atividades propostos estão organizados em Eixos Estratégicos, que buscam garantir políticas públicas articuladas e voltadas à promoção de uma vida mais digna para todos os moradores de Fortaleza, com responsabilidade social e fiscal.

Os sete Eixos Estratégicos do PPA 2026-2029, alinhados aos demais instrumentos do planejamento municipal, são:

- >> Equidade Social e Territorial;
- >> Emprego e Renda;
- >> Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Públicos;
- >> Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade;
- >> Convivência Ambiental Sustentável;
- >> Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano;
- >> Governança e Gestão Pública Compartilhada.

O desenvolvimento deste PPA contou com etapas importantes, que reforçam a expectativa de sua implementação bem-sucedida. Destacam-se: a formulação



de estratégias com base em dados e estudos técnicos; o envolvimento de diversos setores da administração pública; a participação ativa da sociedade civil; o compromisso com a responsabilidade fiscal; e a atenção à conjuntura econômica e às oportunidades de financiamento. Além disso, foram aprimorados os mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados.

Os objetivos previstos para o período 2026-2029 serão executados por meio de programas finalísticos e administrativos, de acordo com as projeções fiscais e com a captação de recursos, incluindo convênios com os Governos Federal e Estadual e operações de crédito. O orçamento estimado do PPA é de R\$ 70,542 bilhões, destes, o valor de R\$ 41,151 bilhões (58,34%) estão destinados aos programas finalísticos e R\$ 23,836 bilhões (33,79%) para programas de apoio administrativo.

O processo participativo que marcou a elaboração do PPA 2026-2029 foi amplamente fortalecido com a realização de 39 Fóruns Territoriais presenciais, abrangendo todos os territórios da cidade, além do lançamento de uma plataforma virtual de participação popular. Essa iniciativa garantiu maior inclusão e representatividade. A participação cidadã, por meio da votação de propostas e manifestações livres, teve dois objetivos principais: subsidiar a elaboração da LOA 2026 (com foco em ações regionalizadas) e levantar diretrizes populares para orientar os programas e projetos do novo PPA.

Destacam-se também as estratégias de Orçamento Temático, que permitem o acompanhamento de políticas públicas prioritárias por meio de uma segmentação do orçamento por áreas estratégicas. Esse modelo de marcação orçamentária possibilita a análise das realizações sob diversas perspectivas, assegurando mais transparência e efetividade.

Entre os temas abordados por essa estratégia estão:

- >> Orçamento Criança e Adolescente (OCA),
- >> Orçamento da Primeira Infância (OPI),
- >> Plano Fortaleza Inclusiva (PFI),
- >> Orçamento de Participação Social,
- >> Orçamento Mulher,
- >> Orçamento Emprego e Geração de Renda,
- >> Orçamento Idoso,
- >> Orçamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Diante do exposto, submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, em regime de urgência, o Projeto de Lei do PPA 2026-2029, na certeza de que os nobres parlamentares, sob a liderança de Vossa Excelência, reconhecerão seu caráter estratégico e sua importância para o futuro da cidade, aprovando esta proposta em benefício dos interesses coletivos da população fortalezense.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza, aos 29 dias do mês de agosto de 2025.

Evandro Sá Barreto Leitão
Prefeito de Fortaleza



Projeto de Lei nº , de de de 2025

Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) do Município de Fortaleza para o quadriênio 2026 - 2029.

O **prefeito municipal de fortaleza**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 1º, da Constituição Federal e no Art. 173, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual 2026-2029 é o instrumento de planejamento governamental, no âmbito da Administração Pública Municipal, que orienta a implementação de políticas públicas e se pauta pelo conjunto de premissas:

- I - Gestão para Resultados;
- II - Realismo fiscal;
- III - Participação social;
- IV - Planejamento de longo prazo - Fortaleza 2040;
- V - Legitimidade e comprometimento;
- VI - Conhecimento e inovação;
- VII - Intersetorialidade;
- VIII - Qualificação da gestão interna.

Art. 3º O Plano Plurianual 2026-2029 organiza a atuação municipal, estruturado nas dimensões estratégica, tática e operacional cujos elementos centrais são: os Eixos Estratégicos correlacionados aos respectivos Objetivos Estratégicos e Programas, além de uma cesta de indicadores estratégicos, assim definidos:



I - Eixo Estratégico: componente da Base Estratégica, representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de direcionar as políticas públicas para proporcionar uma vida mais digna a todos os moradores dos diversos territórios que integram nossa cidade.

II – Objetivo estratégico: fornece uma visão de futuro e direciona a organização de forma clara e concisa para um determinado caminho. Ou seja, o conjunto dos objetivos definidos pela alta gestão estabelece os resultados que se pretende atingir dentro do período estipulado.

III - Programa: componente da Base Tática, consiste no instrumento de organização da ação governamental, visando ao alcance dos resultados desejados, na perspectiva da solução ou amenização de problemas, atendimento de demandas ou criação/aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento para a população fortalezense. O Programa deve ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação, podendo ser:

- a) Finalístico - gera bens e serviços para a sociedade, prioritariamente, ou para o governo, de forma secundária;
- b) Administrativo - voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Município, contemplando iniciativas e entregas padronizadas para todos os órgãos e entidades, destinadas ao apoio, a gestão e a manutenção da atuação governamental;
- c) Especial - não contribui, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não gera entregas à sociedade, nem ao governo, tais como: ações relativas ao pagamento da dívida pública, cumprimento de decisões judiciais, aquisições, previdência social e outras operações especiais que não ensejam contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

IV – Cesta de Indicadores estratégicos: Devido à interconexão entre os Eixos, foi proposta uma cesta de indicadores estratégicos para acompanhar conjuntamente o alcance desses objetivos.

§ 1º Para cada indicador estratégico será estabelecida a expectativa de desempenho ao longo dos quatro anos de vigência do PPA.

§ 2º A aferição do desempenho do PPA no âmbito do objetivo de cada Programa Finalístico será proporcionada pela figura dos indicadores de resultado intermediário, também denominados indicadores programáticos, sendo estabelecidas metas de desempenho ao longo dos quatro anos de vigência do PPA.



CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO

Art. 4º O Plano Plurianual 2026-2029 foi elaborado com base nas diretrizes dispostas em 7 (sete) eixos que congregam programas e ações, inspirados no Plano de longo prazo Fortaleza 2040, atualizados conforme os objetivos estratégicos a seguir relacionados:

I - Eixo 1 - Equidade Social e Territorial:

Objetivo: Reduzir as desigualdades sociais em Fortaleza, visando à diminuição da extrema pobreza e da fome e à promoção da equidade para grupos de pessoas mais vulneráveis.

II - Eixo 2 - Emprego e Renda:

Objetivo: Promover a inclusão socioeconômica em Fortaleza, objetivando a redução da extrema pobreza, o aumento da empregabilidade, a formalização do trabalho e o fortalecimento de novas economias.

III - Eixo 3 - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Públicos:

Objetivo: Fortalecer os serviços públicos em Fortaleza, garantindo acolhimento eficiente e acessível em saúde, educação e outros serviços essenciais, visando à promoção da igualdade e à inclusão de grupos vulneráveis.

IV - Eixo 4 - Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade:

Objetivo: Reduzir as mortes no trânsito em Fortaleza por meio da melhoria do transporte público, ampliação de ciclovia, da melhoria da infraestrutura urbana e viária e da universalização do uso dos espaços públicos.

V - Eixo 5 - Convivência Ambiental Sustentável:

Objetivo: Promover a sustentabilidade ambiental em Fortaleza por meio da gestão eficiente dos recursos naturais, da redução da poluição e degradação ambiental, e da adaptação às mudanças climáticas.



VI - Eixo 6 - Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano:

Objetivo: Preservar o patrimônio cultural de Fortaleza e revitalizar o centro urbano, com projetos que protejam a identidade histórica e promovam melhorias em áreas turísticas.

VII - Eixo 7 - Governança e Gestão Pública Compartilhada:

Objetivo: Fortalecer o serviço público e a participação popular em Fortaleza, promovendo o diálogo efetivo com a população e implementando políticas públicas participativas.

Art. 5º Integram o PPA 2026-2029 as seguintes partes:

- a) Cap. 1 - Introdução;
- b) Cap. 2 - Diagnóstico e Perspectivas para a Cidade;
- c) Cap. 3 - Processo de Planejamento Participativo - PPA;
- d) Cap. 4 - Dimensão Estratégica do PPA 2026-2029;
- e) Cap. 5 - Matriz Programática;
- f) Cap. 6 - Financiamento do Plano;
- g) Cap. 7 - Governança do Plano.
- h) Anexos da Lei.

Art. 6º Os programas e as ações deste Plano Plurianual serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 7º O valor global dos Programas, as Metas e os enunciados dos objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º A exclusão ou a alteração de atributos dos programas constantes desta Lei ou a inclusão de um novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei.

Art. 9º Observado o disposto no artigo 8º desta Lei, o Plano Plurianual incorporará automaticamente as alterações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais aprovadas pela Câmara Municipal, bem como por seus créditos adicionais, que atualizem os atributos das ações para o período de 2026 a 2029. Compete



à Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) efetivar os ajustes necessários para o alinhamento dos instrumentos de planejamento.

Art. 10 A Prefeitura Municipal de Fortaleza poderá formular revisões gerais do PPA durante sua execução, devendo submetê-las à aprovação da Câmara Municipal.

Art. 11 A Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) disponibilizará no Portal da Prefeitura na internet a lei e os anexos do PPA atualizados em até 30 dias após sua aprovação original ou de suas alterações.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA DO PLANO PLURIANUAL

Art. 12 A governança do PPA 2026-2029 visa a alcançar os objetivos e as metas estabelecidos, sobretudo para a garantia de acesso às políticas públicas e de sua fruição pela sociedade e busca o aperfeiçoamento dos:

- I - Mecanismos de implementação e integração de políticas públicas;
- II - Critérios de regionalização de políticas públicas; e
- III - Mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026-2029.

Art. 13 A gestão do PPA 2026-2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão deste Plano Plurianual.

Art. 14 O Plano Plurianual será sistemática e operacionalmente acompanhado e monitorado para averiguação do cumprimento dos objetivos, metas e ações dos programas de governo, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG).

Parágrafo Único. Caberá à SEPOG definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para o monitoramento dos programas especificados no caput, junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 15 Os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela condução dos programas deverão manter atualizados, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela SEPOG, as informações relacionadas com a execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.



Art. 16 O Poder Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de 2028 e 30 de abril de 2030, relatório de avaliação do Plano Plurianual, respectivamente aos biênios 2026-2027 e 2028-2029.

§1º Caberá ao Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (IPPLAN Fortaleza), em articulação com a SEPOG, a coordenação e a elaboração do relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente aos biênios definidos no caput deste artigo.

§2º O relatório a que se refere o caput deste artigo conterà no mínimo:

- I - Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se for o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;
- II - Demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;
- III - Acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;
- IV - Avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento da execução e avaliação do Plano Plurianual de que trata esta Lei.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, aos 29 dias do mês de Agosto de 2025.

Evandro Sá Barreto Leitão
Prefeito de Fortaleza



Sumário

Capítulo 1

Introdução.....19

Capítulo 2

Diagnóstico e Perspectivas para a Cidade.....23

Capítulo 3

Processo de Planejamento Participativo.....40

Capítulo 4

Dimensão Estratégica.....79

EIXO 1 - Equidade Social e Territorial.....80

EIXO 2 - Emprego e renda.....80

EIXO 3 - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais.....81

EIXO 4 - Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade.....81

EIXO 5 - Convivência Ambiental Sustentável.....82

EIXO 6 - Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano.....82

EIXO 7 - Governança e Gestão Pública Compartilhada.....83

Capítulo 5

Matriz Programática de Governo.....87

Capítulo 6

Financiamento do Plano.....103

Capítulo 7

Governança do PPA 2026-2029.....114



1

INTRODUÇÃO



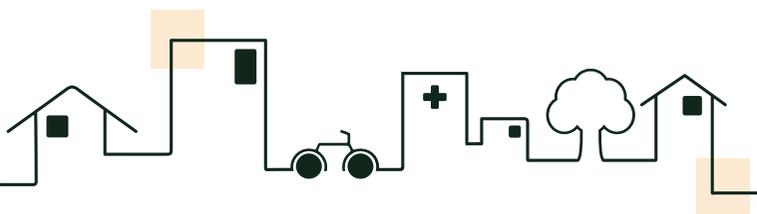
Introdução

A construção do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 da cidade de Fortaleza tem como premissa fundamental a retomada de um planejamento público integrado, direcionado à superação dos desafios sociais, econômicos e territoriais que marcam a realidade urbana atual. A elaboração deste plano foi orientada por um esforço coletivo para reconstruir a capacidade do Município de planejar, executar e monitorar políticas públicas mais alinhadas às necessidades reais da população, especialmente frente ao agravamento de indicadores sociais e à ampliação das desigualdades.

O processo de formulação do PPA 2026-2029 considerou, entre outros fatores, a intensificação da pobreza extrema, que atingiu 19,6% da população em 2023, em comparação aos 8,7% registrados em 2012; o aumento da taxa de analfabetismo, de 3,17% em 2021 para 4,69% em 2023; a crescente mortalidade infantil; a queda no desempenho do IDEB nos anos iniciais; e a expansão de assentamentos precários no território. Soma-se a isso uma cobertura de esgotamento sanitário ainda insuficiente, atingindo menos da metade da população, e o crescimento urbano acima da média das demais capitais brasileiras, conforme apontado pelo Censo Demográfico mais recente. Embora as projeções do PIB municipal indiquem crescimento, este não tem se traduzido em maior equidade na distribuição de renda, ampliando as disparidades socioeconômicas, além de outros desafios e análises que serão detalhados nos capítulos subsequentes.



Além dos desafios estruturais, observa-se baixa utilização de recursos digitais pela administração pública municipal para comunicação com a população, bem como a fragilização dos mecanismos de participação social, exemplificada pela inatividade dos Fóruns Territoriais entre 2021 e 2024. Diante desse cenário, o PPA 2026-2029 adota como diretriz a construção de um modelo de planejamento integrado, com ênfase na articulação entre os instrumentos legais, as diretrizes do Plano Fortaleza 2040, o Plano de Governo do atual prefeito e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A proposta metodológica adotada incorporou mecanismos de integração entre os diversos planos estratégicos setoriais e o orçamento público, promovendo a revisão/elaboração e elaboração do planejamento estratégico de 100% dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).





Essa atividade foi realizada com base em oficinas técnicas e diálogo estruturado com os gestores e servidores, alinhando os projetos institucionais aos resultados pactuados pela gestão e junto à sociedade, com respaldo no Plano de Governo e na reforma administrativa mais recente, que reconfigurou a estrutura organizacional da Prefeitura para evitar sobreposição de ações e fortalecer novas áreas estratégicas a exemplo das Secretarias da Mulher, de Relações Comunitárias e de Proteção Animal e, aumentar a assertividade e qualidade das ações municipais.

Tendo como base os planejamentos estratégicos focados nos resultados estratégicos, os elementos construídos foram integrados à matriz programática, revelando uma série de interconexões de órgãos com políticas intersetoriais, agrupadas por programas de governo, onde diversas ações conectadas buscam o alcance do objetivo programático.

Com um cenário fiscal marcado por restrições e contingenciamentos no Tesouro Municipal, a integração entre os instrumentos de planejamento revelou-se essencial para otimizar os recursos disponíveis e direcionar os investimentos públicos de forma mais eficiente e com maior impacto social. O processo participativo foi retomado de maneira robusta, com a realização de 39 Fóruns Territoriais presenciais - um em cada território da cidade - e a disponibilização de uma plataforma virtual para contribuições da população, garantindo maior abrangência e acessibilidade.

As contribuições colhidas foram sistematizadas pela Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), que coordenou o processo de tradução das propostas em linguagem de planejamento público, estruturando o PPA em três níveis: estratégico (missão, visão, valores, eixos temáticos, objetivos e indicadores estratégicos), tático (programas, objetivos e seus indicadores) e operacional (ações e produtos). A estrutura adotada é orientada pela lógica da gestão para resultados, priorizando a mensuração de impactos sociais em detrimento de meras entregas físicas, com a substituição, sempre que possível, de indicadores de esforço por indicadores de resultado para aferir o cumprimento dos objetivos.

O plano mantém a compatibilidade com o instrumento de planejamento de longo prazo da cidade - Fortaleza 2040, assegurando continuidade no monitoramento e avaliação de políticas públicas por eixos temáticos estratégicos. Estão estes definidos em sete, que traduzem os objetivos principais da administração municipal para o quadriênio:

1. Reduzir a desigualdade social e territorial na cidade;
2. Garantir a segurança viária, mobilidade urbana e acessibilidade;
3. Promover acolhimento inclusivo e qualificado nos serviços públicos;
4. Fomentar uma convivência ambiental sustentável;
5. Ampliar e qualificar as condições de emprego e renda;
6. Valorizar e preservar o patrimônio cultural e requalificar o centro urbano;
7. Implementar governança e gestão pública compartilhada.



Além disso, o PPA 2026-2029 foi concebido com base em referências estratégicas como a avaliação do PPA 2022-2025 e a revisão da estrutura programática de governo, buscando fortalecer a coerência entre diagnóstico, objetivos e instrumentos de planejamento e orçamento.

A estrutura do presente plano é composta pelos seguintes capítulos:

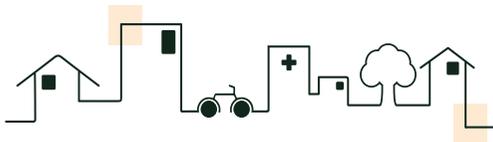
- >> Introdução;
- >> Diagnóstico e Perspectivas para a Cidade;
- >> Processo de Planejamento Participativo;
- >> Dimensão Estratégica do Plano;
- >> Matriz Programática de Governo;
- >> Financiamento do Plano;
- >> Governança do Plano.

Cada capítulo detalha aspectos fundamentais da construção do PPA, oferecendo uma visão integrada das ações planejadas e da forma como serão conduzidas nos próximos quatro anos.



2

DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA A CIDADE

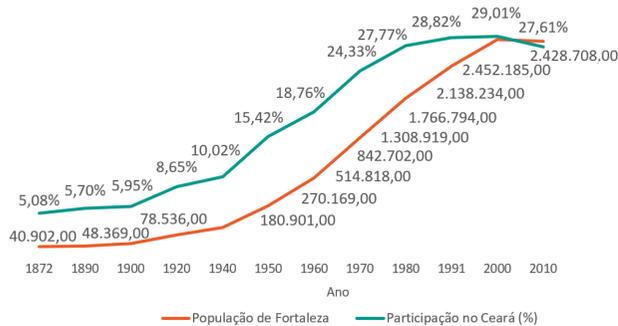


>> Perfil Socioeconômico

POPULAÇÃO

Entre 2010 e 2022, Fortaleza apresentou uma discreta redução populacional, em torno de 1%, correspondendo a uma perda de 23.477 habitantes. Contudo, permanece como a cidade mais populosa do estado, concentrando 27,6% da população estadual.

Gráfico 1: População de Fortaleza e participação no Ceará

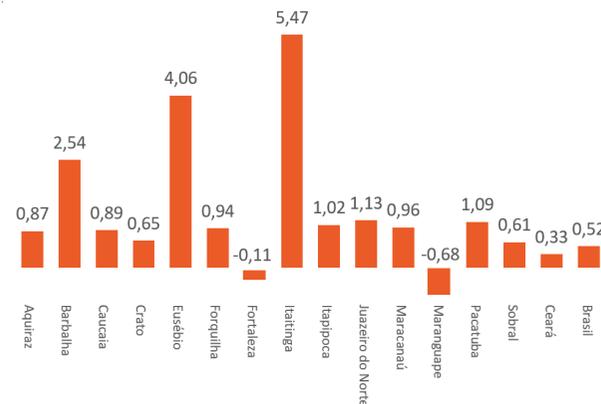


Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração: Ipplan.

O gráfico 2 aponta que Fortaleza teve uma das menores taxas de crescimento populacional entre os gran-

des centros do Ceará e do Brasil. Entretanto, cidades como Eusébio, Itaitinga e Barbalha, demonstraram um crescimento mais expressivo, o que pode ter sido causado por um movimento de expansão periférica e urbanização de municípios vizinhos.

Gráfico 2: Taxa de crescimento das cidades mais populosas do Ceará e Brasil.

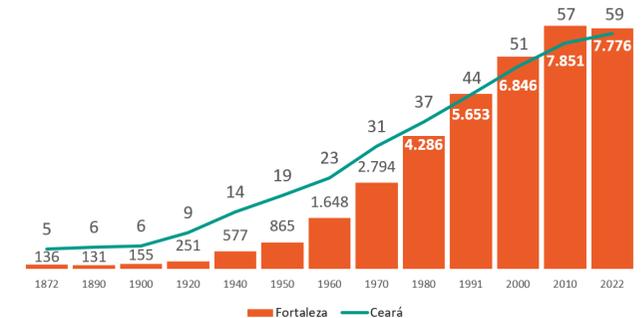


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022. Elaboração: Ipplan.

A densidade populacional de Fortaleza permanece

extremamente elevada (Gráfico 3), posicionando-a como a capital brasileira com maior concentração de habitantes por km², tendo uma densidade 323 vezes superior à média nacional, que é de 24 hab/km² (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3: Densidade demográfica de Fortaleza e do Ceará



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022. Elaboração: Ipplan.

Fortaleza lidera o ranking de densidade demográfica entre as capitais brasileiras (gráfico 4), superando inclusive São Paulo e Rio de Janeiro.



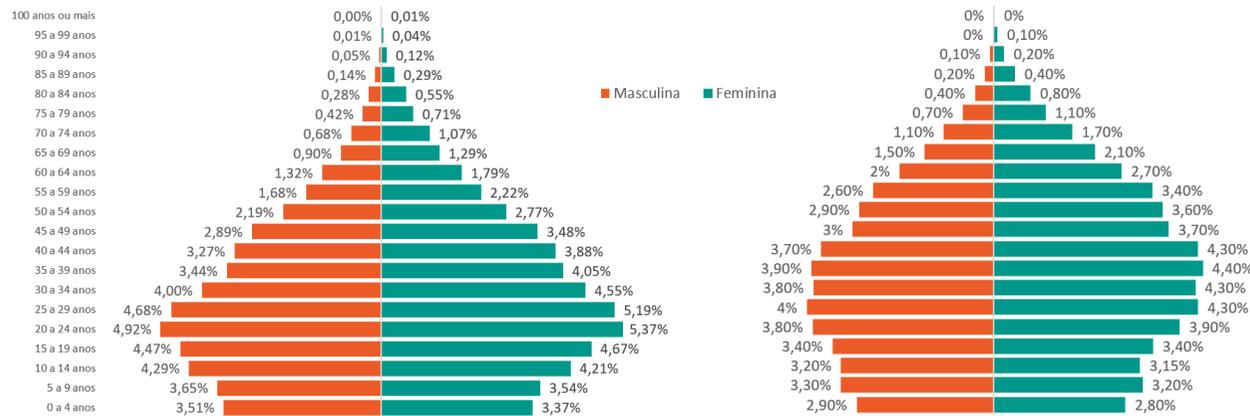
Gráfico 4: Densidade demográfica das capitais brasileiras - 2022



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022. Elaboração: Ipplan.

A comparação entre as pirâmides etárias dos dois censos aponta um processo de envelhecimento populacional (gráfico 5). Observa-se uma redução proporcional da população mais jovem (0 a 14 anos) e um aumento dos adultos e idosos.

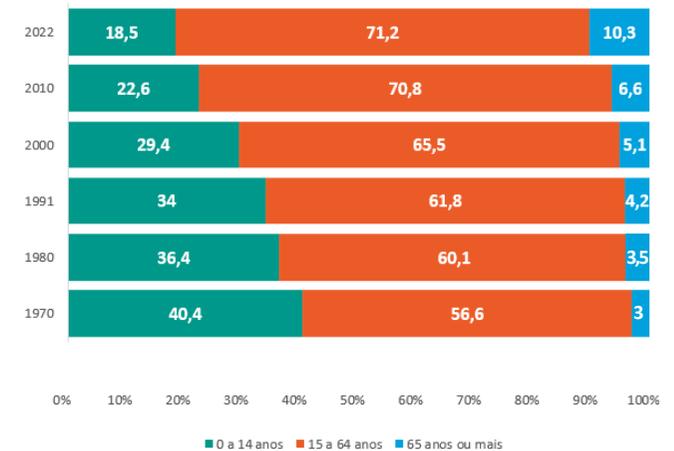
Gráfico 5: Pirâmide etária de Fortaleza – 2010 e 2022.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração: Ipplan.

O gráfico 6 apresenta a evolução da estrutura etária da população da cidade entre os censos de 1970 a 2022. Nota-se um aumento percentual da faixa etária de 0 a 14 anos até a década de 1990, seguido por uma desaceleração a partir dos anos 2000. Já a população entre 15 e 64 anos mostra uma tendência de crescimento contínuo ao longo de todo o período analisado. De modo geral, observa-se uma redução na proporção de crianças e adolescentes (0 a 14 anos) e um aumento progressivo nas faixas etárias de 15 a 64 anos e acima de 65 anos.

Gráfico 6: Composição da população de Fortaleza 1970 a 2022



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração: Ipplan

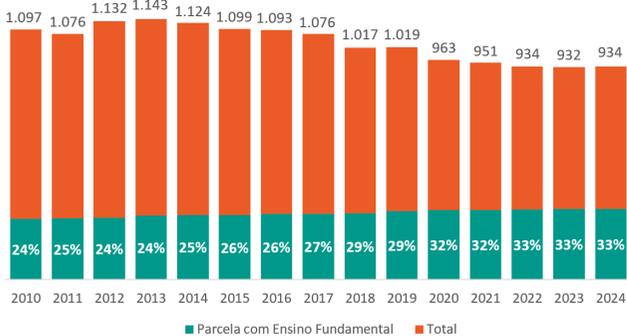


EDUCAÇÃO

Os indicadores educacionais apresentados nesta seção têm como objetivo oferecer um panorama do setor, abordando aspectos relacionados à infraestrutura (quantidade de estabelecimentos de ensino fundamental), à trajetória escolar (taxas de distorção idade-série) e ao desempenho escolar (pontuação no IDEB).

No que se refere à estrutura física, observa-se que, nos últimos anos, o município de Fortaleza tem apresentado uma baixa expansão no número de estabelecimentos de ensino fundamental da rede municipal, conforme demonstra o Gráfico 7.

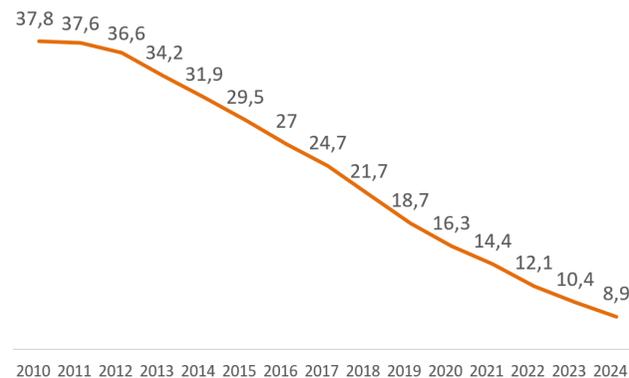
Gráfico 7: Estabelecimentos com ensino fundamental – Rede municipal e total de todas as redes de ensino.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica. Elaboração: Ipplan.

A taxa de distorção idade-série mede o percentual de alunos matriculados que estão dois ou mais anos atrasado em relação à série que deveria estar cursando, considerando sua idade, ou seja, quanto mais baixa for essa taxa, maior é a proporção de alunos cursando a série adequada para sua idade. Percebe-se que, ao longo do anos, o município de Fortaleza tem reduzido consideravelmente essa taxa, registrando, em 2024, o menor valor dos últimos 14 anos, 8,9%, conforme o gráfico 8.

Gráfico 8: Taxa de distorção série-idade - Rede municipal (%)



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica. Elaboração: Ipplan.

O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) é um importante indicador que mede a qualida-

de de ensino da educação básica, calculado a cada dois anos. O Gráfico 9 apresenta os resultados observados e a meta estipulada de 2007 a 2021. O município tem mostrado um crescimento contínuo, superando as metas em todo o período analisado. Em 2023, Fortaleza registrou nota 5,9, acima da meta de 5,5, evidenciando um desempenho consistente e avanços significativos na educação municipal.

Gráfico 9: IDEB - Meta (barra) e nota (linha) observada da rede municipal – Anos iniciais



Fonte: MEC/Inep. Elaboração: Ipplan.

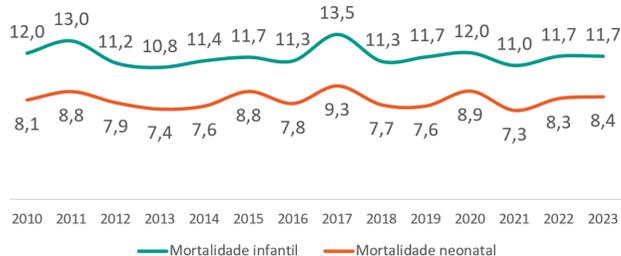
SAÚDE

Na área da Saúde, um dos principais indicadores a ser considerado é a taxa de mortalidade infantil, calculada pela razão entre o número de óbitos



de crianças menores de um ano e o total de nascidos vivos. No gráfico 10 tem-se a mortalidade infantil (entre 28 e 365 dias de nascido) e a mortalidade neonatal (entre 0 e 27 dias de nascido). Quanto à mortalidade infantil, tem-se uma variação que vai de 10,8%, em 2013, a 13,54%, em 2017, mantendo-se em 11,73% nos dois últimos anos analisados, 2022 e 2023. Para a mortalidade neonatal, tem-se uma flutuação entre 9,29% e 7,28%, 2017 e 2021, respectivamente, chegando a 8,4% em 2023.

Gráfico 10: Taxa de mortalidade infantil em Fortaleza

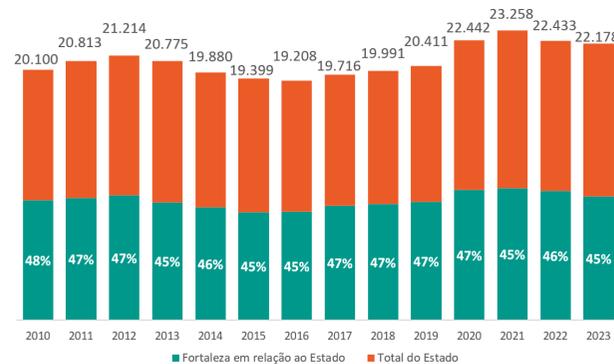


Fonte: Ministério da Saúde/CENEPI: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Elaboração: Ipplan.

Relacionado ao número de leitos em unidade de saúde, o gráfico 11 indica que Fortaleza tem quase metade dos leitos disponíveis no Ceará, com valor absoluto médio de 10.168,6 leitos nos 5 últimos

anos observados, de 2019 a 2023. Comparativamente, a capital representa 28% da população estadual.

Gráfico 11: Leitos em unidade de saúde.



Fonte: Secretaria da Saúde, SESA - CE. Elaboração: Ipplan.

O Gráfico 12 detalha o número total de unidades de saúde e, especificamente, as que integram a rede municipal. Ao longo da série histórica, observa-se que as unidades de saúde municipais representam consistentemente mais de 75% do total.

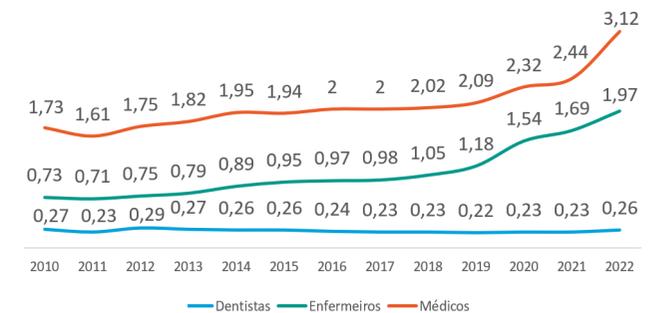
Gráfico 12: Unidades de saúde — Comparativo entre a rede municipal e o total de redes (municipal, estadual e federal)



Fonte: Secretaria da Saúde, SESA - CE. Elaboração: Ipplan.

No gráfico 13, tem-se a série histórica da cobertura de profissionais médicos, dentistas e enfermeiros que atendem à população de Fortaleza via SUS, ou seja, a quantidade de profissionais para cada mil habitantes.

Gráfico 13: Profissionais de saúde de ensino superior ligados ao SUS por mil habitantes



Fonte: Secretaria da Saúde, SESA - CE. Elaboração: Ipplan.

ECONOMIA

O gráfico 14 apresenta uma série histórica do Produto Interno Bruto (PIB) de Fortaleza ao longo de 9 anos, de 2002 à 2021. Observa-se um crescimento constante, ou seja, crescimento desconsiderando a inflação, do período de 2002 a 2019, passando de R\$ 13,41 bilhões para R\$ 67,401 bilhões, respectivamente. Em 2020, houve uma redução para R\$ 64,82 bilhões, reflexo da crise provocada pela pandemia de COVID-19, segui-



da de uma retomada em 2021, com o PIB atingindo R\$ 73,43 bilhões. Dessa forma, pode-se inferir que a economia da cidade produziu mais bens e serviços em um determinado período, porém para analisar os impactos diretos à população, é preciso observar outros indicadores como distribuição de renda, pobreza, emprego e inflação. Apesar do avanço econômico, Fortaleza ainda apresenta elevados níveis de desigualdade, com o Coeficiente de Gini estimado em 0,566 em 2023.

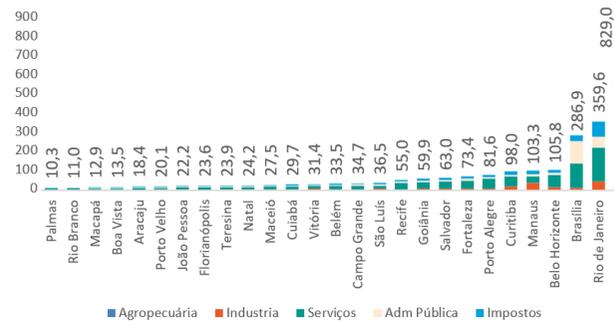
Gráfico 14: Produto Interno Bruto (PIB) de Fortaleza – 2012 a 2021 (em R\$ bilhões)

Fonte: IBGE/SNC. Elaboração: Iplan.



Em um comparativo com outras capitais brasileiras, com dados de 2021, Fortaleza possui o oitavo maior PIB do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba e Porto Alegre. Entre as capitais do Nordeste, Fortaleza detém o maior PIB, seguida por Salvador (R\$ 62,95 bilhões) e Recife (R\$ 54,97 bilhões).

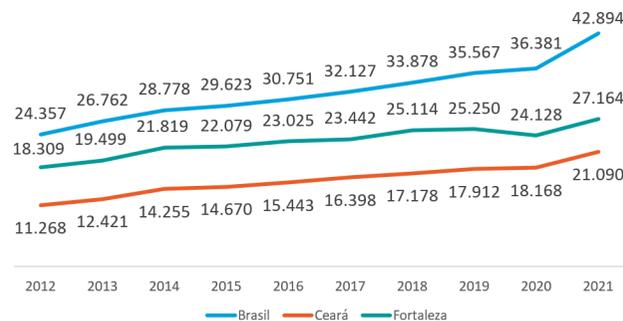
Gráfico 15: Produto Interno Bruto das capitais brasileiras – 2021 (em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE/SNC. Elaboração: Iplan.

A trajetória do PIB per capita de Fortaleza, do Ceará e do Brasil do ano de 2012 a 2021 é mostrada no gráfico 16.

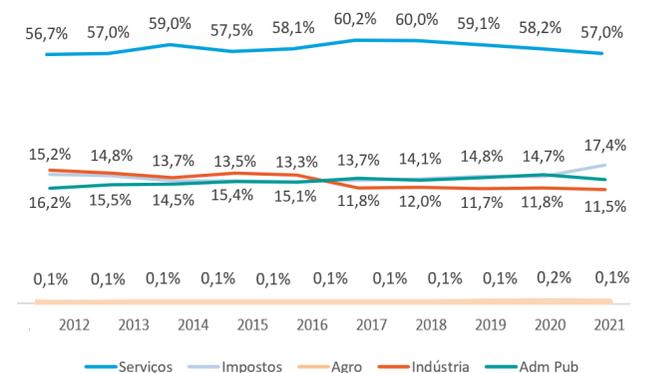
Gráfico 16: PIB per capita Fortaleza, Ceará e Brasil – 2012 a 2021 (em R\$ 1,00)



Fonte: IBGE/SNC. Elaboração: Iplan.

Na série histórica do gráfico 17 tem-se a evolução do valor adicionado bruto por cinco atividades: Administração pública, Agropecuária, Impostos, Indústria e Serviços, de 2012 à 2021. Verifica-se que a economia de Fortaleza é baseada, principalmente, no setor de serviços, que representa quase 60% do valor em todos os anos analisados. Em relação ao valor das cinco atividades analisadas, Fortaleza, em 2021, apresentou a seguinte distribuição: 57% para Serviços, 17,4% para Impostos, 13,9% para Administração Pública, 11,5% para Indústria e 0,1% para Agropecuária. O baixo percentual da atividade agropecuária se explica pela ausência de área rural no território da capital cearense.

Gráfico 17: Valor adicionado bruto por atividade 2012 a 2021 (em %)



Fonte: IBGE/SNC. Elaboração: Iplan.



MERCADO DE TRABALHO

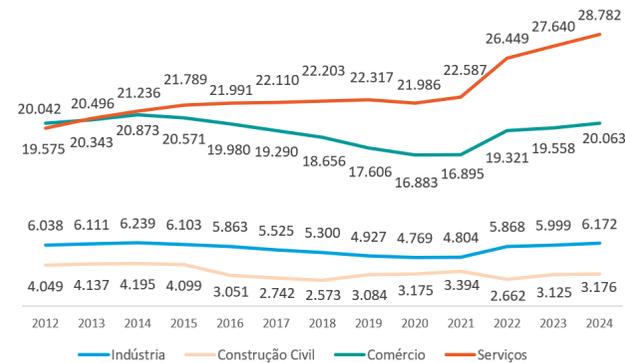
A análise dos dados do mercado de trabalho formal de Fortaleza é realizada a partir de informações provenientes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), abrangendo o período de 2012 a 2024. Dois principais indicadores são destacados: o número de estabelecimentos e o número de empregos por setor de atividade. Ressalte-se que o número de empregos formais refere-se aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de cada ano.

Em relação ao número de estabelecimentos (gráfico 18), observa-se que os setores da indústria, agropecuária e construção civil apresentaram relativa estabilidade ao longo da série histórica, com pequenas variações. A construção civil, em particular, registrou crescimento mais expressivo entre 2009 e 2014, período associado ao aquecimento do mercado imobiliário, com pico em 2014 (4.195 estabelecimentos), seguido por uma queda e posterior recuperação a partir de 2021.

O setor de serviços apresentou trajetória de crescimento constante em todo o período analisado, destacando-se fortemente a partir de 2020, com um aumento acelerado e contínuo, atingindo 28.782 estabelecimentos em 2024 – o maior número registrado entre todos os setores.

Já o setor de comércio, que também apresentou crescimento expressivo entre 2012 e 2014, iniciou uma tendência de queda a partir de 2015, acentuando-se até 2021, quando começou a se recuperar gradualmente. Em 2024, o setor contabilizou 20.063 estabelecimentos, permanecendo como um dos setores mais representativos da economia local.

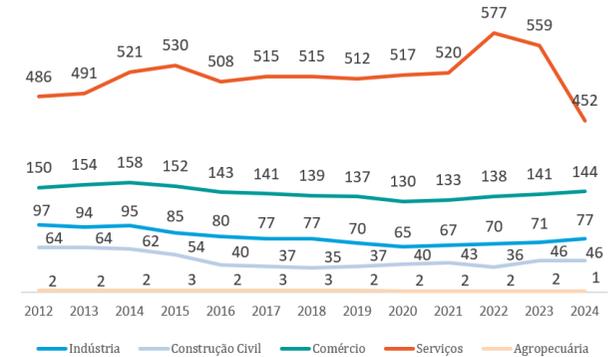
Gráfico 18: Número de estabelecimentos por área 2012 a 2024



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Ipplan.

O número de vínculos empregatícios formais em Fortaleza teve uma evolução significativa ao longo do período analisado, com crescimento consistente até 2014, uma estabilização entre 2015 e 2019, e oscilações a partir de 2020, especialmente em razão de eventos econômicos recentes.

Gráfico 19: Número de vínculos empregatícios formais em Fortaleza (x1.000) – 2012 a 2024



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Ipplan.

Comparando com outras capitais, Fortaleza se mantém entre os líderes de empregos formais, ficando atrás apenas de grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, em termos absolutos. Além disso, observa-se que houve uma tendência de redução no número de vagas formais em 2024 entre todas as capitais analisadas, que pode estar relacionada a fatores econômicos e mudanças estruturais no mercado de trabalho. Esse fato sugere a necessidade de políticas de estímulo ao emprego, especialmente em setores estratégicos como serviços e comércio, que historicamente concentram a maior parte dos vínculos na cidade, além de investir em novas economias.



Tabela 1: Número de empregos formais nas capitais brasileiras – 2021 a 2024

CAPITAL	2024	2023	2022	2021
Porto Velho - RO	98.979	133.203	172.474	116.923
Rio Branco - AC	74.880	127.692	111.153	104.800
Manaus - AM	497.564	605.154	582.757	532.312
Boa Vista - RR	70.131	105.202	87.809	97.170
Belém - PA	299.813	420.206	433.899	404.718
Macapá - AP	77.552	130.100	114.185	101.972
Palmas - TO	79.393	190.857	147.898	131.645
São Luiz - MA	303.438	426.645	394.063	361.268
Teresina - PI	221.533	323.938	274.790	264.071
Fortaleza - CE	720.344	818.051	828.827	764.290
Natal - RN	231.757	310.744	307.027	291.078
João Pessoa - PB	218.319	254.219	301.635	285.055
Recife - PE	550.154	723.748	703.180	669.625
Maceió - AL	228.591	302.559	283.770	260.052
Aracaju - SE	178.802	231.227	225.598	215.168
Salvador - BA	644.986	828.539	788.195	744.571
Belo Horizonte - MG	1.015.465	1.202.881	1.287.288	1.244.635
Vitória - ES	167.164	237.195	224.285	210.000
Rio de Janeiro - RJ	2.004.333	2.248.944	2.339.294	2.109.414
São Paulo - SP	4.883.459	5.138.980	5.390.446	5.076.570
Curitiba - PR	797.287	979.454	935.984	905.840
Florianópolis - SC	222.082	320.027	311.473	288.177
Porto Alegre - RS	536.480	712.790	684.076	656.993
Campo Grande - MS	234.885	321.995	307.059	288.885
Cuiabá - MT	213.846	364.427	286.620	250.230
Goiânia - GO	521.333	670.188	643.009	582.417
Brasília - DF	1.005.524	1.201.764	1.250.053	1.084.527

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Ippplan.



FINANÇAS MUNICIPAIS

O equilíbrio fiscal das contas públicas e a observância das normas legais que regem os gastos públicos são aspectos essenciais para a avaliação do desempenho da gestão pública municipal. Destaca-se que o equilíbrio fiscal das contas públicas é fundamental para viabilizar a implementação de políticas que respondam de forma satisfatória às demandas da população.

A tabela a seguir traz as receitas orçamentárias do município de Fortaleza, no período de 2021 a 2024.

Tabela 2: Balanço orçamentário – Receitas de 2021 a 2024

ITEM DE RECEITA	2024	2023	2022	2021	TAXA DE CRESCIMENTO 2024/2021
RECEITAS CORRENTES	11.969.261.971	10.586.881.343	9.322.970.441	7.979.042.766	50,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.592.275.195	3.263.911.393	2.701.459.898	2.311.145.257	55,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	759.492.254	683.402.335	612.482.977	499.527.818	52,04
RECEITA PATRIMONIAL	457.448.770	281.084.758	229.465.383	106.575.395	329,23
RECEITA DE SERVIÇOS	138.317.585	138.017.581	119.952.686	96.361.133	43,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.781.631.788	5.936.778.664	5.474.313.465	4.860.459.478	39,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.096.379	283.686.613	185.296.032	104.973.685	128,72
RECEITAS DE CAPITAL	602.226.362	1.474.908.825	352.105.729	494.957.205	21,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	573.664.186	1.429.888.889	319.390.761	444.392.335	29,09
ALIENAÇÃO DE BENS	12.455.111	307.529	3.052.989	3.823.401	225,76
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	2.201.269	1.472.316	171.873	133.522	1548,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.905.795	43.240.091	8.125.476	22.251.032	-37,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	21.364.629	24.356.915	-
TOTAL DAS RECEITAS	13.447.024.578	12.871.710.546	10.393.403.572	9.013.888.801	49,18
TOTAL COM DÉFICIT	14.265.420.926	12.871.710.546	10.393.403.572	9.207.122.884	54,94

Fonte: Sefin/PMF. Elaboração: Ipplan.



O total das receitas do município de Fortaleza cresceu, entre 2021 e 2024, 49,18%. Esse resultado foi impulsionado pelo incremento de 50,01 % das receitas correntes, que passaram de R\$ 7,9 bilhões em 2021 para R\$ 11,9 bilhões em 2024.

Tabela 3: Balanço orçamentário – Despesas de 2021 a 2024

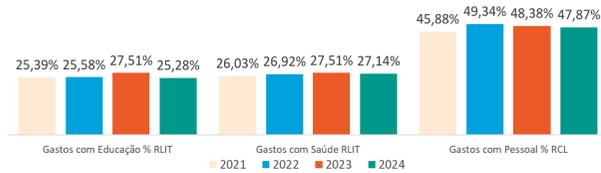
CATEGORIA	2024	2023	2022	2021
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.389.864.272	11.478.468.620	9.565.751.388	8.667.740.236,83
Despesas Correntes	11.653.989.512	10.170.659.787	8.595.540.428	7.547.562.849
- Pessoal e Encargos Sociais	5.863.687.269	5.379.953.078	4.776.622.785	3.838.398.717
- Juros e Encargos da Dívida	376.589.812	252.283.927	111.092.770	81.159.157
- Outras Despesas Correntes	5.413.712.430	4.538.422.782	3.707.824.873	3.628.004.976
Despesas de Capital	1.735.874.760	1.307.808.833	970.210.960	1.120.177.387
- Investimentos	1.349.229.214	1.056.175.503	780.401.038	938.909.925
- Inversões Financeiras	17.240.513	12.905.241	17.188.863	219.264
- Amortização da Dívida	369.405.033	238.728.089	172.621.059	181.048.199
Reserva de Contingência	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	875.556.654	809.863.278	718.807.430	539.382.647
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.265.420.926	12.288.331.897	10.284.558.818	9.207.122.884
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-
- Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-
- Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.265.420.926	12.288.331.897	10.284.558.818	9.207.122.884
Superávit (XIII)	-	583.378.648	108.844.754	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	14.265.420.926	12.871.710.546	10.393.403.572	9.207.122.884

Fonte: Sefin/PMF. Elaboração: Ipplan.



As despesas municipais no último quadriênio, a preços correntes, são apresentadas na Tabela 3. O município de Fortaleza evidenciou um crescimento no total de suas despesas, passando de R\$ 9,2 bilhões (2021) para o valor de R\$ 14,2 bilhões (2024).

Gráfico 20: Indicadores fiscais – Saúde, educação e pessoal – 2021 a 2024

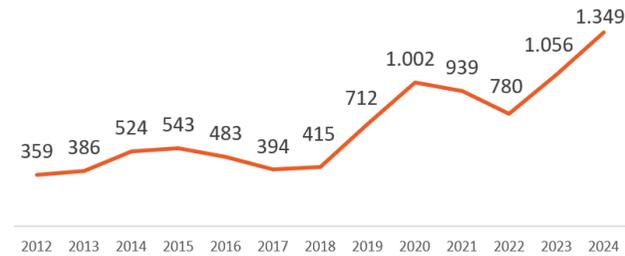


Fonte: SEFIN.

O Gráfico 21 apresenta a evolução dos investimentos da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), em valores nominais (R\$ milhões), no período de 2012 a 2024.

Os investimentos, realizados pela Prefeitura de Fortaleza, foram fundamentais para a retomada da economia pós pandemia e para a prestação de serviços ofertados à população. Entre 2021 e 2024 houve um período de crescimento dos investimentos que passou de R\$ 939 milhões (2021) para R\$ 1.349 bilhões (2024).

Gráfico 21: Investimentos de 2012 a 2024 em R\$ milhões - PMF



Fonte: Sefin/PMF. Elaboração: Ipplan.

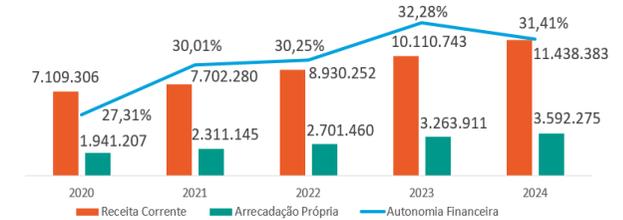
O Gráfico 22 apresenta a evolução da Dívida Consolidada Líquida (DCL), da Receita Corrente Líquida (RCL) e da relação DCL/RCL (%) do Município de Fortaleza entre os anos de 2015 a 2024, em valores nominais (R\$ milhões).

Gráfico 22: Dívida Consolidada Líquida (DCL), Receita Corrente Líquida (RCL) (em R\$ milhões) e relação DCL/RCL (%) – 2015 a 2020



Fonte: Sefin/PMF. Elaboração: Ipplan.

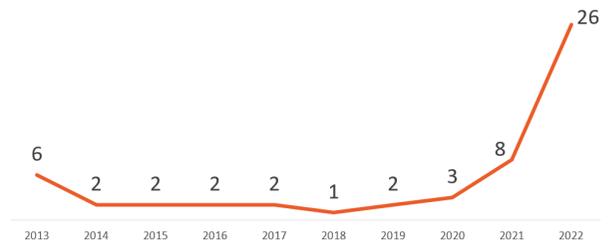
Gráfico 23: Receita corrente, arrecadação tributária própria (em R\$ milhões) e autonomia financeira (%) de 2020 a 2024



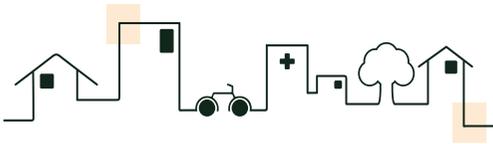
Fonte: SEFIN/SIGEP.

O Gráfico 24 mostra a classificação do município de Fortaleza no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) entre os municípios do Ceará, no período de 2013 a 2022.

Gráfico 24: Classificação de Fortaleza no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), entre os municípios do Ceará, no período de 2013 a 2022



Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) Elaboração: Ipplan.



>> Conjuntura Econômica

Em 2024, a economia global demonstrou resiliência, mesmo diante de incertezas como tensões geopolíticas, políticas monetárias restritivas e desafios no comércio internacional. Essa estabilidade foi sustentada, em grande parte, pelo avanço de um processo de desinflação, ou seja, uma redução gradual das taxas de inflação, especialmente nas economias avançadas, como Estados Unidos, Zona do Euro e Japão.

Para 2025, as projeções apontam para um cenário de crescimento estável da economia global, com a manutenção de taxas moderadas de expansão do PIB em praticamente todas as regiões. Além disso, espera-se uma continuidade na tendência de queda da inflação, criando um ambiente mais previsível para investimentos, consumo e comércio internacional. Esse contexto pode favorecer uma recuperação mais sólida, especialmente em países que enfrentaram maior volatilidade nos anos anteriores.

No entanto, riscos importantes ainda permanecem no horizonte e podem comprometer a sustentação desse crescimento. Um dos principais desafios é o avanço do protecionismo nos Estados Unidos, com políticas mais rígidas em relação ao comércio ex-

terior e à competição internacional, o que pode gerar tensões comerciais, aumentar barreiras tarifárias e impactar cadeias globais de produção. Além disso, a desaceleração econômica da China representa uma preocupação relevante, dada sua importância como motor do crescimento global e principal parceiro comercial de diversas economias emergentes.

Tabela 4: Taxa de crescimento das principais economias do mundo

PIB	2023	2024	2025	Var.
Mundo	3,30%	3,20%	3,30%	↑
Econ. Avançadas	1,70%	1,70%	1,90%	↑
EUA	2,90%	2,80%	2,70%	↑
Euro	0,40%	0,70%	1,00%	↑
Japão	1,50%	-0,20%	1,10%	↑
Econ. Emergentes	4,40%	4,20%	4,20%	=
China	5,20%	5,00%	4,60%	↓
Brasil	3,20%	3,50%	2,30%	↓

Fonte: WEO/FMI e SPE/MF. Elaboração: Ippplan.

PANORAMA NACIONAL

Cenário Externo

O Gráfico 25 apresenta a variação anual (%) dos componentes da demanda agregada do PIB entre 2019 e 2024, considerando os elementos consumo das famílias, consumo do governo, exportações, importações e investimentos.



É possível observar que no ano de 2020, todas as variáveis da demanda agregada apresentaram retração significativa, refletindo os impactos econômicos provocados pela pandemia de Covid-19. A crise sanitária resultou na paralisação de atividades produtivas, queda do consumo das famílias, redução dos investimentos, retração do comércio internacional e limitação da capacidade de resposta do setor público.

A recuperação econômica tem sido impulsionada, sobretudo, pelo consumo das famílias, que apresentou uma trajetória de retomada gradual, embora com oscilações, entre 2021 e 2024. Esse movimento foi sustentado pelo fortalecimento dos programas sociais — intensificados durante a pandemia — e pela maior flexibilidade nas relações de trabalho, fatores que contribuíram para a recomposição da renda e a recuperação da demanda interna.

A dinâmica do comércio exterior registrou uma aceleração nas exportações a partir de 2021, com crescimento de 4,4%, seguido por 5,7% em 2022 e culminando em 8,9% em 2023. As importações, por sua vez, apresentaram expansão ainda mais expressiva nos anos de 2021 (+13,8%) e 2022 (+14,7%), mas recuaram em 2023 (-1,2%). Observa-se que as oscilações nas relações de comércio exterior estão fortemente influenciadas pelas variações na taxa de câmbio, que afetam

tanto a competitividade dos produtos no mercado internacional quanto o custo das importações.

Gráfico 25: Taxa de crescimento do PIB - Ótica da demanda (%)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração: Iplan.

O Gráfico 26 apresenta a taxa de crescimento real do PIB (%) entre 2013 e 2023 e mostra uma projeção para os anos até 2026.

Gráfico 26: Taxa de crescimento real do PIB (%)

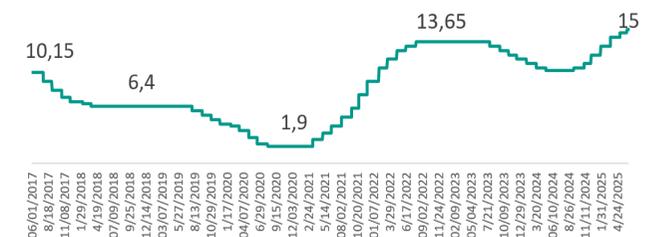


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais. Projeção: Boletim MacroFiscal da SPE. Elaboração: Iplan.

Inflação e política monetária

A Selic é a taxa básica de juros e serve de referência para o mercado financeiro e o principal instrumento de política monetária do Banco Central para controlar a inflação. O Gráfico 27 mostra a evolução da Taxa SELIC (% a.a.) entre fevereiro de 2017 e maio de 2025. Observa-se que em 2020 a Taxa Selic apresentou seu menor nível histórico de 1,9%. Entre os anos de 2019 e 2020 houve um ciclo de queda na busca de estabilizar a economia e estimular a atividade econômica em meio a crise da pandemia de Covid-19. Nos anos seguintes, com vistas a conter o avanço da inflação, houve o aumento gradual da taxa Selic que passou de 2,65% no início de 2021 para 13,75% em meados de 2022. Após um período de estabilização e leve queda em meados de 2023, a partir de 2024 houve uma nova elevação em consequência da persistência inflacionária e pressões internacionais como a taxa de juros americana e conflitos geopolíticos. Atualmente, a Selic está em 15% ao ano com expectativa de que permaneça neste patamar, com viés de alta, até 2026.

Gráfico 27: Taxa SELIC (% a.a.)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: Iplan.



O Gráfico 28 apresenta a evolução da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil entre os anos de 2012 e 2024.

Gráfico 28: Série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (%)



Fonte: IBGE - SNIPC / Bradesco / Itaú / Banco Central (relatório Focus 13/06/25). Elaboração: Ipplan.

Observa-se que, após oscilações significativas ao longo das últimas décadas, o IPCA apresenta tendência de desaceleração nos próximos anos.

Tabela 5: Projeções do IPCA nacional

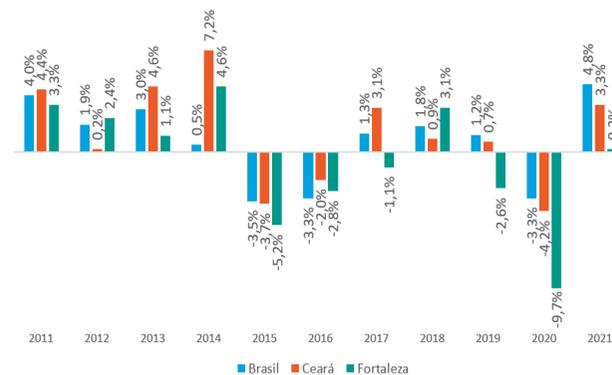
Ano	PROJEÇÃO		
	Bradesco	Itaú	Mercado
2025	5,44	5,49	5,25
2026	3,73	4,42	4,50
2027	3,50	4,00	4,00
2028	3,00	3,5	3,85

Fonte: Bradesco / Itaú / Banco Central (relatório Focus 13/06/25). Elaboração: Ipplan.

PANORAMA LOCAL

O Gráfico 29 compara a taxa de crescimento real do PIB de Brasil (PIB BR), Ceará (PIB CE) e Fortaleza (PIB FORT) entre os anos de 2011 e 2021, com base em preços constantes de 2010. O ano de 2020 foi marcado por uma forte retração econômica decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, com quedas no PIB do Brasil (-3,3%), do Estado do Ceará (-4,2%) e, de forma mais intensa, do município de Fortaleza (-9,7%). A economia da capital cearense apresentou maior vulnerabilidade em razão da elevada participação dos setores de serviços e turismo, bastante afetados pela crise sanitária, na composição de sua economia.

Gráfico 29: Comparativo da Taxa de Crescimento Real do PIB: Brasil, Ceará e Fortaleza (a preços constantes de 2010)

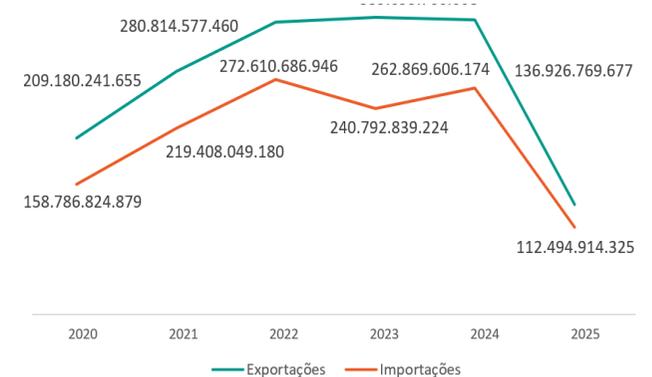


Fonte: IPEA. Elaboração: Ipplan.
Nota: Deflator implícito do PIB nacional.

Comércio Exterior - Importações e Exportações

Os dados de Fortaleza e Ceará seguem o padrão nacional de aumento comercial até 2022, com queda a partir de 2023. Tanto Fortaleza quanto Ceará apresentam déficits acentuados na balança comercial, especialmente em 2022. A Capital e o Estado mostraram forte retração das importações a partir de 2023, indicativo de efeitos de crise, ajuste no consumo das famílias e inflação, em especial no período pós-pandemia e retração da economia global, com redução no nível de empregos. Apesar de o déficit persistir, a diferença entre importação e exportação reduz-se em 2025, de acordos com dados parciais.

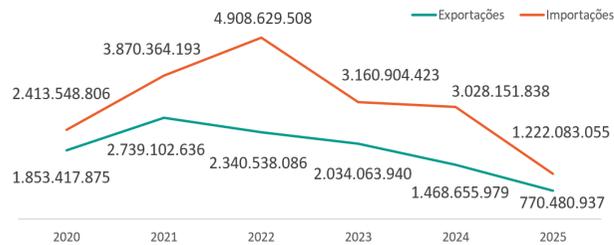
Gráfico 30: Exportações e importações nacionais (2020 - 2025)



Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Elaboração: Ipplan.

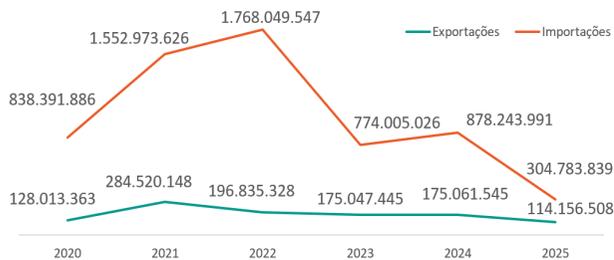


Gráfico 31: Exportações e importações do Ceará (2020 - 2025)



Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Elaboração: Ipplan.

Gráfico 32: Exportações e importações de Fortaleza (2020 - 2025)



Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Elaboração: Ipplan.

DÍVIDA PÚBLICA

Operações de Crédito

No campo das finanças públicas, a contratação de operações de crédito, visando ao financiamento de

programas e projetos, passou a ter relevante parcela no financiamento dos investimentos e obras públicas para alcançar os objetivos cada dia mais desafiadores da gestão municipal e dos planos de governo. A necessidade de financiamento por terceiros, bancos e organismos internacionais, decorre da limitação dos recursos próprios arrecadados pelo próprio município.

No diálogo com as instituições financeiras, ressalta-se que é feita uma análise contábil, financeira e de níveis de comprometimento da receita, além do cumprimento dos limites da lei de responsabilidade fiscal com despesas com pessoal, saúde e educação. Há outros comprometimentos técnicos que vale destacar como a parcela dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o pagamento de precatórios. Essa extensa análise por parte de terceiros visa determinar o valor do financiamento, a contrapartida requerida e o envio de missões, de forma a avaliar a qualidade e os resultados estimados para os programas elegíveis. A orientação mais qualificada é determinante na contratação de operações de crédito com condições mais adequadas e vantajosas.

Na parte do ambiente macroeconômico se destaca a importância da taxa de inflação e da taxa de juros, haja vista que a última é bastante utilizada como instrumento de política monetária para combater a primeira. Diante desse contexto, há muito tempo a captação de recursos externos apresenta custos alternativos para estados e municípios, e as condições gerais de financiamento oferecidas pelos organismos interna-

cionais, e mesmo os bancos privados internacionais, costumam ser significativamente mais vantajosas.

A contratação de operações de crédito externas requer o aval da União e autorização do Senado Federal. Dessa forma, o acesso ao crédito está condicionado à qualidade fiscal e à capacidade de pagamento, combinado com o espaço fiscal determinado pela União, que estabelece limites com base em percentual da Receita Corrente Líquida, determinada em lei.

No Brasil, o sistema financeiro ao setor público é restrito aos bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a instituições como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Poucos bancos privados operam nesse segmento, geralmente em ações isoladas ou consorciadas, como o Santander, Bradesco e Itaú.

Nesses últimos anos, o Governo Municipal participou de inúmeras missões visando apresentar os programas de investimentos, os projetos prioritários e as necessidades de financiamento do orçamento de capital. Como desdobramento dessas iniciativas, a Prefeitura recebeu diversas visitas técnicas de bancos e organismos internacionais com o objetivo de apresentar a instituição, a estruturação da governança, limites de endividamento, capacidade de pagamento, mapa de previsões de indicadores e resultados. Essas visitas contribuíram para consolidar um ambiente institucional propício à negociação e à captação de recursos.



Dessa forma, nos anos mais recentes, a Prefeitura obteve sucesso relativo na implantação de obras e novos equipamentos por meio da alavancagem das operações de crédito. Esse sucesso é multisetorial e pode ser atribuído à qualidade das equipes no processo de crédito, desde a inteligência operacional das setoriais para preparar programas e projetos e executá-los, até a análise técnica junto aos órgãos federais, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Banco Central do Brasil.

No panorama atual, tem-se não somente uma relativização no cenário macroeconômico mundial, com atributos de volatilidade nos preços de commodities, conflitos armados, crises políticas e fenômenos sazonais, mas também um novo cenário para contratação de operações de crédito. Com efeito, os governos estão destinando volumes expressivos de recursos financeiros para proteção social, ao mesmo tempo em que enfrentam crescentes desafios na gestão das contas públicas. Soma-se a isso o fechamento de empresas e negócios privados, o que contribui para o aprofundamento da crise econômica.

Uma outra variável determinante nesse cenário é a Capacidade de Pagamento (CAPAG), indicador elaborado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em 2025, o município de Fortaleza obteve classificação C, o que inviabiliza, temporariamente, a tramitação regular de operações de crédito com

garantia da União, restritas aos entes com CAPAG A ou B. Apesar do município de Fortaleza ter uma gestão fiscal consolidada, a perda da nota B decorre de fatores metodológicos. Ressalte-se a relevância da gestão da disponibilidade e do nível de endividamento. O município apresenta desempenho satisfatório nos indicadores de endividamento (nota A) e liquidez (nota B), sendo que o único fator limitante é a poupança corrente, com nota C.

Internamente, projeta-se a contratação de uma carteira de financiamentos que corresponde ao valor aproximado de R\$ 1.751.250.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais), conforme tabela abaixo. Esses recursos permitirão o financiamento, em longo prazo, de investimentos nas áreas:

- >> Saúde;
- >> Saneamento;
- >> Educação, Juventude e Inclusão Social;
- >> Mobilidade urbana;
- >> Habitação;
- >> Infraestrutura turística e desenvolvimento urbano e social;
- >> Outras.

Tabela 6: Projeção da Carteira de Crédito PPA 2026-2029 (em R\$ milhões)

Ano	Interna	Externa			Total
		US\$	Taxa de câmbio*	R\$	
2026	783,5	30	6,00	180	693,5
2027	67,75	45	6,00	270	275,25
2028	0	45	6,00	270	270
2029	0	30	6,00	180	180
Total	841,25	150		900	1.751,25

Fonte: SEFIN. Nota: Valores da taxa de câmbio pelo relatório FOCUS BCB



De acordo com essa expectativa de contratação de operações de crédito, consideram-se os seguintes cenários acerca do montante contratado no período de 2026 a 2029:

Gráfico 33: Cenários Contratação Operações de Crédito 2026-2029 (em R\$ milhões)



Fonte: SEFIN

Dívida Consolidada

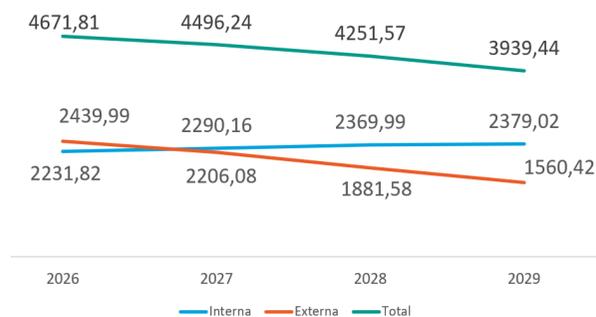
Em relação à Dívida Pública Consolidada, o município de Fortaleza encerrou o exercício de 2024 com o valor de R\$ 4.658.074.778,19, representando 40,83% da Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento.

No exercício de 2024, foram pagos R\$ 348.653.049,48 em Dívida Interna e R\$ 397.341.795,16 em Dívida Externa, ou seja, um total de R\$ 745.994.844,64, dos quais R\$ 369.405.032,53 foram destinados à amortização das dívidas e R\$ 376.589.812,11 referem-se a juros e encargos da dívida.

De acordo com os dados recentes, o município terá um pico no seu volume de pagamentos em 2026, começando a cair nos anos seguintes até zerar no ano de 2048.

Considerando o valor total da Dívida Contratual, tem-se que, em 2024, o montante era de R\$ 4.485 milhões, sendo R\$ 1.789 milhões em Dívida Interna e R\$ 2.696 milhões em Dívida Externa. De acordo com as projeções acerca da contratação de operações de crédito, tem-se as seguintes estimativas para os anos de 2026 a 2029:

Gráfico 34: Projeção do Montante Total de Dívida Contratual considerando a Contratação das Operações de Crédito (x R\$1.000)

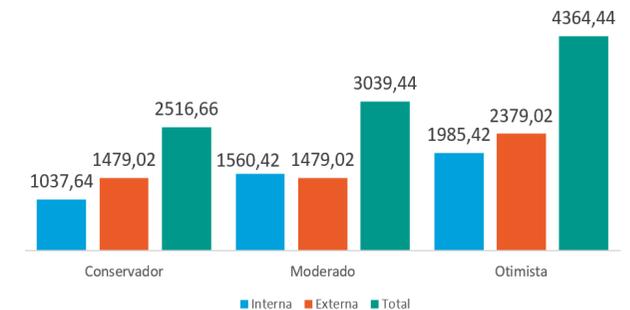


Fonte: SEFIN

Assim como no caso anterior, projeta-se três cenários de acordo com a possibilidade de efetivação da

contratação de operações de crédito, conforme gráfico abaixo. No cenário Conservador, o município não realiza novas contratações de operações de crédito, mantendo-se apenas a carteira de operações de crédito já contratadas. Para o cenário Moderado, projeta-se apenas a contratação de novas operações de crédito internas, sem garantia da União, mantendo-se inalterado o montante contratado de operações de crédito externas. No cenário Otimista, o município realizaria contratações de operações de crédito internas e externas com garantia da União.

Gráfico 35: Cenários para a Dívida Consolidada (Montante Total) de acordo com projeções até 2029 (x R\$1.000)

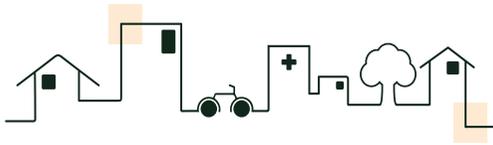


Fonte: SEFIN



3

PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



A participação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual (PPA) é uma etapa indispensável para a construção de políticas públicas mais democráticas, eficazes e transparentes. Trata-se de um processo que, ao ampliar a escuta e o diálogo entre governo e população, contribui para a formulação de um planejamento mais sensível às reais necessidades sociais, além de fortalecer o pacto democrático.

Sendo o PPA o instrumento que estabelece as diretrizes de governo, os objetivos e as metas para um período de quatro anos, sua construção deve estar necessariamente fundamentada na participação social, para que sua construção seja conjunta entre sociedade e setor público, a fim de evitar desalinhamentos com as demandas da população e aumentar o valor público percebido.

Outro aspecto fundamental é o controle social sobre as ações do governo. Ao envolver a sociedade na definição de diretrizes e prioridades, o PPA torna-se um instrumento mais eficaz no enfrentamento dos problemas sociais, pois explicita os desafios a serem superados, as prioridades escolhidas e a destinação dos recursos públicos. Além disso, o processo participativo contempla demandas em diferentes dimen-

>> Processo de Planejamento Participativo

sões: política, social e técnica, nas quais é possível identificar ganhos relevantes, tais como:

Democratização das decisões públicas: permite que os cidadãos participem ativamente das escolhas que orientam os investimentos públicos;

Qualificação das políticas públicas: a escuta direta das necessidades e prioridades da população contribui para maior aderência das políticas às demandas reais da sociedade;

Aproximação entre governo e sociedade: estabelece canais de diálogo que promovem maior transparência e compreensão das diretrizes de governo, aumentando o valor público percebido;

Fortalecimento do controle social: ao conhecer e participar da elaboração do PPA, a sociedade é estimulada a acompanhar e fiscalizar a execução das ações planejadas.

METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

Para a construção do PPA 2026–2029, foi adotada uma metodologia mista de escuta das demandas

sociais. Optou-se pela realização de fóruns territoriais presenciais em todos os 39 territórios de Fortaleza, além da disponibilização de fóruns virtuais. Em ambas as modalidades, foram apresentados à sociedade 12 temas, elaborados com base nos seguintes elementos:

1. Os sete Eixos Estratégicos que nortearam as propostas da candidatura do atual prefeito Evandro Leitão, registradas no TRE;
2. Os pleitos comunitários realizados ao longo do primeiro turno da campanha;
3. Temas atuais relacionados às diversas dimensões das desigualdades sociais, incluindo emergências climáticas;
4. Parcerias estratégicas e processos estruturantes oriundos do Plano Fortaleza 2040.

Nos fóruns presenciais, os temas foram desdobrados em 12 iniciativas/objetivos, que puderam ser avaliados pela população de cada território segundo três categorias: pouco importante, importante e muito importante. A mesma estrutura foi disponibilizada na plataforma online.



Além da priorização de iniciativas, os fóruns virtuais incluíram 39 perguntas abertas, organizadas por tema e redigidas em linguagem simples, permitindo manifestações livres dos cidadãos sobre o que fazer e como fazer.

A participação social dividida entre a votação de iniciativas e manifestações livres teve dois propósitos: fornecer subsídios para a construção da LOA 2026 (priorizando ações regionalizadas) e coletar informações para a formulação das diretrizes populares que orientarão os programas e projetos do PPA 2026–2029.

Para a consolidação dos projetos, conforme a im-

portância atribuída nas votações, foi realizada uma análise bidimensional, considerando dois critérios: o número total de votos recebidos em cada tema e a média ponderada das classificações atribuídas às iniciativas, cujos pesos foram definidos da seguinte forma: “muito importante” = 3; “importante” = 2; e “pouco importante” = 1. Para a sistematização das diretrizes populares, as respostas abertas foram submetidas a técnicas de análise estatística, especificamente a Classificação Hierárquica Descendente e a Análise de Similitude. Esses métodos permitem identificar associações entre segmentos de texto e agrupar palavras estatisticamente significativas em

campos temáticos, reproduzindo os sentidos predominantes nas contribuições da população, sem a necessidade de leitura individualizada das respostas.

As consultas públicas ocorreram em abril de 2025, mobilizando, ao todo, participantes nos 39 territórios, tanto presencial quanto virtualmente. O processo contou com o apoio do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (IPPLAN), da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e da Coordenadoria Especial de Apoio à Governança das Regionais (CEGOR).

RESULTADOS

Tabela - Distribuição de todas as propostas via participativo – Versão online

Tema	Regionais												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Moradia e Regularização Fundiária	95	65	38	80	64	89	74	61	35	420	31	16	1.068
Mobilidade, Acessibilidade, Transporte Público e Apoio a Profissionais	194	86	93	239	120	261	178	121	119	121	100	40	1.672
Acolhimento e Assistência a Populações vulneráveis	77	71	24	88	37	69	65	56	62	15	37	14	615
Segurança Cidadã	42	24	19	39	19	74	36	27	45	12	19	10	366
Saúde	79	48	62	95	83	161	64	77	106	57	48	20	900
Educação	81	33	27	60	34	79	18	62	51	24	35	16	520
Cultura, Esporte e Juventude	116	82	70	135	101	162	40	102	80	59	76	32	1.055
Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	152	72	95	220	122	195	172	117	90	58	85	40	1.418
Proteção e Bem-Estar Animal	60	40	40	79	75	118	47	65	51	41	39	7	662
Geração de Emprego, Renda e Capacitação Profissional	74	52	39	128	78	115	43	87	96	311	51	12	1.086
Desenvolvimento Urbano, Econômico e do Turismo	74	37	29	88	54	116	53	65	60	34	44	10	664
Desenvolvimento da Gestão Pública e Governança	27	17	18	22	18	53	33	27	26	12	15	6	274
Total	1.071	627	554	1.273	805	1.492	823	867	821	1.164	580	223	10.300



A seguir, apresentam-se as contribuições populares sistematizadas a partir da etapa de participação social realizada por meio da plataforma online de perguntas abertas. Essa escuta ativa da população possibilitou a identificação de demandas e necessidades prioritárias em áreas estratégicas que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

As informações estão organizadas por temas e estruturadas em diretrizes que expressam os objetivos estratégicos a serem perseguidos pelas políticas públicas. Para cada diretriz, foram sistematizadas as principais ideias e sugestões provenientes dessa etapa do processo participativo.



MORADIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Diretriz: Viabilizar a regularização fundiária de forma ágil e democrática, por meio da criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), da gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, do mapeamento participativo e da simplificação de processos, garantindo transparência e eficiência na legalização dos territórios.

Principais ideias sugeridas pela população:

- >> Realizar mapeamentos participativos com diagnósticos elaborados em conjunto com os moradores, visando identificar demandas específicas de cada território.
- >> Simplificar a burocracia nos processos de regularização fundiária, com a redução de exigências documentais e adoção de plantas simplificadas.
- >> Ampliar as ZEIS para fomentar a moradia popular.

Diretriz: Garantir moradia digna para famílias em situação de vulnerabilidade, por meio da construção de casas populares, realização de mutirões, concessão de aluguel social, aproveitamento de imóveis ociosos e parcerias com programas federais, assegurando critérios equitativos e priorização territorial.

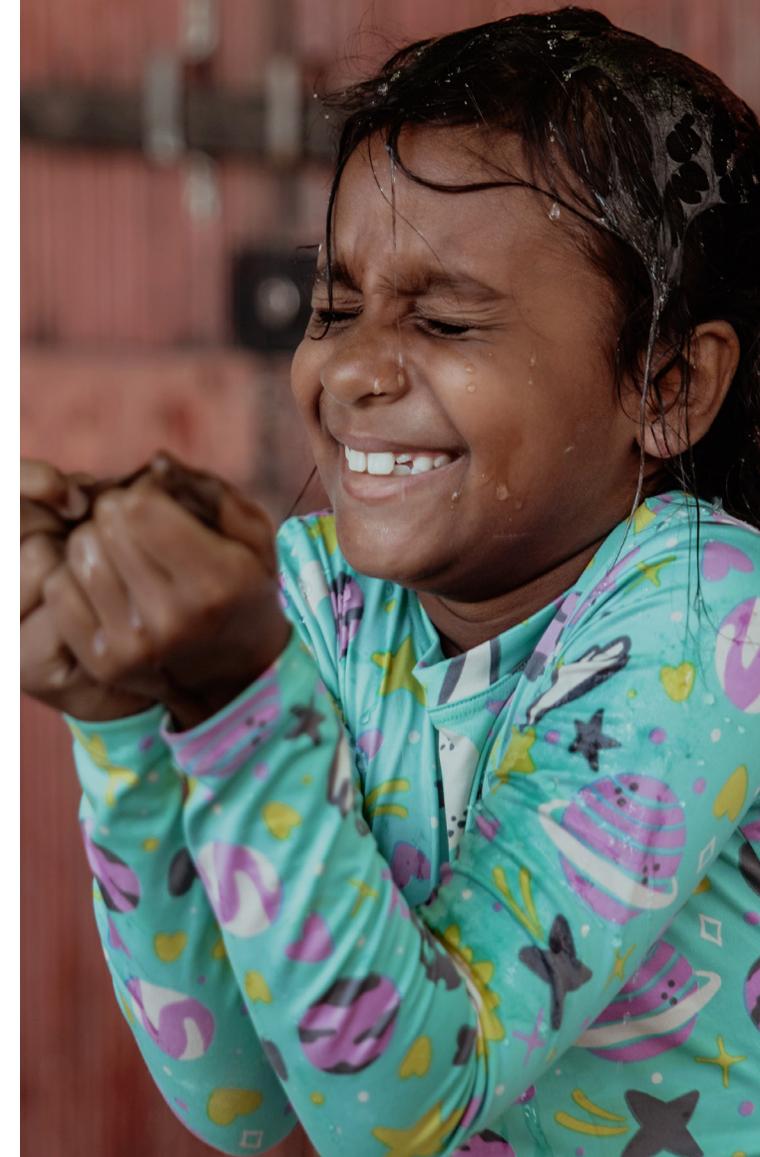
Principais ideias:

- >> Implementar programas de moradia popular;
- >> Oferecer lotes urbanizados com infraestrutura básica para viabilizar a autoconstrução;
- >> Disponibilizar aluguel social para famílias em situação de vulnerabilidade.

Diretriz: Melhorar as condições de vida nas áreas já ocupadas, por meio da implementação do PIRF, saneamento básico, pavimentação, escoamento de água, urbanização e oferta de serviços essenciais.

Principais ideias:

- >> Promover a regularização fundiária por meio do PIRF (Plano de Integração e Regularização Fundiária), com titulação dos terrenos e inclusão nos cadastros municipais;
- >> Assegurar a infraestrutura básica: saneamento, pavimentação, drenagem e coleta de resíduos sólidos;
- >> Realizar urbanização participativa.





MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE, TRANSPORTE PÚBLICO E APOIO A PROFISSIONAIS

Diretriz: Reduzir acidentes e óbitos no trânsito por meio de melhorias na infraestrutura, intensificação da fiscalização e ações de educação para o trânsito.

Principais ideias:

- >> Ampliar e qualificar a sinalização viária (faixas, semáforos, placas);
- >> Controlar a velocidade com implantação de lombadas e radares;
- >> Promover campanhas educativas voltadas a motoristas, motociclistas e pedestres;
- >> Construir calçadas amplas, ciclofaixas e corredores exclusivos para motocicletas.

Diretriz: Valorizar e proteger os trabalhadores do setor de transporte, com ações de infraestrutura, regulação e apoio social.

Principais ideias:

- >> Implantar pontos de apoio com banheiros, áreas de sombra e acesso à água potável;
- >> Requalificar vias com asfaltamento, redução de buracos e sinalização;
- >> Reduzir taxas e impostos para licenciamento e documentação.

Diretriz: Assegurar a circulação segura para pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência, por meio de urbanização inclusiva.

Principais ideias:

- >> Padronizar calçadas com piso tátil e largura mínima regulamentar;
- >> Garantir acessibilidade universal com rampas de acesso e faixas elevadas;
- >> Melhorar a iluminação e segurança em viadutos e passarelas.

Diretriz: Ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários do transporte coletivo.

Principais ideias:

- >> Aumentar a frota de ônibus e reduzir tempo de espera;
- >> Instalar paradas de ônibus seguras e cobertas;
- >> Implementar integração tarifária com bilhete único.





ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA A POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Diretriz: Prevenir e combater a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ por meio de políticas educativas, fiscalização e proteção efetiva.

Principais ideias:

- >> Desenvolver campanhas educativas em instituições de ensino e meios de comunicação;
- >> Disponibilizar acolhimento emergencial, por meio de casas de passagem, além de oferecer apoio psicológico e jurídico especializado;
- >> Garantir a aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha e criminalização da LGBTfobia.

Diretriz: Assegurar o acesso digno, inclusivo e humanizado aos serviços públicos para pessoas idosas e com deficiência.

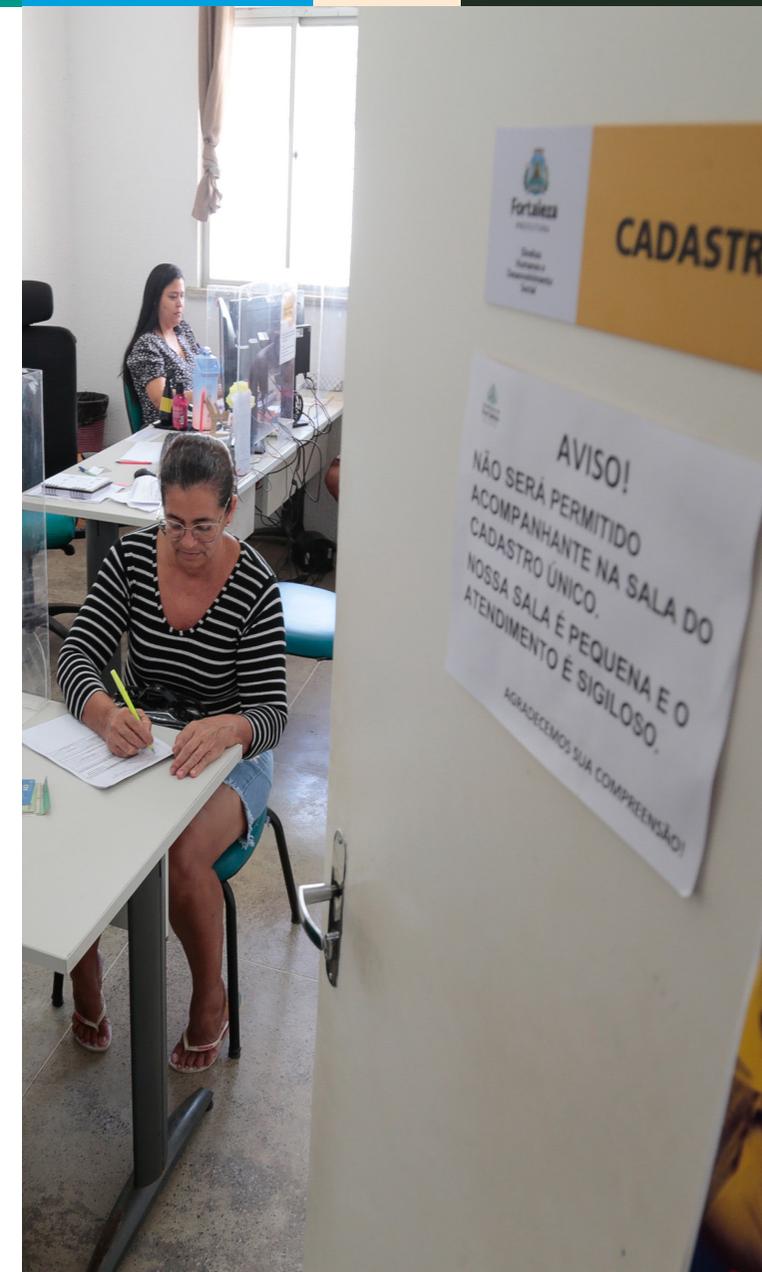
Principais ideias:

- >> Promover adaptações de acessibilidade física (rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil e sonora);
- >> Garantir atendimento prioritário e capacitação continuada dos servidores;
- >> Expandir serviços especializados (asilos públicos, centros-dia)

Diretriz: Assegurar acolhimento digno para pessoas em situação de rua.

Principais ideias:

- >> Ofertar abrigos temporários, alimentação e higiene;
- >> Facilitar o acesso à documentação civil básica;
- >> Disponibilizar atendimento em saúde mental e inclusão em programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho.





SEGURANÇA CIDADÃ

Diretriz: Reforçar a presença da Guarda Municipal nas comunidades por meio de formação humanizada e atuação territorial.

Principais ideias:

- >> Realizar policiamento comunitário e rondas integradas;
- >> Desenvolver ações de prevenção à violência, como oficinas, atividades esportivas e projetos sociais;
- >> Capacitar agentes da Guarda Municipal em escuta ativa e mediação de conflitos.

Diretriz: Ampliar a segurança dos usuários do transporte público por meio da requalificação dos entornos e do uso de tecnologias.

Principais ideias:

- >> Melhorar a infraestrutura com iluminação pública, câmeras de monitoramento e dispositivos de alerta, como botões de pânico;
- >> Intensificar a presença policial;
- >> Urbanizar áreas de entorno com serviços de poda, limpeza e sinalização adequada.

Diretriz: Reduzir violência entre jovens com educação integral, cursos, esportes, cultura e programas de inserção produtiva.

Principais ideias:

- >> Oferecer cursos profissionalizantes, práticas esportivas e atividades culturais;
- >> Implementar programas de inclusão como Jovem Aprendiz e bolsas de estágio;
- >> Integrar políticas públicas de educação, saúde, cultura e segurança de forma intersetorial.





SAÚDE

Diretriz: Garantir a saúde mental com atendimento próximo e humanizado.

Principais ideias:

- >> Ampliar a rede de CAPS com equipes multiprofissionais qualificadas;
- >> Integrar a saúde mental à atenção básica;
- >> Criar protocolos integrados entre CRAS, UAPS e CAPS;
- >> Oferecer formação continuada aos profissionais.

Diretriz: Expandir o acesso a atendimentos especializados por meio da telemedicina, contratações e mutirões.

Principais ideias:

- >> Implementar serviços de telemedicina e agendamento online;
- >> Ampliar o quadro de médicos especialistas;
- >> Promover mutirões e parcerias para realização de cirurgias.

Diretriz: Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde com profissionais capacitados, oferta de medicamentos e infraestrutura adequada.

Principais ideias:

- >> Ampliar as equipes e os horários de atendimento;
- >> Garantir o abastecimento de medicamentos essenciais nas farmácias;
- >> Melhorar a infraestrutura das unidades básicas.





EDUCAÇÃO

Diretriz: Tornar o ensino mais atrativo por meio de metodologias inovadoras, uso de tecnologia e atividades culturais.

Principais ideias:

- >> Aplicar metodologias ativas com uso de tecnologias;
- >> Oferecer oficinas culturais e esportivas;
- >> Ampliar o ensino integral com atividades diversificadas.

Diretriz: Garantir a inclusão escolar com formação de professores, currículos adaptados e ações contra discriminação.

Principais ideias:

- >> Contar com profissionais especializados e cuidadores;
- >> Oferecer formação continuada em educação inclusiva;
- >> Adaptar currículos às necessidades específicas.

Diretriz: Melhorar a infraestrutura física das escolas com construção, reformas e espaços multiuso.

Principais ideias:

- >> Construir novas escolas e creches;
- >> Reformar prédios escolares (banheiros, ventilação, iluminação);
- >> Criar espaços multiuso como quadras, salas de vídeo e áreas de recreação.





CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE

Diretriz: Democratizar a cultura com equipamentos nas periferias, editais territoriais e participação comunitária.

Principais ideias:

- >> Ampliar equipamentos culturais nas periferias;
- >> Lançar editais regionais e fortalecer as regionais;
- >> Realizar eventos descentralizados.

Diretriz: Valorizar talentos da periferia por meio de bolsas, programas voltados à juventude e divulgação de artistas locais.

Principais ideias:

- >> Oferecer bolsas culturais e editais exclusivos;
- >> Criar escolas de música e núcleos esportivos;
- >> Disponibilizar plataforma digital para divulgação.

Diretriz: Promover eventos contínuos e comunitários, valorizando a diversidade artística e esportiva.

Principais ideias:

- >> Realizar campeonatos esportivos de base;
- >> Promover festivais de música e dança;
- >> Oferecer oficinas para jovens.





MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

Diretriz: Incentivar a coleta seletiva e a reciclagem com ecopontos, inclusão dos catadores e campanhas educativas.

Principais ideias:

- >> Ampliar os ecopontos e os horários de coleta;
- >> Capacitar catadores e fornecer equipamentos de trabalho;
- >> Promover campanhas de conscientização e educação ambiental;
- >> Estimular a logística reversa e oferecer incentivos financeiros.

Diretriz: Prevenir desastres climáticos com obras de drenagem, ampliação de áreas verdes e educação ambiental.

Principais ideias:

- >> Realizar arborização urbana e recuperar áreas verdes;
- >> Investir em obras de drenagem e limpeza de bueiros;
- >> Promover ações de educação ambiental.

Diretriz: Expandir áreas verdes urbanas por meio de mutirões, criação de micro praças e preservação ambiental.

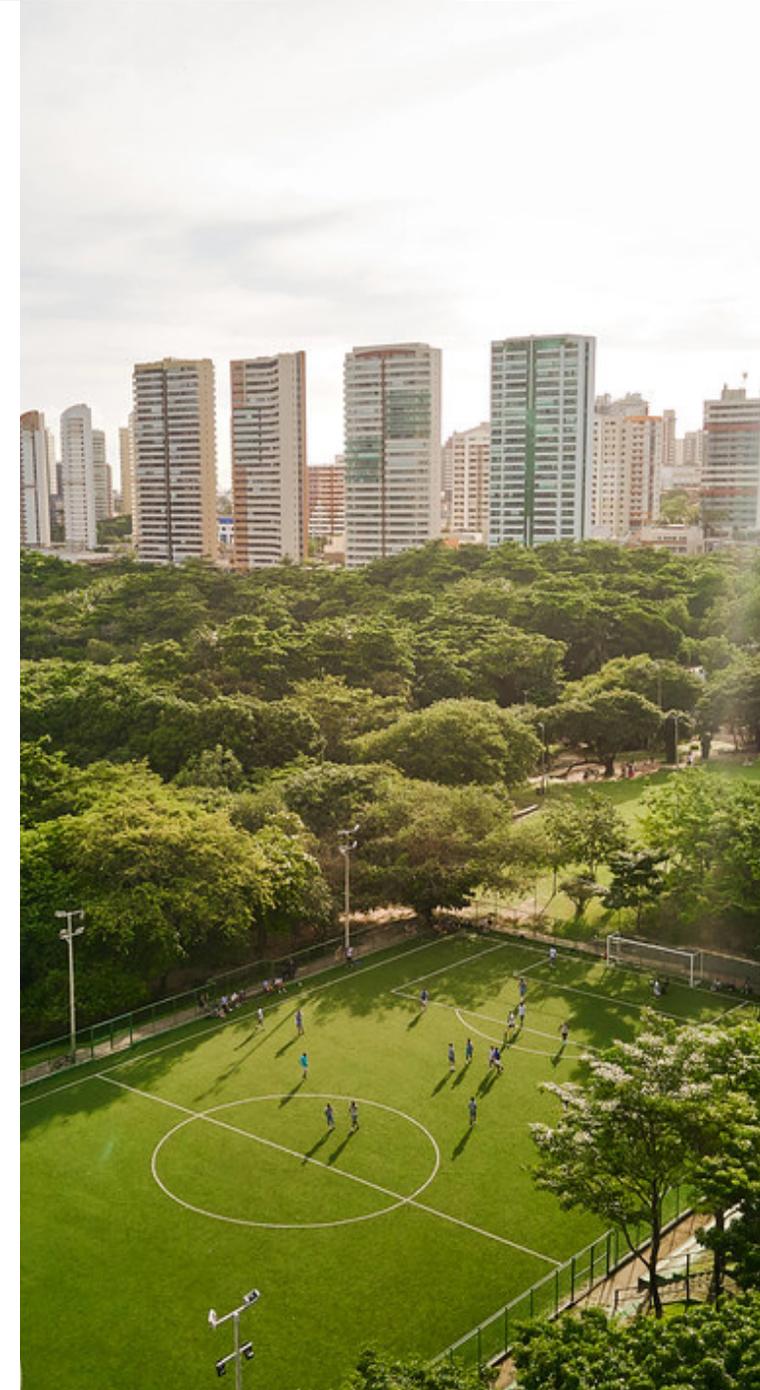
Principais ideias:

- >> Criar micro praças e parques urbanos;
- >> Promover mutirões de plantio de árvores;
- >> Garantir a manutenção e preservação de áreas verdes existentes.

Diretriz: Reduzir a poluição de rios e lagoas com saneamento, ecobarreiras e mobilização social.

Principais ideias:

- >> Instalar ecobarreiras e realizar limpezas periódicas;
- >> Universalizar saneamento básico e fiscalizar o descarte irregular de resíduos;
- >> Promover educação ambiental.





PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

Diretriz: Descentralizar e ampliar o acesso a serviços públicos de saúde animal.

Principais ideias:

- >> Expandir VetMóvel e castramóveis;
- >> Ampliar a oferta de procedimentos e divulgar os serviços disponíveis;
- >> Reforçar o quadro de profissionais e melhorar a infraestrutura;
- >> Firmar parcerias com clínicas e universidades.

Diretriz: Estruturar uma rede de acolhimento animal com lares temporários, ONGs e campanhas de castração.

Principais ideias:

- >> Apoiar protetores e ONGs;
- >> Realizar campanhas de castração em larga escala e implementar a metodologia CED (Captura, Esterilização e Devolução);
- >> Instalar pontos comunitários de alimentação animal.

Diretriz: Combater abandono de animais com fiscalização, microchipagem e campanhas educativas.

Principais ideias:

- >> Promover campanhas educativas e aplicar punições.
- >> Implementar a microchipagem e promover o monitoramento sistemático.
- >> Incentivar adoção responsável.





GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Diretriz: Fomentar o empreendedorismo com crédito acessível, capacitação e espaços de comercialização.

Principais ideias:

- >> Facilitar o acesso a microcrédito e linhas de financiamento;
- >> Oferecer programas de capacitação e mentoria;
- >> Apoiar comércio informal e MEI com espaços físicos;
- >> Facilitar formalização e licitações para microempreendedores.

Diretriz: Garantir oportunidades para jovens com escolas profissionalizantes, programas e parcerias.

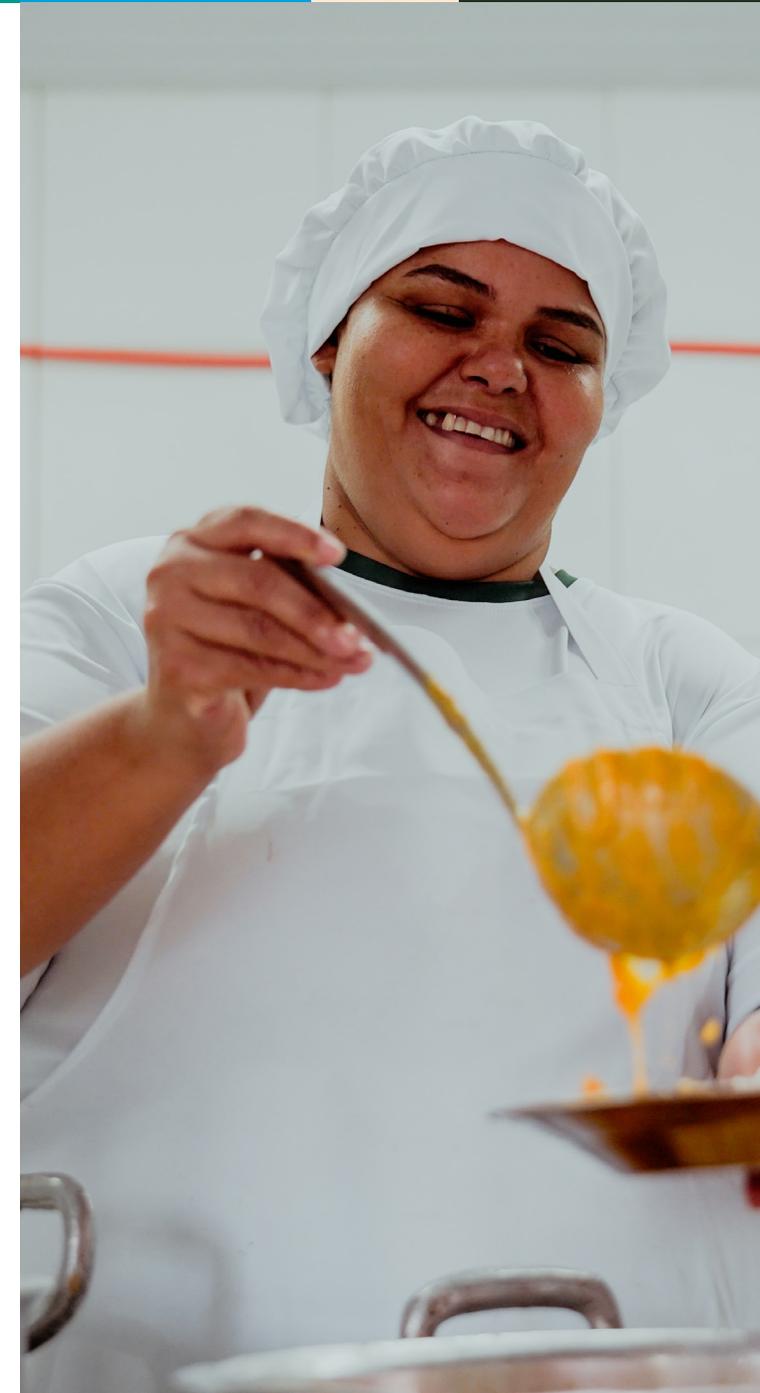
Principais ideias:

- >> Oferecer formação técnica desde o ensino fundamental;
- >> Implantar programas de primeiro emprego e de jovem aprendiz;
- >> Disponibilizar cursos profissionalizantes gratuitos.

Diretriz: Promover formação técnica e prática voltada à economia local.

Principais ideias:

- >> Oferecer cursos técnicos nas áreas tradicionais e tecnológicas.
- >> Estimular a formação nas áreas de gastronomia e beleza.





DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E DO TURISMO

Diretriz: Conciliar crescimento urbano com preservação ambiental, plano diretor e educação.

Principais ideias:

- >> Promover educação ambiental e campanhas de conscientização;
- >> Criar leis e projetos de incentivos voltados à preservação ambiental;
- >> Promover ações de replantio e cuidado com áreas verdes;
- >> Atualizar o Plano Diretor na expansão urbana sustentável.

Diretriz: Valorizar a cultura local e a economia criativa por meio de feiras, revitalização de mercados e da infraestrutura turística.

Principais ideias:

- >> Realizar eventos culturais e feiras locais;
- >> Revitalizar espaços públicos;
- >> Aprimorar a mobilidade urbana e fortalecer a segurança para atrair os visitantes.

Diretriz: Requalificar espaços públicos com foco nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Principais ideias:

- >> Investir em infraestrutura básica nas periferias;
- >> Requalificar centros comerciais e polos gastronômicos;
- >> Melhorar praças e parques com iluminação e segurança.

Diretriz: Estruturar adequadamente os espaços de comércio informal e feiras populares.

Principais ideias:

- >> Oferecer infraestrutura física segura e acessível;
- >> Apoiar pequenos empreendedores com capacitação e parcerias.





DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA COMPARTILHADA

Diretriz: Instituir mecanismos de resposta rápida, descentralizada e transparente às demandas da população.

Principais ideias:

- >> Disponibilizar canais digitais de atendimento com prazos definidos;
- >> Reforçar ouvidorias e mecanismos de controle.
- >> Fortalecer a atuação das secretarias regionais nos territórios;
- >> Monitorar o andamento das demandas e assegurar transparência.

Diretriz: Promover uma gestão pública mais acessível, com uso de portais de transparência, dados abertos e linguagem clara.

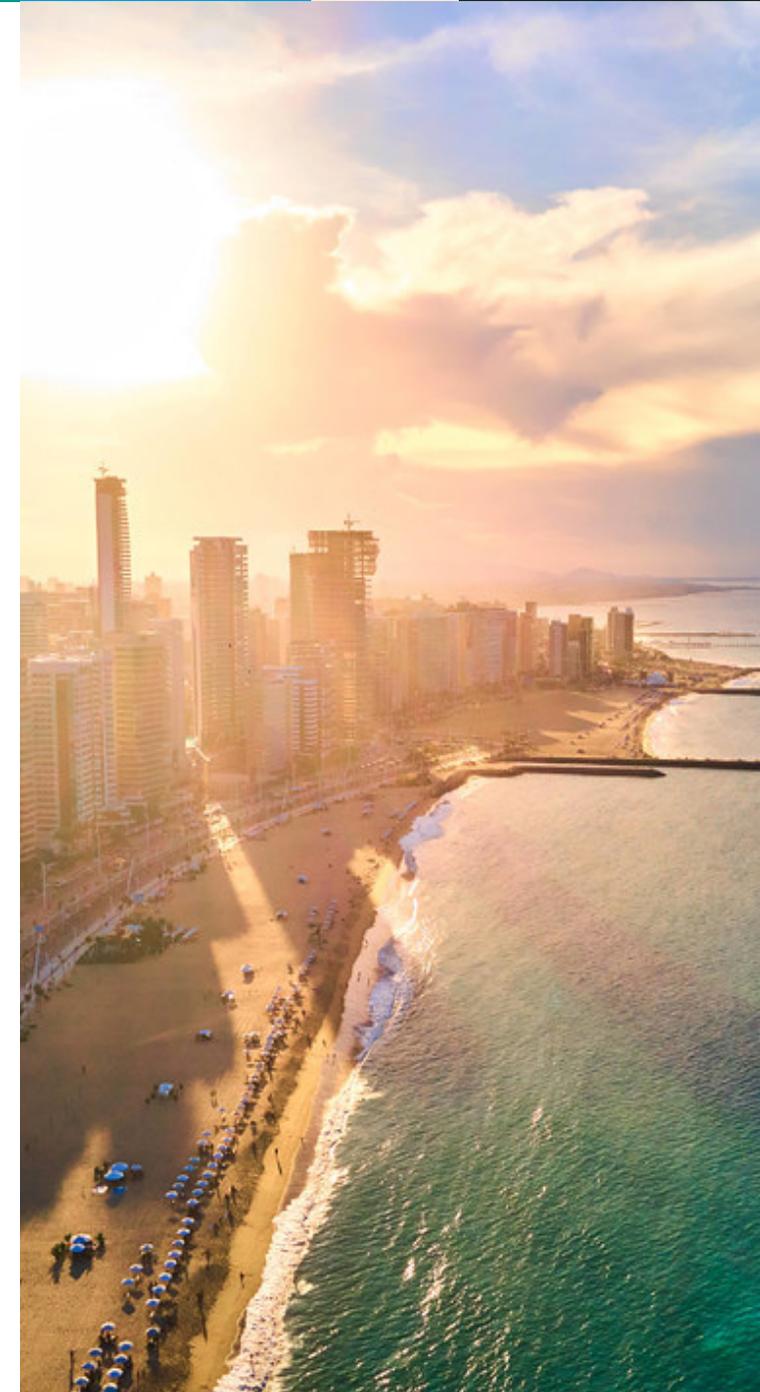
Principais ideias:

- >> Fortalecer o Portal da Transparência;
- >> Prestar contas de forma descentralizada e periódica;
- >> Divulgar informações em redes sociais e pontos estratégicos;
- >> Disponibilizar dados abertos por meio de plataforma digital.

Diretriz: Democratizar a participação popular por meio de fóruns, orçamento participativo e ferramentas digitais.

Principais ideias:

- >> Ativar ouvidorias e conselhos comunitários;
- >> Realizar fóruns regionais e reuniões públicas;
- >> Aperfeiçoar o serviço 156 e os aplicativos de fiscalização cidadã;
- >> Firmar parcerias com associações de bairro;





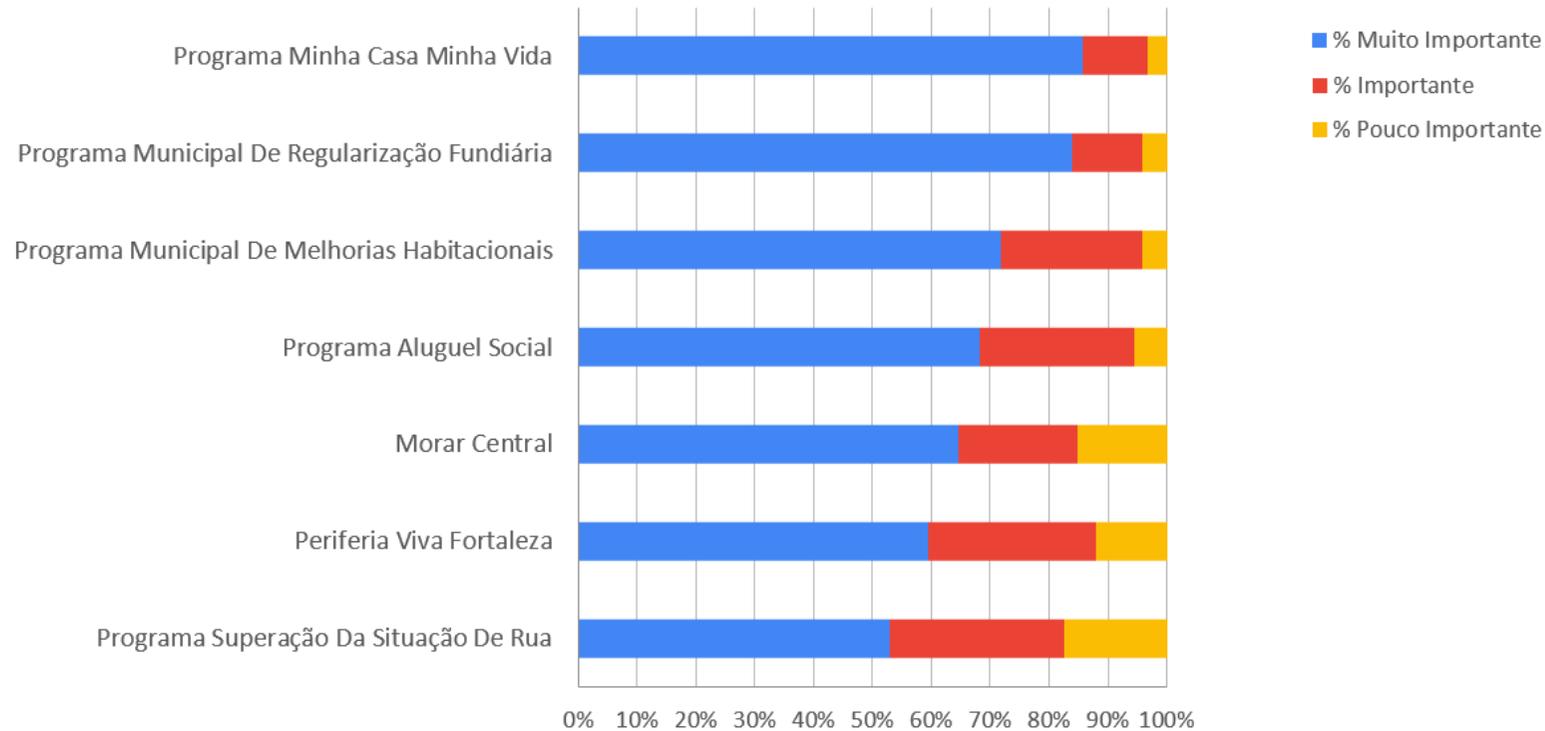
Adicionalmente, os fóruns presenciais realizados em abril nos 39 territórios do município complementaram a metodologia de escuta social detalhada anteriormente. Enquanto a seção prévia tratou do processo participativo e das diretrizes gerais, os fóruns promoveram debates diretos com a população sobre aproximadamente 12 temas relacionados a políticas públicas para a cidade.

As tabelas a seguir apresentam, de forma quantitativa, o engajamento da população em cada território, oferecendo um panorama claro das prioridades e demandas expressas pelos cidadãos. Também são apresentados o resumo dos temas abordados e as iniciativas mais votadas em cada um deles.





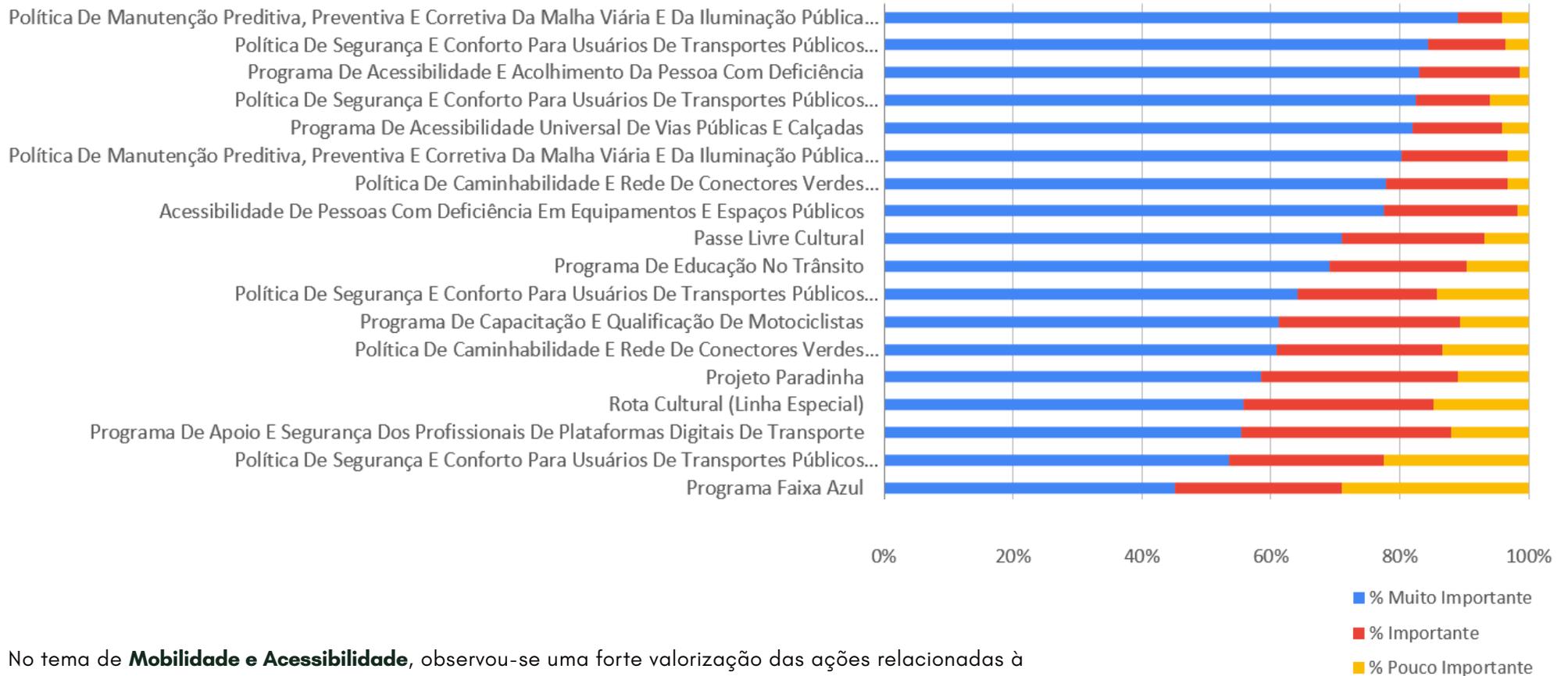
MORADIA E REGULARIZAÇÃO



Na área de **Moradia e Regularização**, programas como o Minha Casa Minha Vida e a Regularização Fundiária foram destacados como altamente prioritários, sendo considerados “Muito Importantes” pela ampla maioria dos participantes. Por outro lado, iniciativas como o Programa de Superação da Situação de Rua apresentaram maior variação nas percepções, com percentuais mais distribuídos entre os níveis “Importante” e “Pouco Importante”.



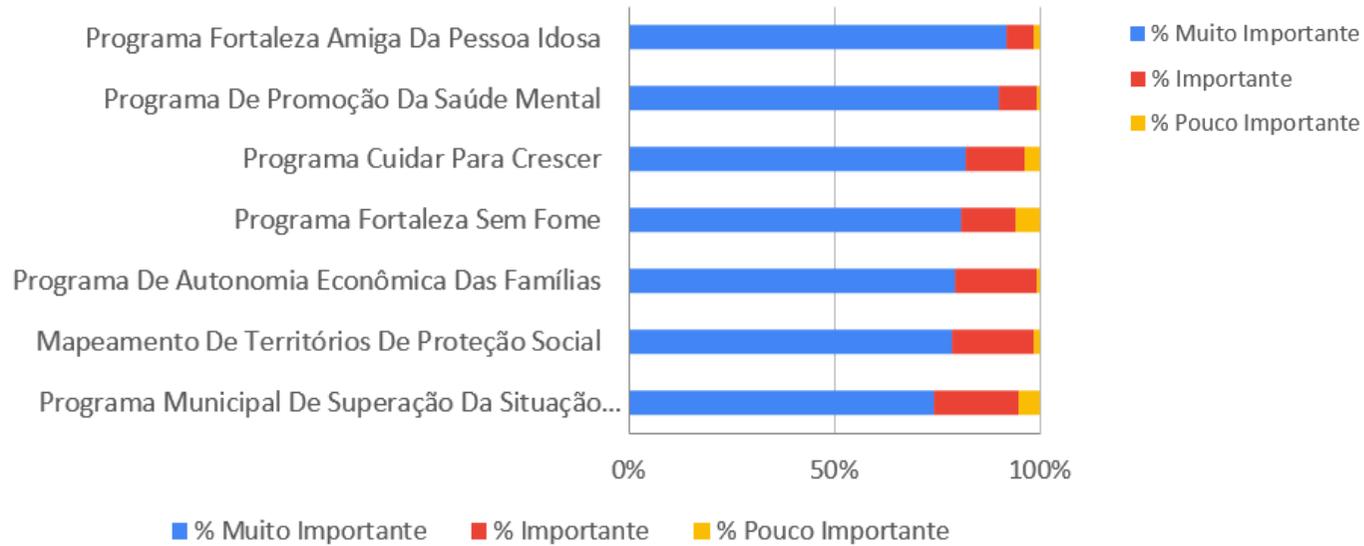
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE



No tema de **Mobilidade e Acessibilidade**, observou-se uma forte valorização das ações relacionadas à manutenção da iluminação pública, segurança nos transportes e acessibilidade das calçadas, evidenciando uma demanda urbana por infraestrutura básica e segurança nos deslocamentos. Em contrapartida, projetos como o Rota Cultural e algumas iniciativas voltadas à mobilidade alternativa apresentaram menor centralidade entre as prioridades indicadas pela população.



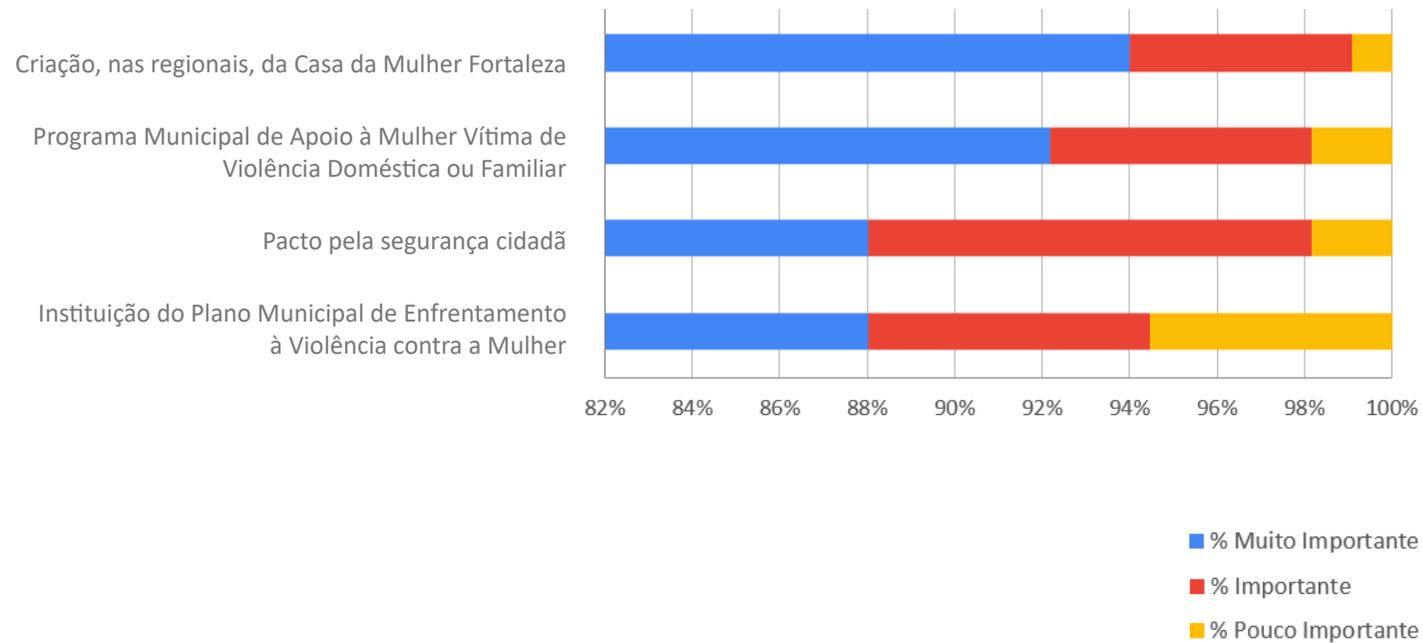
ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA



Na área de **Acolhimento e Assistência**, programas voltados ao cuidado com idosos, à saúde mental e ao combate à fome registraram ampla aprovação como “Muito Importantes”, evidenciando uma sensibilidade social diante das situações de vulnerabilidade.



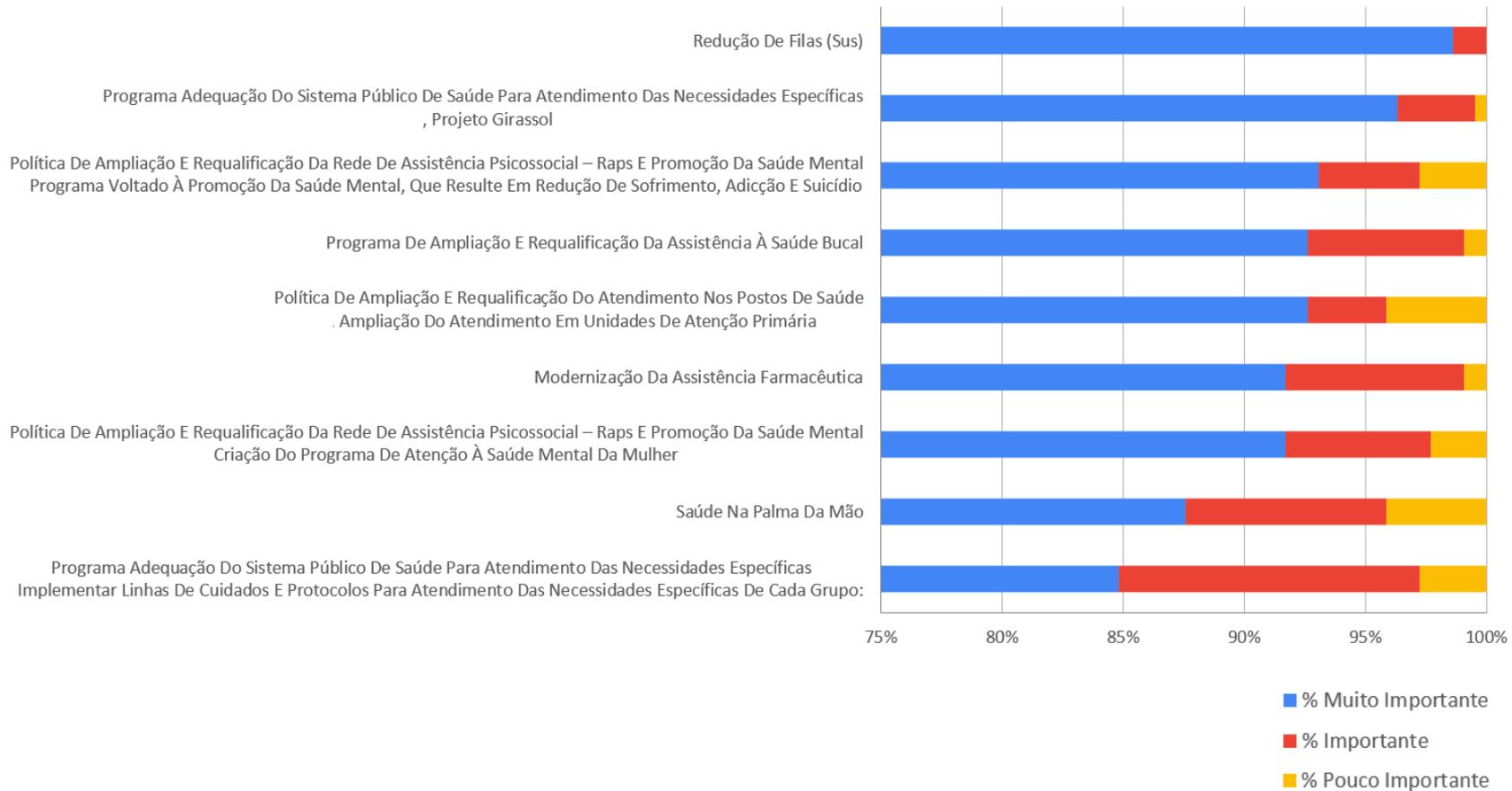
SEGURANÇA CIDADÃ



Quanto à **Segurança Cidadã**, observa-se quase unanimidade quanto à importância atribuída ao programa Promulher Fortaleza, voltado à proteção de mulheres vítimas de violência, o que evidencia a relevância do tema no debate público.



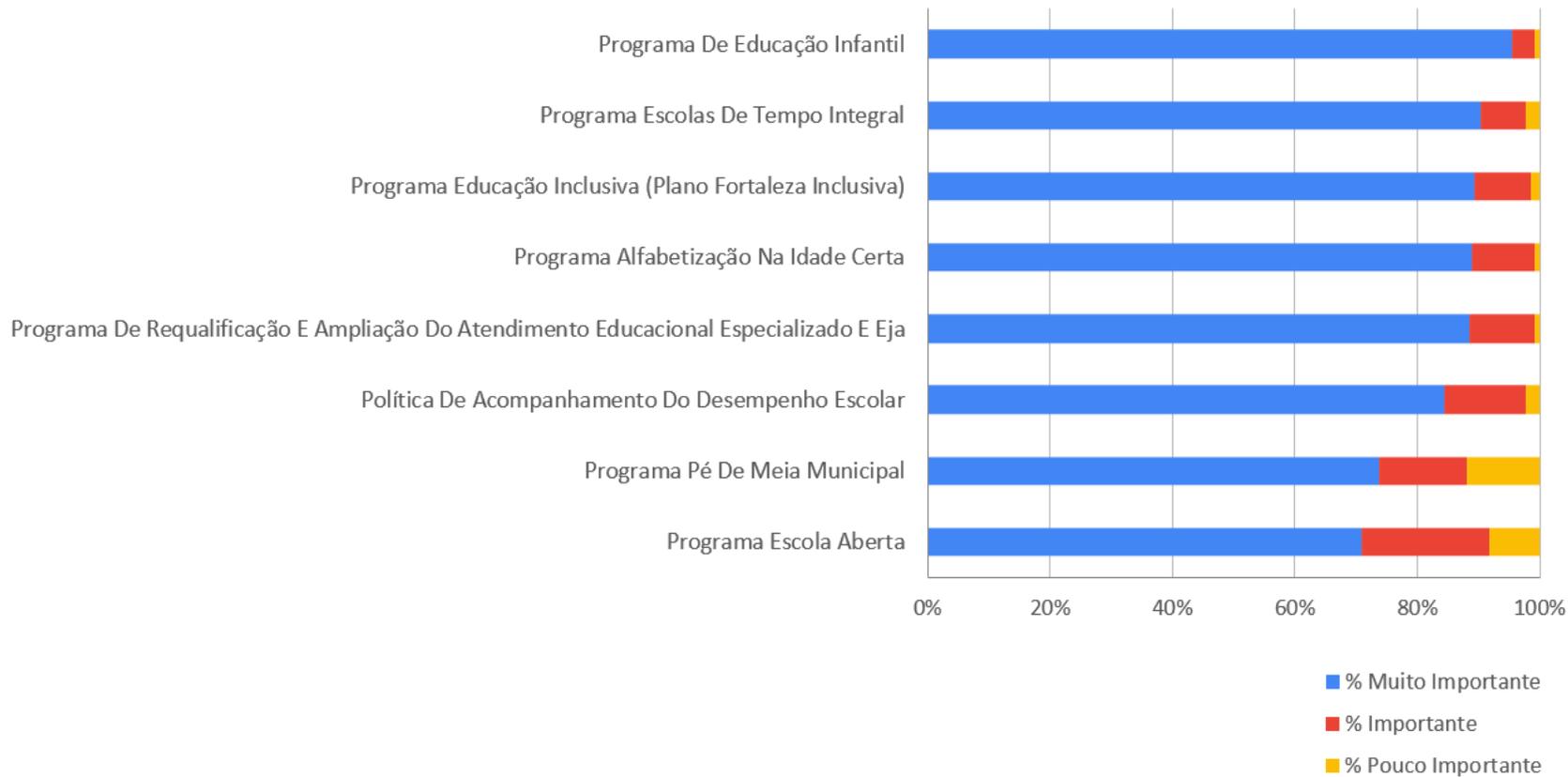
SAÚDE



No eixo da **Saúde**, os dados revelam um consenso contundente quanto à necessidade de reduzir as filas no SUS e requalificar a rede de atenção psicossocial e a atenção básica, o que evidencia que o acesso e a eficiência do sistema de saúde são prioridades bem definidas.



EDUCAÇÃO



Na área da **Educação**, observa-se uma forte valorização de programas como Educação Infantil, Tempo Integral e Educação Inclusiva. Por outro lado, iniciativas como Escola Aberta e Pé-de-Meia Municipal apresentaram menor grau de prioridade, indicando uma preferência da população por ações estruturantes na base educacional.



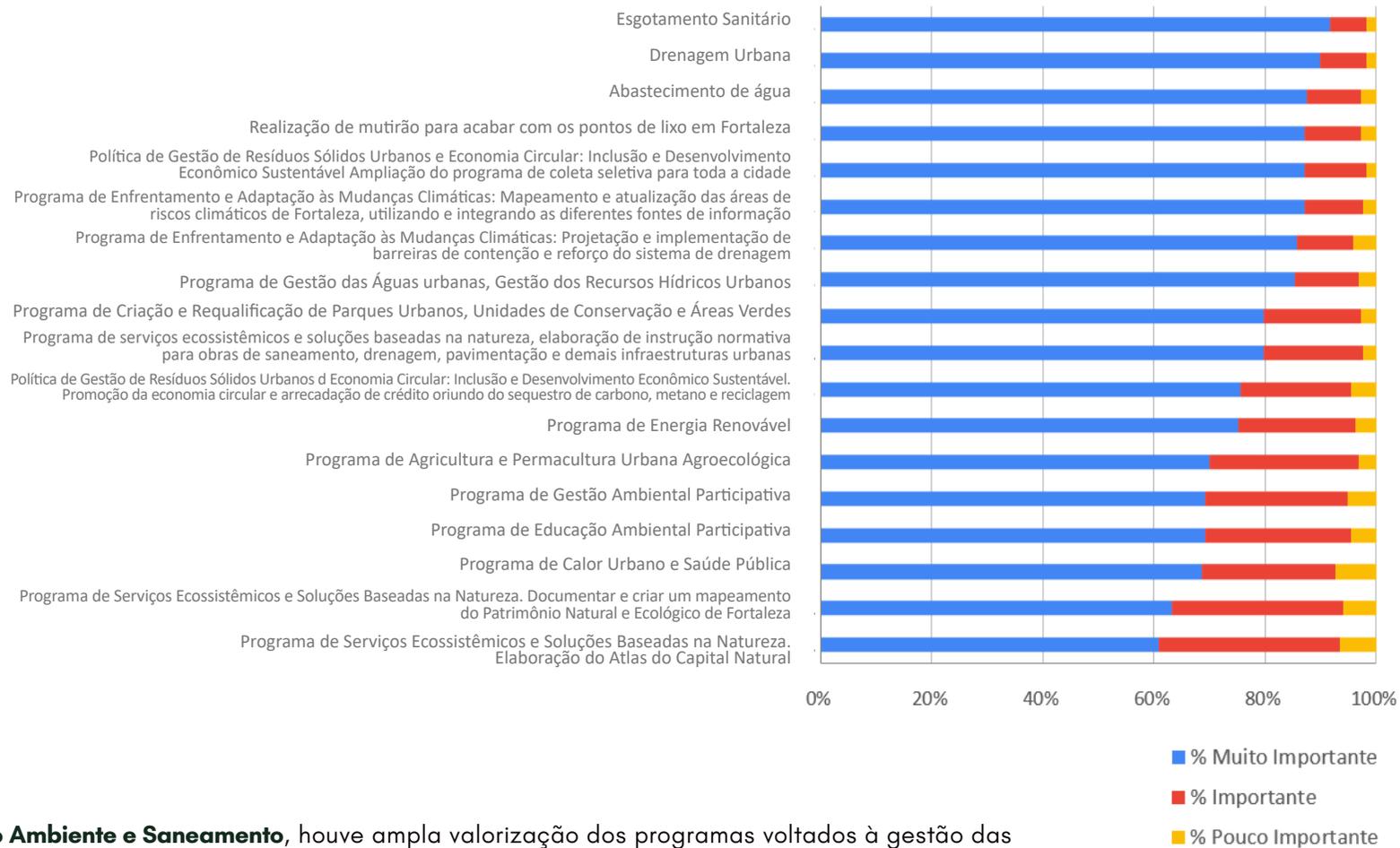
CULTURA



No eixo de **Cultura**, Esporte e Juventude, observa-se uma diversidade de opiniões e menor grau de consenso entre os participantes. Ainda assim, destacaram-se como mais valorizadas as propostas relacionadas à criação de espaços multifuncionais e à valorização de grupos culturais e esportivos.



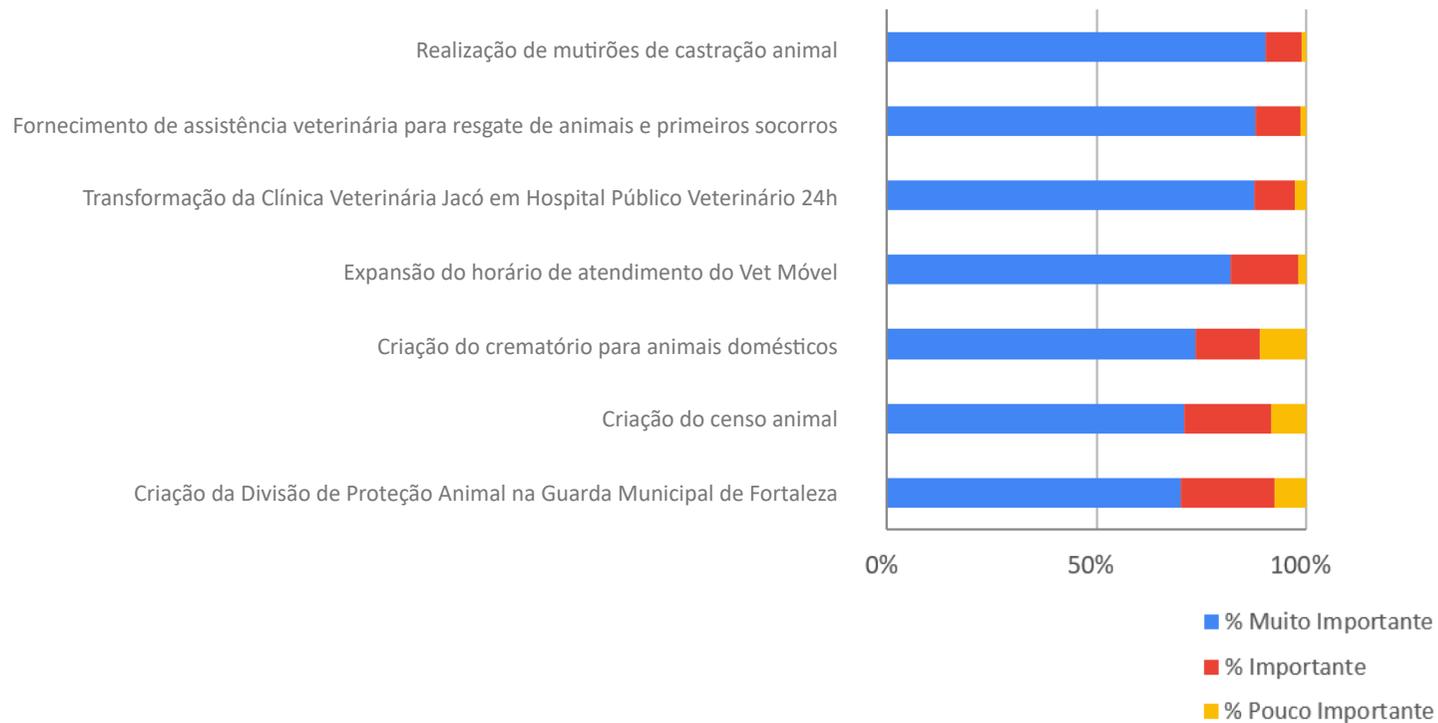
MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO



No tema **Meio Ambiente e Saneamento**, houve ampla valorização dos programas voltados à gestão das águas urbanas, drenagem e esgotamento sanitário, bem como às ações de enfrentamento às mudanças climáticas, evidenciando uma crescente consciência ambiental entre a população.



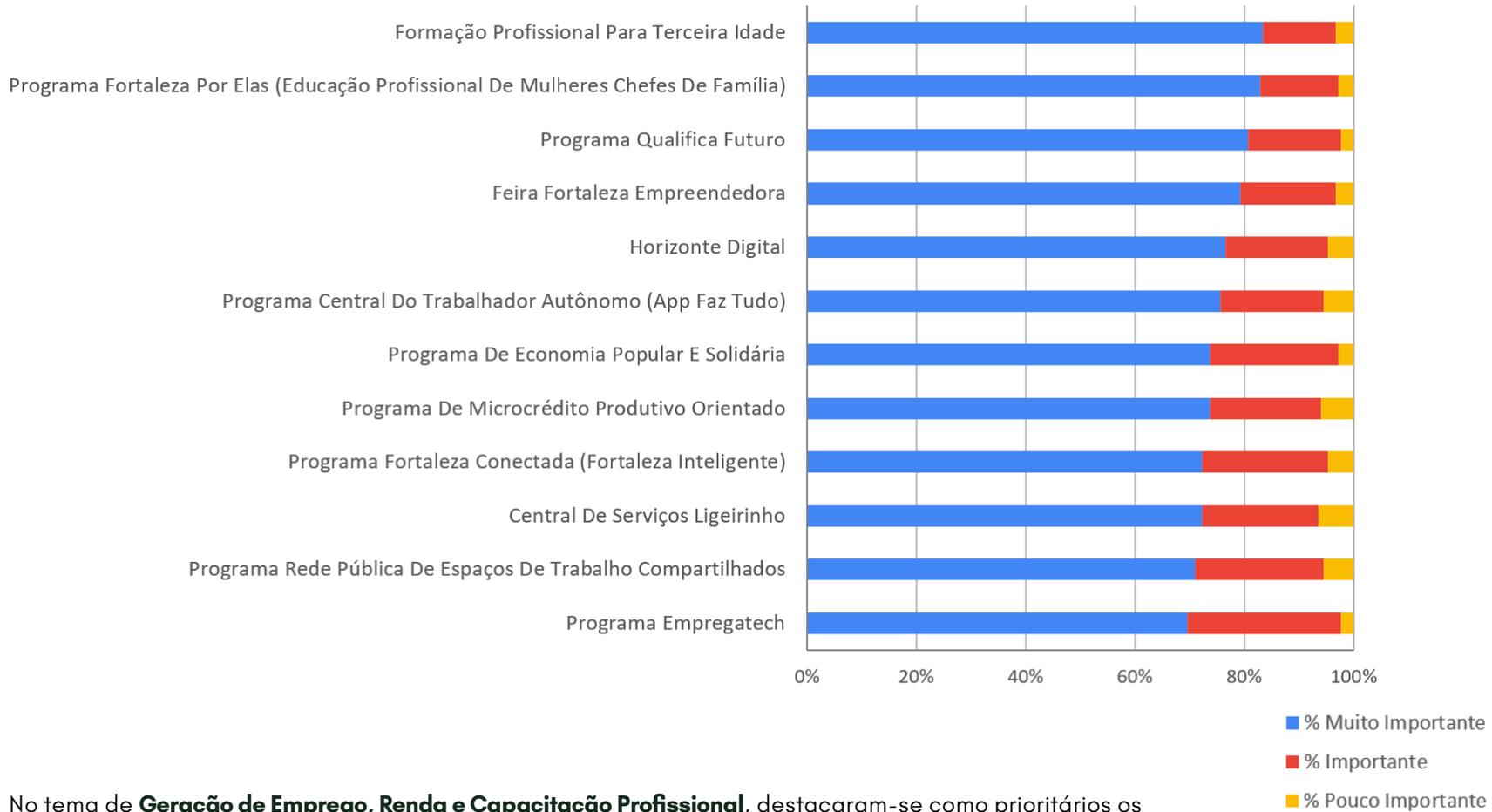
PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL



Na área de **Proteção e Bem-Estar Animal**, as ações de castração, assistência veterinária e ampliação do Vet Móvel foram amplamente reconhecidas como prioritárias. Por outro lado, iniciativas de caráter mais institucional, como a criação de divisões e a realização de censos, receberam menor destaque.



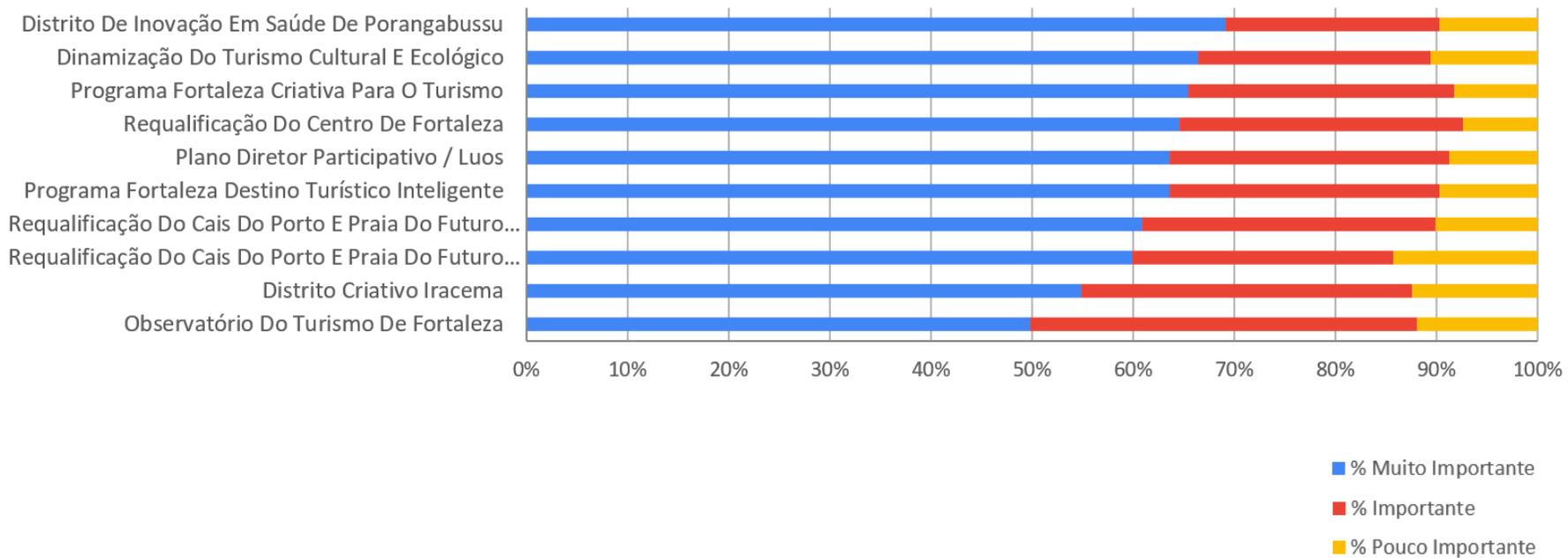
GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL



No tema de **Geração de Emprego, Renda e Capacitação Profissional**, destacaram-se como prioritários os programas voltados à formação da terceira idade, mulheres chefes de família e juventude, como Formação Profissional para a Terceira Idade, Fortaleza por Elas e Qualifica Futuro. Iniciativas mais estruturantes ou de apoio indireto, tiveram menor grau de importância atribuído pela população.



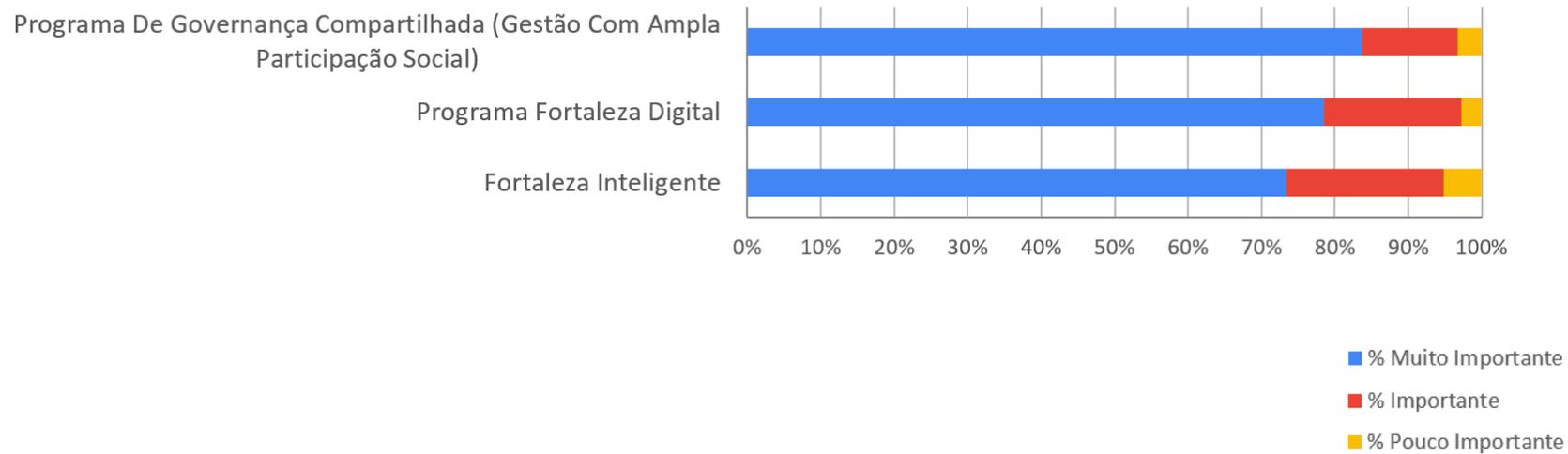
DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E DO TURISMO



No tema de **Desenvolvimento Urbano, Econômico e do Turismo**, destacaram-se como mais valorizadas pela população iniciativas como o Distrito de Inovação em Saúde de Porangabuçu, a dinamização do turismo cultural e ecológico e o programa Fortaleza Criativa no Turismo.



DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E DO TURISMO



No tema **Desenvolvimento da Gestão Pública**, todas as iniciativas apresentaram alta valorização. O Programa de Governança Compartilhada, com foco na participação social, destacou-se como o mais prioritário, seguido pelo Programa Fortaleza Digital e pela iniciativa Fortaleza Inteligente, reforçando a importância da modernização administrativa e da transparência para a população.



4

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



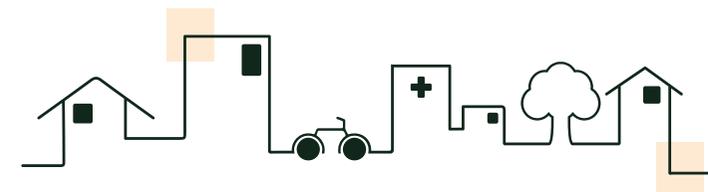
AUTONOMIA ECONÔMICA

Principais Programas Orçamentários

- 0026 - Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios
- 0027 - Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes
- 0152 - Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda
- 0064 - Fortaleza Jovem
- 0043 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos
- 0031 - Promoção e defesa dos direitos das mulheres

Principais Secretarias

- Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE
- Secretaria da Juventude - SEJUV
- Secretaria de Educação - SME
- Secretaria das Mulheres - SEMULHER





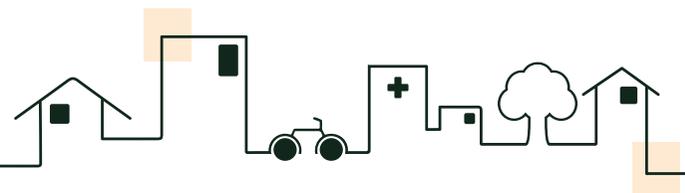
SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA

Principais Programas Orçamentários

- 0018 - Habitar Fortaleza
- 0031 - Promoção e defesa dos direitos das mulheres
- 0160 - Segurança alimentar e nutricional
- 0210 - Proteção social especial de média complexidade
- 0211 - Proteção social especial de alta complexidade
- 0171 - Gestão e fortalecimento do SUAS
- 0181 - Promoção dos direitos e prevenção de violações contra crianças e adolescentes
- 0186 - Gestão do Sistema de Garantia de Direitos e Controle Social
- 0189 - Pacto pela Segurança Cidadã

Principais Secretarias

- Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS
- Secretaria das Mulheres - SEMULHER
- Secretaria de Habitação - HABITAFOR
- Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI
- Secretaria da Segurança Cidadã - SESEC
- Guarda Municipal de Fortaleza - GMF





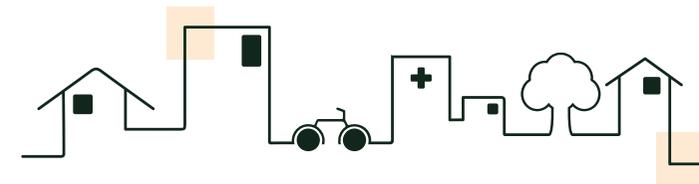
INFÂNCIA VIVA

Principais Programas Orçamentários

- 2125 - Infância Viva
- 0052 - Desenvolvimento da Educação Infantil
- 0181 - Promoção dos direitos e prevenção de violações contra crianças e adolescentes
- 0186 - Gestão do Sistema de Garantia de Direitos e Controle Social
- 0053 - Segurança no trânsito
- 0101 - Infraestrutura, transporte e mobilidade urbana
- 2129 - Preservação do patrimônio histórico e valorização da memória
- 2130 - Promoção e desenvolvimento da arte, diversidade e cultura

Principais Secretarias

- Coordenadoria Especial da Primeira Infância - CESPI
- Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCÍ
- Autarquia Municipal de Trânsito - AMC
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS
- Secretaria do Esporte e Lazer - SECEL
- Secretaria de Infraestrutura - SEINF
- Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSP
- Secretaria de Educação - SME





SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Principais Programas Orçamentários

2123 - Gestão ambiental, de riscos e desastres

0101 – Infraestrutura, transporte e mobilidade urbana

0197 - Gestão do Conhecimento

Principais Secretarias

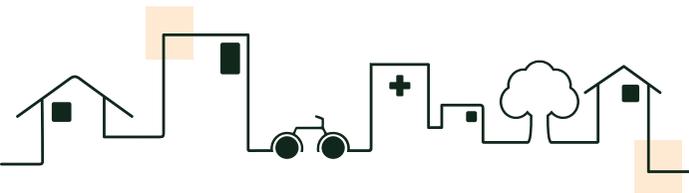
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA

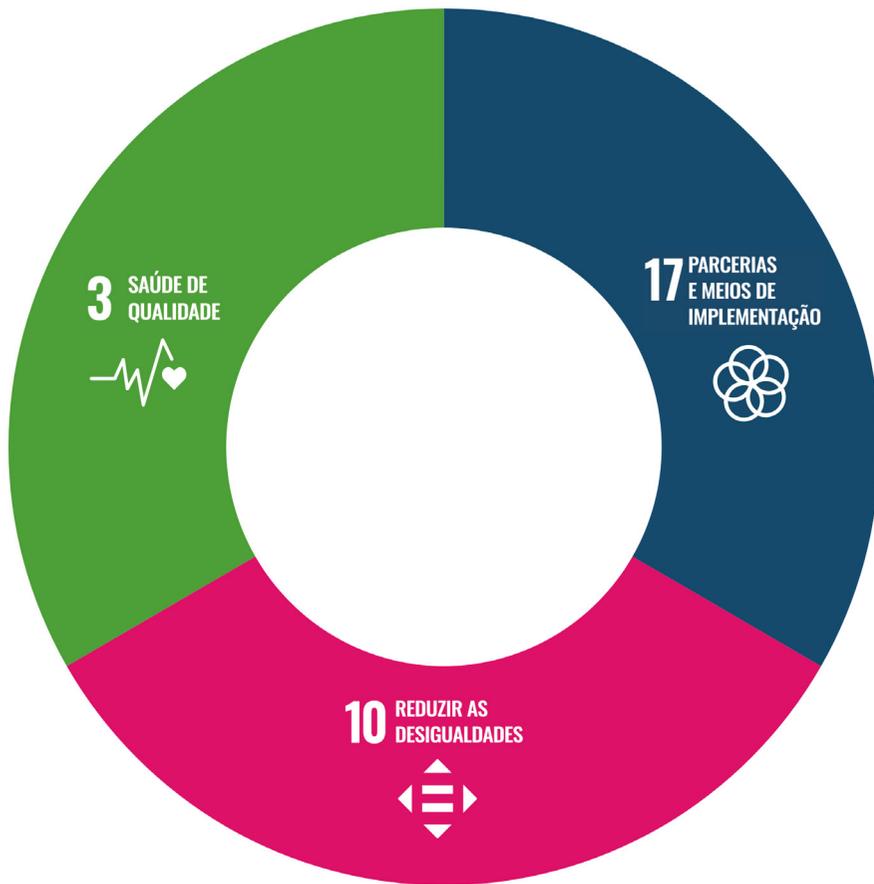
Instituto do Planejamento de Fortaleza - IPPLAN

Secretaria de Segurança Cidadã (Defesa Civil) - SESEC/DEFESA CIVIL

Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSP

Autarquia Municipal de Trânsito - AMC





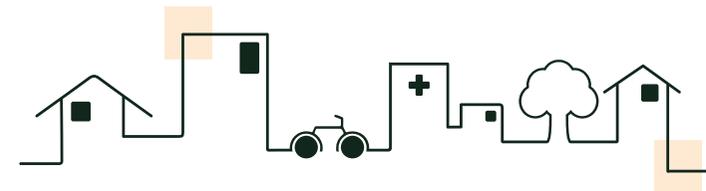
SAÚDE QUE CUIDA

Principais Programas Orçamentários

- 0003 - Desenvolvimento do desporto comunitário e lazer
- 0004 - Programa de esporte educacional e alto rendimento
- 0119 - Atenção primária à saúde
- 0120 - Gestão Estratégica, Regulação da saúde
- 0121 - Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
- 0123 - Atenção especializada à saúde
- 0124 - Atenção Terciária à Saúde
- 0125 - Regulação, controle, avaliação e auditoria
- 0127 - Assistência Farmacêutica
- 0128 - Vigilância à saúde
- 2027 - Proteção e bem-estar animais

Principais Secretarias

- Secretaria de Saúde - SMS
- Secretaria de Esporte e Lazer - SECEL
- Secretaria de Proteção Animal - SMPA





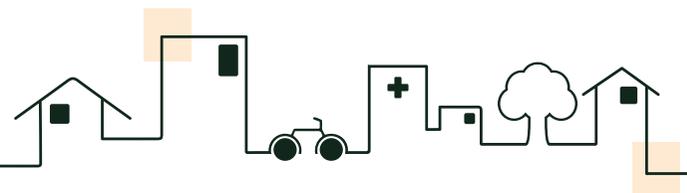
FORTALEZA PARA TODAS AS IDADES

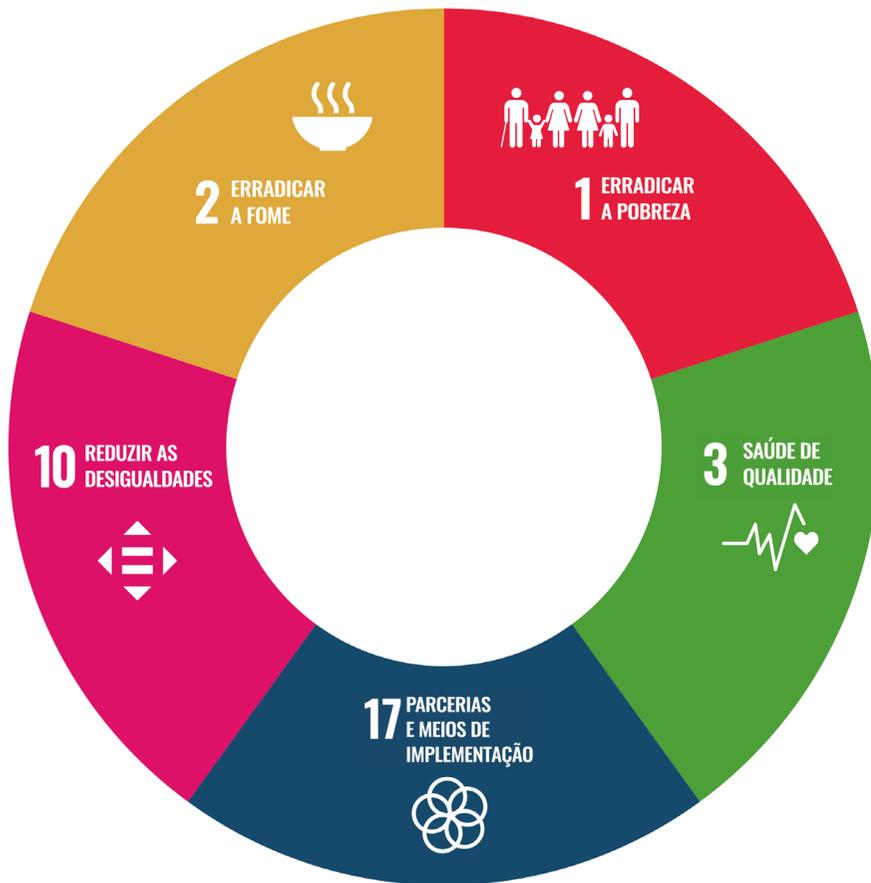
Principais Programas Orçamentários

- 0007 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
- 0053 - Segurança no trânsito
- 0141 - Proteção social básica
- 0210 - Proteção social especial de média complexidade
- 0211 - Proteção social especial de alta complexidade
- 0171 - Gestão e fortalecimento do SUAS
- 0003 - Desenvolvimento do desporto comunitário e lazer
- 0036 - Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos
- 0101 - Infraestrutura, transporte e mobilidade urbana

Principais Secretarias

- Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS
- Autarquia Municipal de Trânsito - AMC
- Secretaria do Esporte e Lazer - SECEL
- Secretaria de Infraestrutura - SEINF
- Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSP





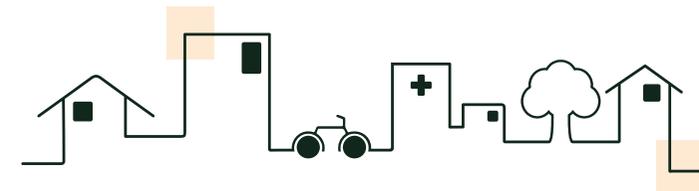
FORTALEZA SEM FOME

Principais Programas Orçamentários

- 0160 - Segurança alimentar e nutricional
- 0152 - Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda
- 0042 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- 0043 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos
- 0052 - Desenvolvimento da Educação Infantil
- 0141 - Proteção social básica
- 0210 - Proteção social especial de média complexidade
- 0211 - Proteção social especial de alta complexidade
- 0171 - Gestão e fortalecimento do SUAS

Principais Secretarias

- Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE
- Secretaria de Educação - SME





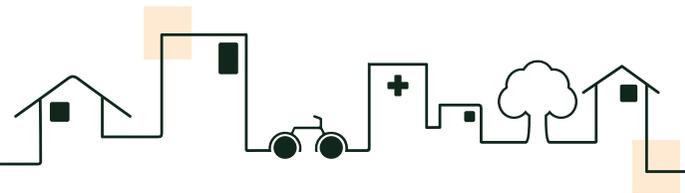
ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Principais Programas Orçamentários

- 0008 – Promoção e Defesa Da Cidadania e Direitos Humanos da Pessoa Com Deficiência
- 0123 - Atenção especializada à saúde
- 0141 - Proteção social básica
- 0210 - Proteção social especial de média complexidade
- 0211 - Proteção social especial de alta complexidade
- 0171 - Gestão e fortalecimento do SUAS
- 0036 – Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos
- 0003 - Desenvolvimento do desporto comunitário e lazer
- 0053 - Segurança no trânsito
- 0101 – Infraestrutura, transporte e mobilidade urbana

Principais Secretarias

- Secretaria de Saúde - SMS
- Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS
- Autarquia Municipal de Trânsito - AMC
- Secretaria do Esporte e Lazer - SECEL
- Secretaria de Infraestrutura - SEINF
- Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSP





Além disso, na dimensão estratégica, foram definidos elementos da identidade organizacional.

MISSÃO

Promover equidade social, econômica e ambiental, fortalecendo a participação cidadã para garantir desenvolvimento humano e urbano integrado.

VISÃO DE FUTURO

Ser uma cidade justa, sustentável e inovadora, com gestão participativa, serviços públicos eficientes, mobilidade urbana inclusiva, valorização do patrimônio cultural e qualidade de vida.

VALORES

Justiça, equidade nas políticas públicas, compromisso, honestidade e transparência, zelo e valorização das pessoas e do bem público, respeito, acolhimento, presença e excelência nos serviços.

Alinhados à visão de futuro e à missão governamental, estão os objetivos estratégicos que nortearão a execução das políticas públicas que darão forma às diretrizes e metas traçadas para o desenvolvimento da cidade. Esses objetivos serão recepcionados por um Eixo estratégico principal, o qual reunirá programas destinados a enfrentar os principais desafios identificados. Esses programas, por sua vez, poderão contribuir de forma complementar para o alcance de objetivos em outros Eixos, reforçando o caráter intersetorial do Plano Plurianual.



EIXO 1 - EQUIDADE SOCIAL E TERRITORIAL

Esse eixo visa a um desenvolvimento mais justo e equitativo para todos os cidadãos de Fortaleza. Na figura seguinte estão os principais problemas ou desafios atuais da cidade vinculados à temática que os programas relacionados a esse Eixo visam combater.

Objetivo: Reduzir as desigualdades sociais em Fortaleza, visando à diminuição da extrema pobreza e da fome e à promoção da equidade para grupos de pessoas mais vulneráveis.

Equidade Social e Territorial

Grandes desigualdades sociais

32% em extrema pobreza

Alta insegurança alimentar

Grupos mais afetados: mulheres, negros, baixa escolaridade

EIXO 2 - EMPREGO E RENDA

Este Eixo aborda prioritariamente políticas voltadas ao acesso ao trabalho e à renda para a superação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida.

Objetivo: Promover a inclusão socioeconômica em Fortaleza, objetivando a redução da extrema pobreza, o aumento da empregabilidade, a formalização do trabalho e o fortalecimento de novas economias.

Emprego e renda

Baixo PIB per capita

Aumento da extrema pobreza

Aumentar empregabilidade

Necessidade de políticas de Inclusão Socioeconômica

Reduzir informalidade

Fortalecer novas economias



EIXO 3 - ACOLHIMENTO INCLUSIVO E QUALIDADE NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Neste Eixo, a qualidade e a acessibilidade dos serviços públicos são pilares para a inclusão e o bem-estar social, principalmente para os grupos mais vulneráveis, como população em situação de rua, LGBTQIA+, idosos, negros, mulheres e crianças.

Objetivo: Fortalecer os serviços públicos em Fortaleza, garantindo acolhimento eficiente e acessível em saúde, educação e outros serviços essenciais, visando à promoção da igualdade e à inclusão de grupos vulneráveis.

Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais

Deficiências em serviços públicos

Foco em grupos vulneráveis

Acolhimento eficiente e acessível

Serviços Essenciais: saúde e educação

Promoção de igualdade e inclusão

EIXO 4 - SEGURANÇA VIÁRIA, MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

Esse Eixo mira nos desafios fundamentais de segurança e eficiência no deslocamento urbano, buscando tornar a cidade mais acessível e segura para todos. Abaixo estão os principais problemas e desafios que serão enfrentados nesse Eixo.

Objetivo: Reduzir as mortes no trânsito em Fortaleza por meio da melhoria do transporte público, ampliação de ciclovia, da melhoria da infraestrutura urbana e viária e da universalização do uso dos espaços públicos.

Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade

Alto número de mortes no trânsito

Envolvimento de motocicletas

Melhorar transporte público

Melhorar ciclovias e calçadas

Melhorar paradas de ônibus

Garantir acessibilidade universal



EIXO 5 - CONVIVÊNCIA AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Aqui reconhece-se a importância da proteção ambiental para o futuro da cidade e a qualidade de vida de seus habitantes.

Objetivo: Promover a sustentabilidade ambiental em Fortaleza por meio da gestão eficiente dos recursos naturais, da redução da poluição e degradação ambiental, e da adaptação às mudanças climáticas.

Convivência Ambiental Sustentável

Desafios ambientais:
poluição, degradação

Vulnerabilidades às mudanças climáticas

Gestão eficiente de recursos naturais

Adaptação às mudanças climáticas

EIXO 6 - PATRIMÔNIO CULTURAL E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO URBANO

Esse eixo afirma um compromisso com a valorização da identidade cultural da cidade e a melhoria de espaços estratégicos. Essa atribuição decorre dos principais desafios relacionados ao tema que Fortaleza precisa superar, descritos abaixo.

Objetivo: Preservar o patrimônio cultural de Fortaleza e revitalizar o centro urbano, com projetos que protejam a identidade histórica e promovam melhorias em áreas turísticas.

Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano

Patrimônio Cultural:
descaracterização e demolições

Centro urbano: carência de revitalização

Projetos para preservar patrimônio

Melhorar áreas: Praia de Iracema,
Monsenhor Tabosa



EIXO 7 - GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

Nesse Eixo, a participação popular e uma gestão pública transparente e responsiva são consideradas fundamentais para garantir a real execução e eficácia das políticas planejadas.

Governança e Gestão Pública Compartilhada

Objetivo: Fortalecer o serviço público e a participação popular em Fortaleza, promovendo o diálogo efetivo com a população e implementando políticas públicas participativas.

Retomar participação popular

Retomar governança democrática

Diálogo efetivo com a população

Elaboração e implementação de políticas

Orçamento Participativo

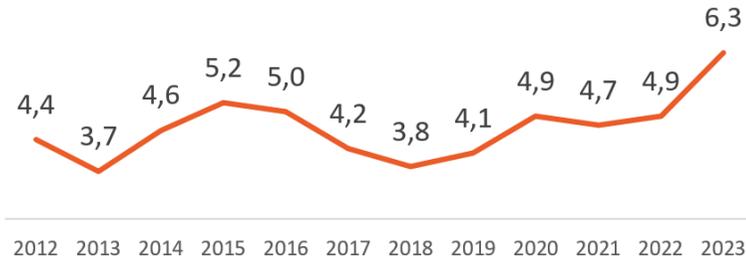
A separação por Eixo não reduz, mas deixa clara, a interconexão entre os desafios atuais da cidade, além disso, sugere uma visão não reducionista de enfrentamento, trazendo um conjunto de diretrizes que revela um plano abrangente e heterogêneo para construir uma cidade mais equitativa, segura e sustentável.

Neste contexto proposto, os Eixos são elementos agregadores que centralizam as principais políticas que contribuirão para as mudanças sugeridas nos objetivos estratégicos. Devido à interconexão entre os Eixos, foi proposta uma cesta de indicadores estratégicos para acompanhar conjuntamente o alcance desses objetivos.



População em extrema pobreza (%)

$$\left(\frac{\text{Pessoas em família com renda per capita} < \text{US\$2,15 por dia}}{\text{População}} \right) * 100$$



Fonte: Síntese de indicadores sociais-IBGE

IDHM-a – Índice de Desenvolvimento Municipal Ajustado ao Município

$$IDHM - a = \sqrt[3]{I_{Educação} I_{Renda} I_{Exp\ vida}}$$



Fonte: PNADC/T-IBGE

Taxa de mortalidade infantil (por 1.000)

$$\left(\frac{\text{Óbitos infantis com até 1 ano de idade}}{\text{Nascidos vivos}} \right) * 1.000$$



Fonte: IBGE

Razão de renda intergeracional

$$\left(\frac{\text{Rendimento médio de pessoas de 14 a 24 anos}}{\text{Rendimento médio de pessoas de 40 a 59 anos}} \right)$$

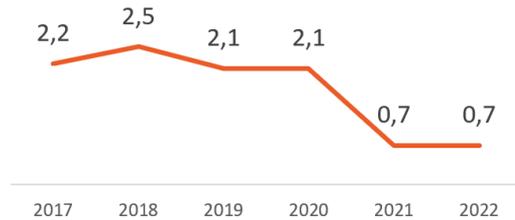


Fonte: PNADC/T-IBGE



Domicílios sujeitos a risco de inundação (%)

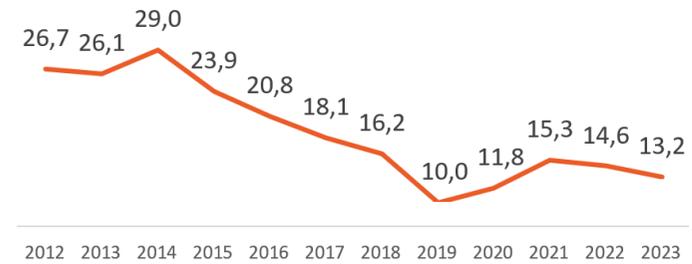
$$\left(\frac{\text{Total de domicílio em situação de risco de inundação}}{\text{Total de domicílios}} \right) * 100$$



Fonte: SEINF/Instituto Água e Saneamento

Taxa de mortes no trânsito (por 100 mil)

$$\left(\frac{\text{Mortes por acidente de trânsito}}{\text{População}} \right) * 100.000$$



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

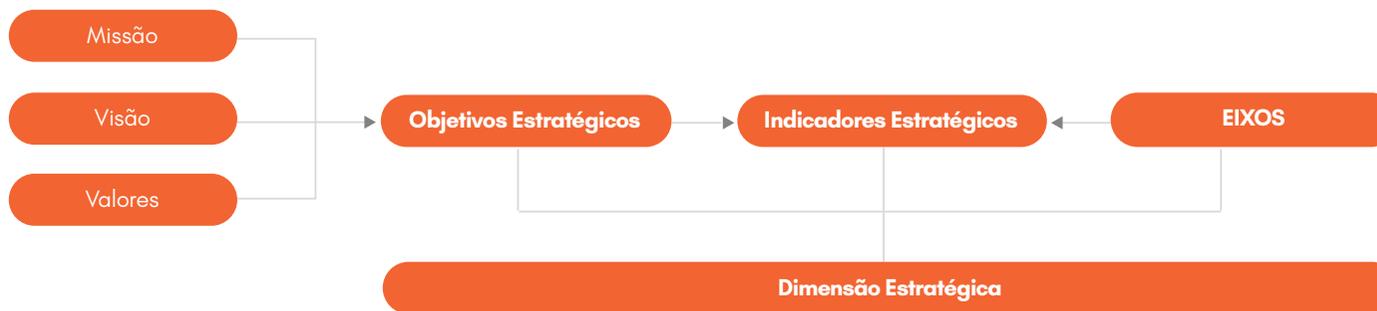
Além dos já mencionados, há indicadores considerados fundamentais para sustentar de maneira consistente a formulação e o acompanhamento das políticas públicas. Esses indicadores estabelecem metas a serem alcançadas ao longo do período de vigência do PPA, permitindo aferir de forma objetiva o desempenho das ações governamentais. A tabela a seguir apresenta a relação dos indicadores estratégicos propostos, acompanhados de seus valores mais recentes e das respectivas metas para o período do PPA.

Indicador	Histórico		Metas	
	Último valor	Ano	2026	2029
Razão de renda intergeracional	0,24	2024	0,25	0,27
População em Extrema Pobreza	6,30	2023	6,10	5,50
IDHM-a – Índice de Desenvolvimento Municipal Ajustado	0,72	2023	0,75	0,83
Taxa de mortes no trânsito	13,20	2023	12,70	11,54
Taxa de mortalidade infantil	11,78	2023	11,33	10,30
Taxa de homicídio	33,54	2025	32,26	29,32
Taxa de homicídio de jovens (15 a 29 anos)	83,51	2025	80,32	73,01
Taxa de cobertura de esgotamento sanitário	62,85	2025	65,25	71,55
Taxa de pessoas ocupadas na informalidade	45,70	2025	43,95	39,95
Taxa de execução do orçamento participativo	12,00	2024	30,00	50,00



Cabe destacar, ainda, o Mapa Estratégico da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que se configura como instrumento de referência para a definição das diretrizes que orientam o Plano Plurianual. Esse mapa expressa, de forma integrada, a visão de futuro da gestão, seus objetivos estratégicos e as áreas prioritárias de atuação, permitindo alinhar as políticas públicas municipais a uma lógica de planejamento orientada para resultados. Dessa forma, o PPA incorpora o Mapa Estratégico como subsídio central, assegurando que as ações e programas nele previstos estejam articulados às metas institucionais e contribuam de maneira efetiva para a consolidação dos objetivos da administração municipal.

A figura a seguir evidencia como a missão, a visão e os valores institucionais da Prefeitura Municipal de Fortaleza orientam a formulação dos objetivos estratégicos, os quais, por sua vez, se desdobram em indicadores estratégicos capazes de mensurar seu alcance. Esses indicadores se articulam com os eixos do planejamento, assegurando a coerência entre a dimensão estratégica e as políticas públicas implementadas. Dessa forma, estabelece-se uma cadeia lógica que integra princípios, objetivos e métricas de acompanhamento, fortalecendo a efetividade do PPA.

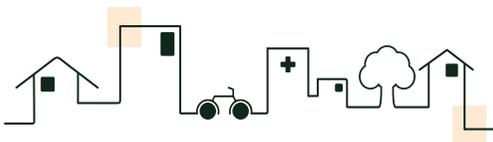


O Capítulo 5 contempla a matriz estratégica, instrumento que estabelece a relação entre programas e ações priorizados pelo Poder Executivo, com o objetivo de orientar a implementação das políticas públicas voltadas à superação dos problemas e desafios identificados e elencados neste eixo.



5

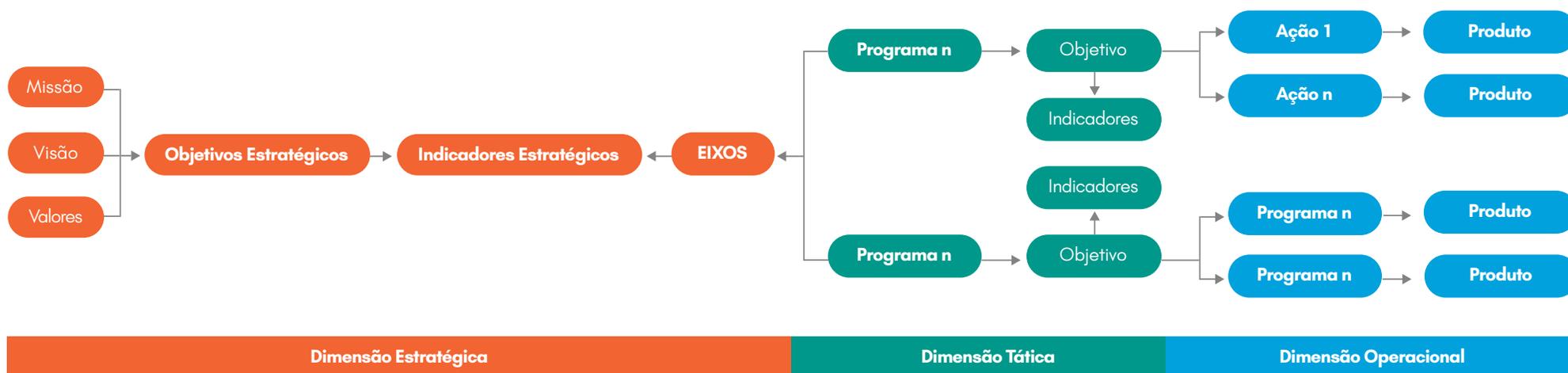
MATRIZ PROGRAMÁTICA DE GOVERNO



>> Matriz Programática de Governo

A partir da base estratégica do plano - composta pela Visão de Futuro, Missão, Valores, Objetivos Estratégicos, seus respectivos Indicadores e Metas, além dos Eixos Temáticos - o planejamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza é desdobrado em nível setorial por meio dos Planejamentos Estratégicos elaborados por cada secretaria. Nesse processo, foram criados programas de governo que detalham os objetivos estratégicos em objetivos mais específicos, agrupando temáticas inter-relacionadas e, conseqüentemente aproximando órgãos e entidades municipais para o fortalecimento de uma rede de atuação de enfrentamento a problemas complexos, as quais serão operacionalizadas por meio de ações voltadas à execução dos projetos setoriais e, conseqüentemente, à concretização dos resultados definidos para o município.

Estrutura do PPA 2026-2029



O PPA 2026–2029 está organizado em eixos de atuação que orientam a estruturação das políticas públicas de acordo com os resultados estratégicos almejados pela gestão. Os programas de governo são distribuídos ao longo desses eixos conforme o grau de contribuição para cada resultado, podendo atuar de forma prioritária ou complementar.

Para aferir o alcance dos objetivos estratégicos e dos programas, foram definidos indicadores baseados na metodologia SMART, que pressupõe critérios de especificidade, mensurabilidade, viabilidade, relevância e temporalidade. Os indicadores são construídos de forma clara, mensurável ao longo do tempo, com metas realistas, alinhados aos objetivos definidos e com prazos estabelecidos para monitoramento.

Os indicadores adotados têm a finalidade de mensurar os efeitos produzidos pelas ações implementadas, possibilitando a verificação do alcance das metas estabelecidas e a avaliação de sua contribuição para a transformação da realidade e para a melhoria das condições de vida da população beneficiária.

As ações, por sua vez, são as iniciativas específicas que serão executadas para viabilizar a implementação dos programas e o alcance de seus objetivos. Representam o nível mais detalhado do

planejamento e podem ser orçamentárias, quando dispõem de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual, ou não orçamentárias, quando são realizadas com recursos internos da administração municipal, sem demandar despesa direta. Em todos os casos, as ações mantêm vínculo direto com os programas aos quais pertencem, contribuindo total ou parcialmente para o cumprimento de seus objetivos.

Os Anexos apresentam o rol de ações não orçamentárias estratégicas e suas metas físicas para o próximo quadriênio. Essas ações foram selecionadas a partir do planejamento estratégico de cada órgão, considerando a sua relevância para o alcance dos objetivos programáticos. Como esse tipo de ação, por sua natureza de trabalho interno do órgão, é muito suscetível a modificações ao longo do tempo, esse anexo representa o recorte inicial dessas ações; e será revisto periodicamente através do monitoramento do PPA, tendo as atualizações necessárias.

Todos os elementos citados no texto acima e nos capítulos anteriores se conectam por meio da metodologia do modelo lógico apresentado abaixo:

A **Matriz Programática de Governo do PPA 2026-2029 é apresentada a seguir**, composta por Eixo Estratégico, Objetivo Estratégico, Programa, Ação, Produto e Indicadores. Todos os indicadores - tanto estratégicos quanto programáticos - estão detalhados no Apêndice - Quadro de Indicadores, com suas respectivas fórmulas, fontes, polaridades, valores de referência e metas.

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo I - Equidade Social e Territorial	0018 - HABITAR FORTALEZA	Taxa de execução da meta de adequação habitacional (%)	2005 - Realização de Trabalho Técnico Social Junto às Famílias de Baixa Renda	Família Assistida (Un)
			1018 - Melhoria de Habitação de Interesse Social	Unidade Habitacional Reformada (Un)
			1020 - Provisão de Unidade Habitacional de Interesse Social	Unidade Habitacional Entregue (Un)
		Taxa de execução da meta de provisão de moradias (%)	1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
			1982 - Infraestrutura para Habitação de Interesse Social	Unidade Habitacional Beneficiada (Un)
			2062 - Regularização Fundiária de Interesse Social	Terreno/Casa Regularizados (Un)
			2458 - Manutenção das Atividades dos Conselhos de Política Habitacional	Conselho Mantido (Un)
			2964 - Promoção de Locação Social	Locação Social Concedida (Un)
	0042 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	SPAECE 2º ano (un)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
		SPAECE 5º ano (un)	1129 - Implantação e Reforma de Infraestrutura Esportiva nas Escolas	Equipamento Esportivo Implantado/Reformado (Un)
			1964 - Obras e Serviços de Engenharia em Equipamentos Públicos	Equipamento Construído/Reformado/Ampliado (Un)
		SPAECE 9º ano (un)	2124 - Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental	Equipamento Escolar Mantido (Un)
			2131 - Manutenção das Escolas pelo Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Pmde	Equipamento Público Mantido (Un)
		Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental II (%)	2135 - Garantia de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - Pnaef	Aluno Beneficiado (Un)
			2161 - Aquisição e Distribuição do Fardamento Escolar	Aluno Beneficiado (Un)
	2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais		Remuneração Assegurada (%)	
	0043 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Taxa de Abandono no EJA Municipal (%)	2138 - Garantia de Alimentação Escolar - Eja	Aluno Beneficiado (Un)
		Taxa de Aprovação no EJA Municipal (%)	2157 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Beneficiado (Un)
			2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	Remuneração Assegurada (%)
	0052 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Crianças da demanda manifesta atendidas (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1964 - Obras e Serviços de Engenharia em Equipamentos Públicos	Equipamento Construído/Reformado/Ampliado (Un)
			2113 - Gerenciamento e Manutenção das Políticas de Educação Infantil	Equipamento Escolar Mantido (Un)
			2131 - Manutenção das Escolas pelo Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Pmde	Equipamento Público Mantido (Un)
			2134 - Garantia de Alimentação Escolar - Pré-Escolar - Pnaep	Aluno Beneficiado (Un)
			2137 - Garantia de Alimentação Escolar Creche - Pnaec	Aluno Beneficiado (Un)
			2161 - Aquisição e Distribuição do Fardamento Escolar	Aluno Beneficiado (Un)
2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais			Remuneração Assegurada (%)	
2795 - Apoio às Organizações da Sociedade Civil com Atendimento à Crianças de 0 a 3 Anos – Creches			Criança Beneficiada (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo II - Emprego e Renda	0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	Crescimento dos negócios apoiados (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)
		Taxa de formalização de empreendimentos informais (%)	1025 - Financiamento de Empreendimentos Produtivos	Empreendimento Financiado (Un)
			2026 - Atendimento Aos Empreendedores Locais	Atendimento Realizado (Un)
	0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES	Empregos gerados pelos novos negócios (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			1026 - Manutenção de Equipamento Operacional	Equipamento Mantido (Un)
		Novos negócios gerados (%)	1035 - Fomento a Arranjos Produtivos Locais (Apls)	Apl Apoiado (Un)
			1040 - Atração de Investimento	Divulgação Realizada (Un)
	0136 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	Evolução do Fluxo Turístico de Fortaleza (%)	1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
			1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
		Taxa de ocupação hoteleira (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1014 - Estruturação de Novos Produtos Turísticos	Produto Turístico Estruturado (Un)
			1001 - Apoio à Melhoria da Infraestrutura Turística	Ação Desenvolvida (Un)
			2037 - Promoção de Fortaleza Como Destino Turístico	Ação Realizada (Un)
	Variação da Receita Turística (%)	1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)	
		0152 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA	População ocupada (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços
	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público			Equipamento Mantido / Reformado (Un)
	1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População			Pessoa Capacitada (Un)
Renda média da população (R\$)	1044 - Desenvolvimento e Implementação de Projetos Inovadores		Projeto Implantado (Un)	
	2064 - Inserção e Articulação para o Mercado de Trabalho		Pessoa Beneficiada (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0003 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER	Territórios com núcleo de esporte e lazer (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			2032 - Ampliação e Funcionamento dos Núcleos de Esporte e Lazer	Pessoa Beneficiada (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
	0004 - PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO	Atleta apoiado (un)	1029 - Concessão de Benefícios	Benefício Concedido (Un)
			2056 - Concessão de Benefícios para o Desenvolvimento Esportivo de Crianças e Jovens	Criança / Adolescente Beneficiado (Un)
			2057 - Concessão de Benefícios para Atletas de Alto Rendimento	Pessoa Beneficiada (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
	0007 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	Pessoas idosas atendidas por políticas públicas integradas (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			2078 - Manutenção de Serviços de Promoção, Proteção e Garantia de Direitos a Pessoa Idosa	Pessoa Beneficiada (Un)
			2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)
	0008 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Pessoas com TEA com acessibilidade garantida (%)	2087 - Manutenção de Serviços de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida (Un)
			2088 - Promoção das Atividades e Serviços do Plano do Viver Sem Limites 2	Atividade/Serviço Promovido (Un)
			2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)
	0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES	Atendimentos realizados pelos equipamentos de proteção e defesa da mulher (un)	2004 - Promoção do Trabalho, Autonomia e Cidadania da População	Pessoa Beneficiada (Un)
			2052 - Manutenção dos Equipamentos de Atendimento a Mulher em Situação de Violência	Equipamento Mantido (Un)
			2964 - Promoção de Locação Social	Locação Social Concedida (Un)
	0036 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	Acesso a Documentação Civil por meio do Escritório de Direitos Humanos (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público			Equipamento Mantido / Reformado (Un)	
2049 - Apoio à Defesa de Direitos Humanos			Pessoa Beneficiada (Un)	
2004 - Promoção do Trabalho, Autonomia e Cidadania da População			Pessoa Beneficiada (Un)	
2964 - Promoção de Locação Social			Locação Social Concedida (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0064 - FORTALEZA JOVEM	Pessoa de 14 a 29 anos ocupadas (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
		Rendimento médio de pessoas 14 a 29 anos (R\$)	2034 - Desenvolvimento de Projetos de Protagonismo Juvenil	Jovem Beneficiado (Un)
			1125 - Realização de Concurso Público e Seleção de Pessoal	Concurso Público/Seleção de Pessoal Realizado (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
	0105 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Taxa de Permanência - TPDA (%)	2003 - Desenvolvimento de Ações Educacionais	Incentivos Concedidos (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			2028 - Valorização e Formação de Professores	Professor Valorizado (Un)
			2060 - Manutenção da Segurança Escolar	Equipamento Público Protegido (Un)
			2114 - Desenvolvimento das Políticas de Educação Inclusiva e Diversidade	Ação Desenvolvida (Un)
			2122 - Transporte Escolar	Aluno Beneficiado (Un)
			2139 - Garantia da Alimentação Escolar - Atendimento Escolar Especializado (Aee)	Aluno Beneficiado (Un)
			2160 - Desenvolvimento e Ampliação do Programa Escola Municipal com Excelência e Desempenho -Pemed	Incentivos Concedidos (Un)
	0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	Cobertura populacional estimada da Saúde Bucal (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1011 - Implementação dos Pontos de Telessaúde - Programa Sus Digital	Unidade Implantada (Un)
			1964 - Obras e Serviços de Engenharia em Equipamentos Públicos	Equipamento Construído/Reformado/Ampliado (Un)
		Cobertura populacional estimada na Atenção Básica (%)	2053 - Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição	Ação Realizada (Un)
			2076 - Gestão e Manutenção das Ações de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde	Unidade Mantida (Un)
		Mulheres com 7 ou mais consultas de pré-natal realizadas (%)	2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	Remuneração Assegurada (%)
2504 - Gestão e Manutenção das Ações da Atenção Primária à Saúde			Unidade Mantida (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS	Conselhos locais em funcionamento (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
			1980 - Apoio e Realização da Conferência Municipal de Saúde	Conferência Realizada (Un)
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)
			2479 - Gestão e Manutenção dos Conselhos Regionais e Municipal de Saúde de Fortaleza	Ação Realizada (Un)
	0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE	Profissionais da Rede municipal de saúde que participaram de ações de Educação Permanente em Saúde (%)	2061 - Gestão e Manutenção das Ações da Escola de Saúde Pública Fortaleza - Espfor	Ação Realizada (Un)
			2252 - Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	Profissional Capacitado (Un)
	0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE	Média de permanência geral de pacientes internados na Linha de Cuidado Clínico, Cirúrgico e traumatológico (QUOCIENTE)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			2063 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais	Opme Entregue (Un)
			1964 - Obras e Serviços de Engenharia em Equipamentos Públicos	Equipamento Construído/Reformado/Ampliado (Un)
		Média de permanência geral de pacientes internados na Linha de Cuidado Materno-Infantil. (QUOCIENTE)	2098 - Contratualização de Ações e Serviços de Saúde	Contratualização Efetivada (Un)
			2001 - Manutenção das Ações do Espaço Girassol	Unidade Mantida (Un)
			2024 - Gestão e Manutenção da Rede de Urgência e Emergência - Samu	Unidade Mantida (Un)
		Pacientes com classificação de risco nas UPAS 24h (%)	2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	Remuneração Assegurada (%)
			2514 - Gestão e Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial - Raps	Equipamento Público Mantido (Un)
			2528 - Gestão e Manutenção das Ações da Atenção Especializada em Saúde - Rede Própria	Unidade Mantida (Un)
			2621 - Manutenção da Rede de Hospitais do Município	Unidade Mantida (Un)
	Tempo resposta dos atendimentos de urgência máxima - QRR3 (QUOCIENTE)		2875 - Aquisição de Órtese/Prótese e Material Especializado Hospitalar	Ação de Saúde Desenvolvida (Un)
	0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE	Tempo médio de permanência hospitalar (QUOCIENTE)	1648 - Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos	Hospital Ampliado/Reformado/Equipado (Un)
2470 - Assistência Hospitalar de Urgência e Emergência			Atendimento Realizado (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0125 - REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	Pacientes de urgência/emergência com tempo de espera entre solicitação e confirmação de reserva de leito inferior a 24h (%)	2029 - Monitoramento, Avaliação, Regulação e Auditoria de Ações e Serviços de Saúde Executados na Rede Própria e Complementar.	Ação Realizada (Un)
		Perda primária de agendamentos de procedimentos ambulatoriais (%)		
	0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Medicamentos dispensados aos usuários do SUS nas UAPS (%)	2518 - Gestão e Manutenção das Ações da Assistência Farmacêutica	Medicamento Dispensado (%)
		Serviços clínicos providos por farmacêutico realizados nas UAPS (un)		
	0128 - VIGILÂNCIA À SAÚDE	Taxa de incidência de Sífilis Congênita (POR 1.000)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			2010 - Vigilância Epidemiológica	Ação de Monitoramento da Vigilância em Saúde Realizada (Un)
			2044 - Atenção às Condições Crônicas	Acompanhamento Realizado (Un)
			2055 - Prevenção Combinada às Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais	Ação Realizada (Un)
			2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	Remuneração Assegurada (%)
			2239 - Vigilância Sanitária	Ação de Monitoramento da Vigilância Sanitária Realizada (Un)
	0141 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Taxa de cobertura da Rede de atendimento de Proteção Social Básica (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			2021 - Desenvolvimento dos Serviços de Proteção Social	Atendimento Realizado (Un)
			2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)
			2566 - Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Benefício Concedido (Un)
	0160 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	Refeições fornecidas (un)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
		Taxa de acesso ao serviço de segurança alimentar (%)	2053 - Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição	Ação Realizada (Un)
			2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0171 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Taxa de atualização do Cadastro Único (%)	2014 - Gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família	Família Cadastrada (Un)	
		Taxa de cobertura do Programa Bolsa Família (%)	2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
			2428 - Manutenção e Fortalecimento das Instâncias de Controle Social	Órgão Mantido (Un)	
	0181 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS E ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Taxa de cobertura dos serviços de prevenção à violação de direitos nos bairros com IDH até 0,5 (%)	2040 - Rede Aquarela	Criança/Adolescente Atendido (Un)	
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)	
			1503 - Financiamento de Projetos por Meio de Editais	Projeto Apoiado (Un)	
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)	
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
			2077 - Ponte de Encontro - Desenvolvimento do Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças e Adolescentes	Criança/Adolescente Atendido (Un)	
			2143 - Adolescente Cidadão - Qualificação Profissional para Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social	Adolescente Atendido (Un)	
	0186 - GESTÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E CONTROLE SOCIAL	Crianças e adolescentes encaminhados para a Rede de Proteção (un)	2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
			2046 - Manutenção do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente	Equipamento Público Mantido (Un)	
			2051 - Manutenção dos Conselhos Tutelares	Conselho Mantido (Un)	
	0189 - PACTO PELA SEGURANÇA CIDADÃ	Quantidade de bases comunitárias móveis implantadas (un)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)	
			Resolutividade em procedimentos de mediação (%)	1022 - Realização e Apoio As Atividades Educativas	Atividade Educativa Realizada (Un)
			Taxa de ações preventivas realizadas pela GMF nos bairros com IDH de até 0,5 (%)	1026 - Manutenção de Equipamento Operacional	Equipamento Mantido (Un)
				1809 - Reaparelhamento e Modernização da Sesecc e Vinculadas	Equipamento Adquirido (Un)
			Taxa de ocorrências registradas atendidas pela GMF (%)	1976 - Aquisição de Equipamentos de Proteção e Suprimentos Estratégicos	Equipamento/Suprimento Adquirido (Un)
	0210 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Taxa de cobertura da Rede de atendimento de Proteção Social de Média Complexidade (%)	2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)	
1013 - Implantação de Equipamento Público			Equipamento Implantado (Un)		
2021 - Desenvolvimento dos Serviços de Proteção Social			Atendimento Realizado (Un)		
2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil			Entidade Apoiada (Un)		

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	0211 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Taxa de acolhimento institucional (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			2021 - Desenvolvimento dos Serviços de Proteção Social	Atendimento Realizado (Un)
			2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)
			2964 - Promoção de Locação Social	Locação Social Concedida (Un)
	0213 - PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCO AO USO DE DROGAS	Pessoa beneficiada por ações de prevenção ao uso e abuso de drogas (un)	2050 - Realização das Ações de Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas	Ação Realizada (Un)
			2016 - Manutenção e Funcionamento Administrativo	Unidade Mantida (Un)
			2195 - Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	Remuneração Assegurada (%)
	2125 - INFÂNCIA VIVA	Crianças atendidas pelos serviços oferecidos pela FUNCI (un)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
		Crianças de Primeira Infância atendidas em atividades de desenvolvimento e aprendizagem na Cidade da Criança (un)	1029 - Concessão de Benefícios	Benefício Concedido (Un)
			2018 - Desenvolvimento do Projeto "Leitura na Praça"	Criança Beneficiada (Un)
			2079 - Manutenção do Programa "Sim, Eu Existo"	Pessoa Beneficiada (Un)
	2126 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA E RACIALIZADA	Instituições públicas municipais com equipes capacitadas para superação do racismo institucional (%)	2144 - Desenvolvimento do Programa "Entrega Legal"	Pessoa Beneficiada (Un)
			1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			2004 - Promoção do Trabalho, Autonomia e Cidadania da População	Pessoa Beneficiada (Un)
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)
	2127 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTI+	Campanhas e atividades de sensibilização realizadas (un)	2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)
			1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
Formações/capacitações realizadas com profissionais da rede municipal sobre direitos LGBTI+ e enfrentamento à LGBTfobia (un)		1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)	
		2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
		2335 - Apoio a Organizações da Sociedade Civil	Entidade Apoiada (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo IV - Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade	0053 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Taxas de mortalidade de ocupantes de motocicleta (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1022 - Realização e Apoio As Atividades Educativas	Atividade Educativa Realizada (Un)
		Vias arteriais ou coletoras com velocidade readequada (KM)	1026 - Manutenção de Equipamento Operacional	Equipamento Mantido (Un)
			1443 - Implantação, Requalificação e Ampliação da Infraestrutura Viária	Infraestrutura Viária Implantada, Ampliada E/Ou Requalificada (M²)
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
		Vias contempladas com projetos de áreas de trânsito calmo (KM)	2030 - Manutenção e Funcionamento do Videomonitoramento	Ponto Monitorado (Un)
			2940 - Manutenção e Implantação de Sinalização Viária	Sinalização Realizada (M²)
			1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
		0101 - INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	Pessoas vivendo próximo a uma estação do biciletar (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público
	1013 - Implantação de Equipamento Público			Equipamento Implantado (Un)
	1016 - Implantação de Infraestrutura Urbana			Infraestrutura Urbana Implantada (Un)
	2027 - Apoio As Operações de Transporte Coletivo			Operação Apoiada (Un)
	Pessoas vivendo próximo a uma infraestrutura cicloviária protegida (%)		1053 - Supervisão e Gerenciamento de Obras	Ação Realizada (Un)
			1054 - Implantação da Política Cicloviária	Implantação Realizada (Un)
			2031 - Implantação de Ações de Trânsito e Transporte Público	Intervenção de Trânsito (Un)
	Velocidade média dos coletivos do STP (KM/H)		1068 - Desenvolvimento de Projetos em Parceria Público - Privada	Projeto Realizado (Un)
			1443 - Implantação, Requalificação e Ampliação da Infraestrutura Viária	Infraestrutura Viária Implantada, Ampliada E/Ou Requalificada (M²)
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
			1674 - Desapropriação, Indenização, Licenças e Despesas Afins	Desapropriação/Indenização Realizada (Un)
	Vias com pisos permeáveis (%)		1964 - Obras e Serviços de Engenharia em Equipamentos Públicos	Equipamento Construído/Reformado/Ampliado (Un)
			2068 - Apoio à Mobilidade e Identidade Estudantil	Identidade Estudantil Emitida (Un)
			2385 - Conservação da Infraestrutura Viária	Infraestrutura Viária Mantida (M²)
	0132 - FORTALEZA ILUMINADA		Modernização do parque de iluminação pública (%)	2071 - Gestão, Manutenção e Modernização do Parque de Iluminação Pública
		2863 - Gestão de Energia Elétrica e Renovável		Serviço de Energia Elétrica Fornecido (%)
	2023 - MOBILIDADE SEMAFÓRICA PARA O CONTROLE DE TRÁFEGO	Semáforos controlados pela central de controle de tráfego (%)	1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			1026 - Manutenção de Equipamento Operacional	Equipamento Mantido (Un)

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo V - Convivência Ambiental Sustentável	2037 - PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	Animal atendido (un)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			1022 - Realização e Apoio As Atividades Educativas	Atividade Educativa Realizada (Un)
			1029 - Concessão de Benefícios	Benefício Concedido (Un)
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
			2086 - Promoção da Defesa Sanitária Animal	Animal Atendido (Un)
	2123 - GESTÃO AMBIENTAL, DE RISCOS E DESASTRES	Gestão de Áreas Ambientais (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			2008 - Realização de Ações Preventivas e Valorização do Espaço Público	Ação Realizada (Un)
		Índice de área verde (M ² /HABITANTE)	1022 - Realização e Apoio As Atividades Educativas	Atividade Educativa Realizada (Un)
			1024 - Preservação e Controle do Ambiente Natural	Monitoramento Realizado (Un)
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
		Índice de Conformidade Climática (%)	1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
			2065 - Limpeza Urbana e Recursos Hídricos	Limpeza Urbana Realizada (Un)
			2030 - Manutenção e Funcionamento do Videomonitoramento	Ponto Monitorado (Un)
		Percentual Geral de Balneabilidade das Águas de Fortaleza (%)	2033 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos	Resíduo Sólido Urbano Coletado (Tonelada)
			2080 - Fortalecimento da Capacidade de Preparação e Resposta	Material Adquirido (Un)
			2083 - Manutenção da Limpeza Pública de Vias, Praças e Logradouros.	Serviços de Limpeza Pública (Un)
		2964 - Promoção de Locação Social	Locação Social Concedida (Un)	

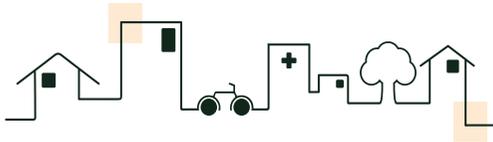
EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	
Eixo VI - Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano	2129 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA	Execução orçamentaria municipal destinado ao patrimônio cultural (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)	
			1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)	
			1029 - Concessão de Benefícios	Benefício Concedido (Un)	
		Promoção da memória em áreas centrais, históricas ou turísticas. (un)	1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)	
			1525 - Restauração, Requalificação e Conservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico	Patrimônio Conservado (Un)	
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)	
	2130 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA	Bairros beneficiados com ações culturais (%)	2090 - Formação e Ações de Educação para o Patrimônio	Pessoa Formada (Un)	
			Execução orçamentaria municipal destinado a Difusão Cultural (%)	1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
				1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)
		1917 - Apoio e Realização de Eventos		Evento Realizado (Un)	
		Execução orçamentaria municipal destinado a Difusão Cultural (%)	2089 - Apoio às Manifestações Artísticas, Ações Culturais e Sua Cadeia Produtiva	Apoio Realizado (Un)	
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo VII - Governança e Gestão Pública Compartilhada	0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	Índice de reclamações dos consumidores (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1010 - Manutenção e Reforma de Equipamento Público	Equipamento Mantido / Reformado (Un)
		Mediação concluída com sucesso (%)	2017 - Atendimento ao Consumidor	Atendimento Realizado (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
	0082 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	Servidores Capacitados (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1125 - Realização de Concurso Público e Seleção de Pessoal	Concurso Público/Seleção de Pessoal Realizado (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)
	0138 - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Índice de Desempenho da Concessionária (%)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			2554 - Regulamentação e Fiscalização dos Serviços Públicos	Fiscalização Realizada (%)
	0197 - GESTÃO DO CONHECIMENTO	Índice de Qualidade dos Serviços (%)	2559 - Manutenção do Programa de Fiscalização Integrada	Fiscalização Realizada (%)
			1977 - Desenvolvimento de Planos	Plano Desenvolvido (Un)
	2030 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Publicações realizadas (un)	2097 - Produção e Divulgação de Conteúdos Informativos	Publicação Realizada (Un)
Índice de execução das ações saneadoras de fragilidades apontadas pelo Controle Interno e Controle Externo (%)			1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
2030 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Nível de maturidade Correccional (CLASSIFICATÓRIA)	2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
		Nível de maturidade do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (CLASSIFICATÓRIA)		

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	INDICADOR DE PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO
Eixo VII - Governança e Gestão Pública Compartilhada	2124 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FISCAL E TECNOLÓGICA	Classificação da Capacidade de Pagamento (CLASSIFICATÓRIA)	1003 - Aquisição de Equipamentos, Produtos e Serviços	Equipamento/Produto/Serviço Adquirido (Un)
			1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)
		Digitalização de Processos (%)	2023 - Manutenção da Infraestrutura dos Serviços Tecnológicos	Serviço Tecnológico Mantido (Un)
			1044 - Desenvolvimento e Implementação de Projetos Inovadores	Projeto Implantado (Un)
		Expansão de pontos conectados à rede FIBRAFOR (%)	1062 - Implantação e Ampliação da Infraestrutura de Serviço Tecnológicos	Infraestrutura Implantada (Un)
			2047 - Realização de Ações de Educação Fiscal	Ação Desenvolvida (Un)
		Receita Corrente Líquida (R\$)	2070 - Promoção da Fiscalização Moderna e Integrada	Ação Realizada (Un)
			2105 - Modernização da Gestão Tributária e Financeira	Serviço Modernizado (Un)
	Receita Tributária (R\$)	2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)	
	2128 - GESTÃO COMPARTILHADA, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA	Índice de transparência do PNTP (%)	1012 - Formação/Difusão de Conhecimento para a População	Pessoa Capacitada (Un)
			1013 - Implantação de Equipamento Público	Equipamento Implantado (Un)
			1466 - Realização de Estudos, Pesquisas e Projetos	Estudo/Pesquisa/Projeto Realizado (Un)
			1917 - Apoio e Realização de Eventos	Evento Realizado (Un)
			1962 - Gestão de Financiamentos Internos e Externos	Gestão Realizada (Un)
			2019 - Formação e Capacitação	Pessoa Capacitada (Un)
			2123 - Premiações, Patrocínios e Apoio de Interesse Público	Apoio Efetivado/Realizado (Un)
			2475 - Criação, Produção e Veiculação das Ações do Governo Municipal	Campanha Realizada (Un)
			2822 - Monitoramento de Conteúdos Informativos	Monitoramento Realizado (Un)
2995 - Realização, Coordenação e Mobilização de Eventos Governamentais e Institucionais			Evento Realizado (Un)	



FINANCIAMENTO DO PPA 2026 - 2029



>> Financiamento e dispêndios do PPA 2026-2029

FINANCIAMENTO DO PLANO

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, com duração de quatro anos, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Ele é a base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), formando a tríade dos instrumentos legais de planejamento e orçamento.

Essa hierarquia garante que, embora distintas e com atribuições específicas, a LDO e a LOA estejam em consonância com o PPA, assegurando a coerência entre o planejamento de médio prazo e a execução orçamentária anual. Essa estrutura reflete a intenção de que as ações governamentais sejam devidamente planejadas antes de sua execução.

A LDO, por sua vez, funciona como um elo entre o PPA e a LOA, definindo as prioridades e metas fiscais para o ano seguinte e orientando a elaboração da LOA. Já a LOA, estima as receitas e fixa as des-

pesas para o exercício financeiro anual, detalhando como os recursos serão aplicados em cada área.

Destaca-se que essa integração foi fortalecida com a adoção do programa como elemento de conexão entre planejamento e orçamento, possibilitando o uso de uma linguagem comum entre os instrumentos. Assim, toda ação governamental deve estar estruturada em programas voltados para a geração de resultados concretos à sociedade.

Para viabilizar a execução das políticas públicas, programas e ações governamentais planejados, o ente público necessita de recursos financeiros denominados receitas públicas. No sentido restrito, denominadas desse ponto em diante de receitas orçamentárias, as receitas públicas que de fato pertencem à entidade pública, representando disponibilidades de recursos financeiros para o ente e sendo administradas pela fazenda municipal. O próximo tópico tratará mais profundamente sobre o tema.

Projeção de Receitas

Para atender ao interesse público e garantir o funcionamento da máquina administrativa, o governo depende de recursos financeiros. Essas disponibilidades, que de fato pertencem ao município, são conhecidas como receitas orçamentárias e são o que torna possível a execução das políticas públicas.

Receitas Públicas são os recursos financeiros de que a Administração Pública lança mão para executar seus programas e ações com o objetivo de entregar bens e serviços à coletividade.

Para a análise dos recursos que vão fazer jus às despesas fixadas para o PPA 2026-2029, é de suma importância que a previsão das receitas seja feita utilizando metodologias que gerem resultados mais próximos possíveis do valor real de arrecadação. A partir desse valor, será fixado o montante de despesas que constará nos instrumentos de planejamento, além de ser a base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.



A previsão da receita pública é um processo complexo que depende da análise de múltiplas variáveis que influenciam diretamente sua arrecadação. Fatores como o crescimento econômico, a inflação, o nível de confiança de empresários e consumidores, as taxas de emprego e renda e o crescimento populacional são cruciais para essa estimativa. Devido à natureza dinâmica desses indicadores, os valores previstos precisam ser revistos a cada exercício para se ajustarem as novas realidades econômicas e sociais.

No município de Fortaleza, a metodologia para projetar receitas combina a análise de dados históricos com modelos estatísticos e matemáticos. A principal ferramenta utilizada é o cálculo da Taxa Geométrica de Crescimento (TGC), que determina o percentual de incremento médio anual de uma receita ao longo de um período específico. Além da série histórica, essa projeção incorpora informações qualitativas fornecidas pelos órgãos orçamentários e unidades arrecadadoras.

Contudo, a análise não se limita a modelos matemáticos. Em muitos casos, é necessária uma avaliação mais aprofundada que considere as particularidades de cada fonte de receita. Por exemplo, fatores como a interiorização de investimentos no Estado (que afeta a distribuição do ICMS), os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as regras de formação e distribuição do FUNDEB exigem estudos detalhados e específicos.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro, as receitas orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas:

Receitas Correntes, compostas principalmente por tributos municipais, contribuições e transferências da União e do Estado;

Receitas de Capital, que abrangem operações de

crédito, alienação de bens públicos, transferências de outros entes destinadas a despesas de capital, além do superávit do orçamento corrente.

O Plano Plurianual 2026-2029 contempla uma previsão de aplicação de recursos, exclusivamente orçamentários no montante de R\$ 70,542 bilhões para este quadriênio. A Tabela 1 apresenta a projeção da arrecadação municipal por grupo, bem como as principais rubricas que compõem cada um deles.

Tabela 1 - Receitas Projetadas 2026 - 2029

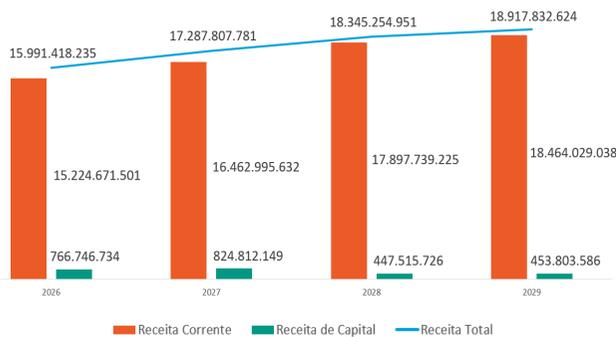
ITEM DE RECEITA	2026	2027	2028	2029	Total
1 - RECEITA CORRENTE (2+3+4+5+6+7)	15.224.671.501	16.462.995.632	17.897.739.225	18.464.029.038	68.049.435.396
2 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.915.363.825	4.109.532.712	4.300.831.959	4.464.301.535	16.790.030.031
ISSQN	1.922.022.624	2.002.268.822	2.082.097.526	2.161.217.232	8.167.606.204
IPTU	893.535.492	934.382.176	975.969.477	1.013.056.317	3.816.943.462
ITBI	215.018.350	223.824.450	232.539.227	241.375.717	912.757.744
IRRF	836.809.834	896.088.447	951.624.808	987.786.551	3.672.309.640
TAXAS	47.977.525	52.968.817	58.600.921	60.865.718	220.412.981
3 - Receita de Contribuição	1.574.533.733	1.767.684.563	1.852.608.674	1.923.007.803	7.117.834.773
4 - Receita Patrimonial	523.524.894	412.564.469	406.745.882	441.540.227	1.784.375.472
5 - Receita de Serviços	328.920.708	362.092.987	399.664.459	413.742.643	1.504.420.797
6 - Transferências Correntes	8.260.008.384	9.232.842.567	10.187.280.989	10.542.910.070	38.223.042.010
FPM	1.937.374.310	2.167.728.116	2.425.470.990	2.517.638.887	9.048.212.303
ICMS	1.094.465.756	1.140.652.211	1.188.787.734	1.233.961.669	4.657.867.370
IPVA	500.033.028	557.486.823	621.542.059	645.160.658	2.324.222.568
Transferências SUS	1.931.934.207	2.076.170.115	2.247.657.310	2.328.759.843	8.584.521.475
Transferências FUNDEB	2.374.533.162	2.790.692.678	3.145.479.621	3.298.610.823	11.609.316.284
Demais Transferências Correntes	421.667.921	500.112.623	558.343.275	518.778.190	1.998.902.009
7 - Outras Receitas Correntes	622.319.957	578.278.334	750.607.262	678.526.760	2.629.732.313
8 - RECEITA DE CAPITAL (9+10+11+12)	766.746.734	824.812.149	447.515.726	453.803.586	2.492.878.195
9 - Operações de Crédito	716.976.312	766.620.720	394.386.358	402.951.358	2.280.934.748
10 - Alienação de Bens	13.749.642	14.299.628	14.840.153	15.404.079	58.293.502
11 - Amortização de Empréstimos	2.430.060	2.527.262	2.622.793	3.796.378	11.376.493
12 - Transferências de Capital	33.590.720	41.364.539	35.666.422	31.651.771	142.273.452
TOTAL (1+8)	15.991.418.235	17.287.807.781	18.345.254.951	18.917.832.624	70.542.313.591

Fonte: SEPOG. Nota: Valores nominais já com as deduções para o FUNDEB



A análise pormenorizada da composição da receita total do Município demonstra a significativa predominância das receitas correntes, as quais respondem, em média, por 96,4% do montante estimado para a execução das ações do Poder Executivo Municipal. Em contrapartida, as receitas de capital representam aproximadamente 3,6% do total projetado. A seguir, apresenta-se gráfico ilustrativo dessa distribuição.

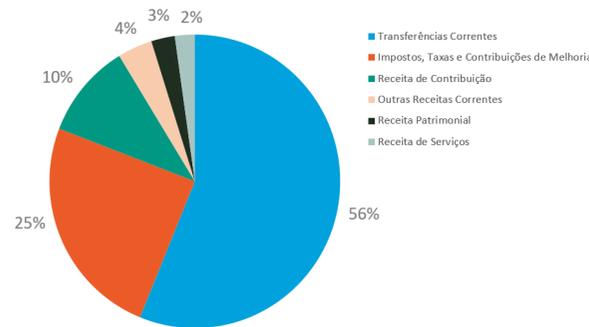
Gráfico 1 - Composição das receitas 2026-2029 (R\$ 1,00)



Fonte: SEPOG

A análise da composição das receitas correntes para o próximo quadriênio, apresentada no Gráfico 2, evidencia que as transferências correntes representam aproximadamente 56% do total estimado. Em seguida, destacam-se as receitas tributárias — compostas por impostos, taxas e contribuições de melhoria — que constituem a principal fonte de receita própria do Município, correspondendo a 25% do montante previsto.

Gráfico 2 - Composição das Receitas Correntes 2026 -2029



Fonte: SEPOG

O elevado percentual de participação das receitas de transferência demonstra um certo grau de dependência do município de Fortaleza em relação aos recursos advindos das transferências legais da União e Estado, o que espelha a situação da grande maioria dos municípios brasileiros, uma vez que a maior parte da arrecadação nacional se encontra na União e nos Estados.

Existem inúmeras discussões para a instituição de um novo modelo de federalismo fiscal, que visa a uma melhor distribuição do bolo tributário, aumentando a participação dos municípios com base nos pressupostos de que os problemas do cidadão se concentram nestes, bem como a produção de bens e serviços que geram as receitas e a arrecadação tributária. Nesse sentido a reforma tributária no Brasil, materializada princi-

palmente pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que tem como objetivo simplificar o sistema tributário, reduzir a cumulatividade de impostos e aumentar a transparência na cobrança de tributos.

O modelo aprovado prevê a substituição de tributos sobre o consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, além da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência da União.

Do ponto de vista municipal, o aspecto mais sensível é a extinção do ISS, que hoje representa uma das principais fontes de arrecadação própria das cidades, especialmente das capitais e grandes centros urbanos. A substituição por um imposto compartilhado gera preocupações quanto à autonomia financeira dos municípios, já que a arrecadação passará a ser distribuída a partir de critérios definidos por lei complementar e administrada por um comitê gestor nacional.

Em contrapartida, a reforma busca corrigir desigualdades regionais por meio de mecanismos de transição e de repartição mais equilibrada da arrecadação entre União, Estados e Municípios. Haverá também a instituição do Fundo de Desenvolvimento Regional, voltado a compensar perdas e estimular a redução de desigualdades.



Figura 1 - Linha do tempo da reforma.



Nesse contexto, torna-se imprescindível que os Municípios organizem suas finanças, assegurem o envio correto das informações fiscais e adotem estratégias para ampliação de sua base tributária. Além disso, é crucial que participem ativamente das discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços

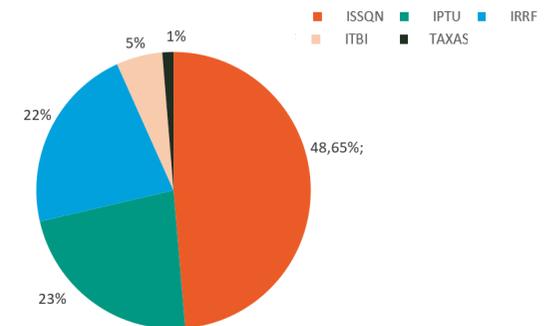
(IBS), de modo a garantir que suas especificidades sejam consideradas. A preparação para o novo modelo tributário será determinante para mitigar os impactos da transição e assegurar a sustentabilidade financeira das administrações municipais.

Aliando a isso, é fundamental que os Municípios adotem paralelamente ações consistentes voltadas ao fortalecimento de suas receitas, por meio da formação de equipes técnicas qualificadas, do investimento em tecnologia para fiscalização e atendimento ao contribuinte, do recadastramento de unidades imobiliárias e da formalização de convênios com o Poder Judiciário voltados à redução da dívida ativa. A adequada capacidade de arrecadação constitui elemento central para o processo de planejamento e execução das políticas públicas.

Assim, um bom poder de arrecadação é ponto fundamental para o processo de planejamento e execução das políticas públicas. Aliado a isso, uma arrecadação tributária robusta diminui a dependência fiscal do Município em relação à União e Estado, amenizando o impacto das oscilações político-econômicas que possam acontecer a estes últimos afetando assim os recursos por eles transferidos, uma vez que as transferências obrigatórias, a que os Municípios têm direito por força da Carta Magna, dependem da arrecadação de tributos do Estado e da União, que não obstante são sensíveis ao nível de faturamento das empresas e consumo das famílias.

Para o próximo Plano Plurianual -PPA, é estimada uma arrecadação tributária na ordem de R\$ 16,049 bilhões.

Gráfico 3 - Composição das receitas tributárias 2026-2029

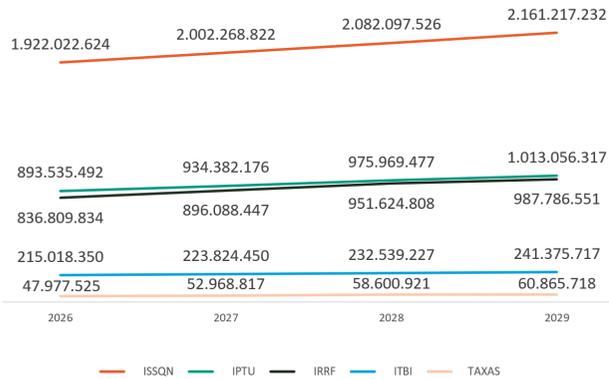


Fonte: SEPOG

Entre os impostos municipais, o ISSQN se destaca como a principal fonte de arrecadação, representando aproximadamente 49% do montante estimado. Esse elevado percentual reflete uma característica estrutural da economia de Fortaleza, fortemente impulsionada pelo setor de serviços. Em sequência, o IPTU responde por 23% do total projetado, evidenciando sua relevância como instrumento de financiamento das políticas públicas locais. Somados, ISSQN e IPTU alcançam a expressiva cifra de R\$ 11,984 bilhões, conforme demonstrado no Gráfico 4.



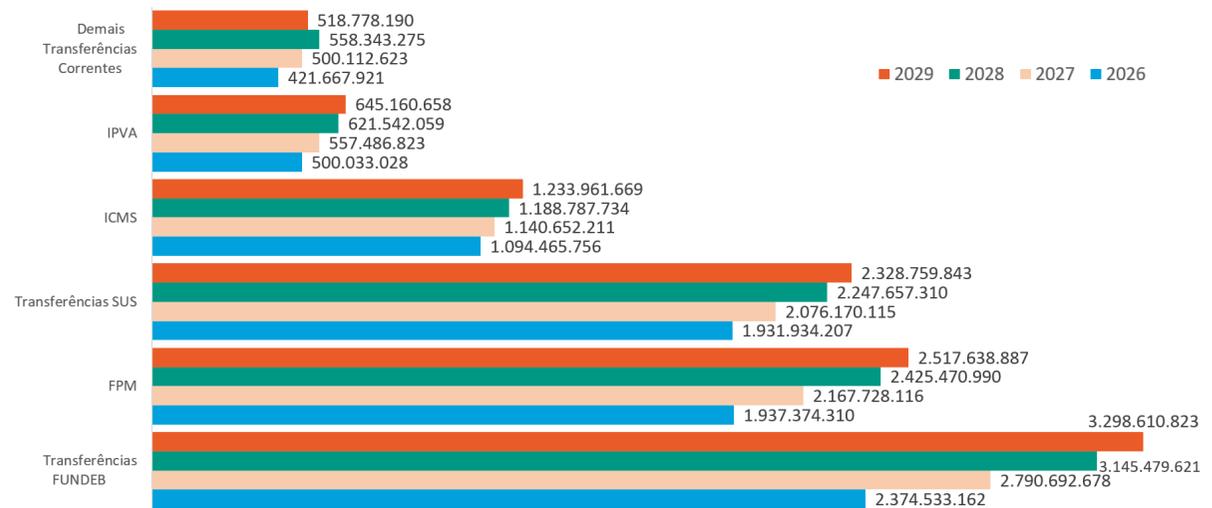
Gráfico 4 – Projeção dos Tributos Municipais 2026-2029 (R\$ 1,00)



Fonte: SEPOG

No que concerne às transferências correntes (gráfico 5), o Município estima uma captação de R\$ 38,223 bilhões, o que torna essa rubrica a de maior peso na receita total. Destacam-se aqui as transferências estaduais (ICMS e IPVA) e federais (FPM, SUS, FUNDEB). Nota-se que as transferências (SUS e FUNDEB), cujos valores a serem recebidos pelo município não estão ligados diretamente à arrecadação, representam aproximadamente 53% do volume total de recursos previstos. Entre os benefícios gerados por esses repasses, estão o aumento do parque escolar do município e a ampliação do atendimento de saúde.

Gráfico 5 - Projeção das transferências correntes 2026-2029 (R\$ 1,00)



Fonte: SEPOG

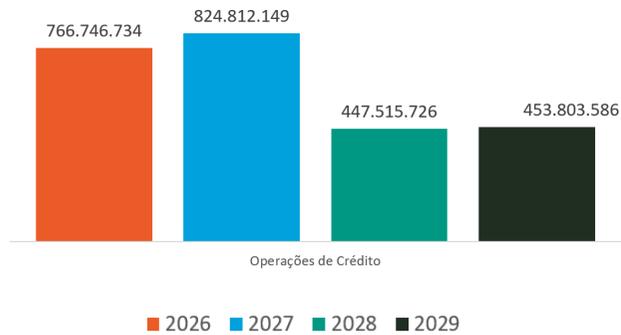
Para finalizarmos o tópico referente ao financiamento do plano é necessário discorrer sobre as Receitas de Capital. Como dito anteriormente, toda receita proveniente da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; conversão, em espécie, de bens e direitos; recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital, são denominadas Receitas de Capital.

Para o próximo PPA essas receitas totalizarão mais de R\$ 2,629 bilhões de reais, representando aproximadamente 3,6% do total projetado. Os recursos dessa rubrica lastreiam a realização de grandes empreendimentos públicos, cujo volume de recursos a serem investidos estejam além da capacidade de recursos correntes por parte do governo. No caso específico do Município de Fortaleza essas receitas são quase na sua totalidade advindas das operações de crédito e transferências de capital, que representam 91,50% e 5,71% respectivamente do total.



Mais especificamente em relação às operações de crédito, o Município estimou uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 2,492 bilhões. O valor previsto para liberação para o biênio 2026 e 2027 é de R\$ 1,591 bilhões (64% do total).

Gráfico 6 - Operações de crédito 2026-2029 (R\$ 1,00)



Fonte: SEPOG

É importante avultar que o Município de Fortaleza mantém um nível de endividamento baixo e devidamente controlado, o que favorece a captação de recursos por meio de operações de crédito. Em 2024, o indicador de endividamento — calculado pela razão entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida — atingiu 38,84%, percentual significativamente inferior

ao limite de 120% estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. Esse cenário evidencia a solidez fiscal do Município, permitindo-lhe acessar operações de crédito para financiar projetos estratégicos de grande porte, ao mesmo tempo em que preserva suas receitas correntes para assegurar a prestação dos serviços essenciais à população, garantindo responsabilidade intergeracional e sustentabilidade fiscal.

Por fim, todo esforço de arrecadação tem como finalidade assegurar à administração municipal os recursos indispensáveis para atender de forma efetiva às demandas da sociedade. É a partir das receitas arrecadadas que se viabiliza a execução dos gastos previstos na Constituição Federal, na legislação vigente e, sobretudo, nos instrumentos de planejamento governamental. Nesse contexto, o Plano Plurianual (PPA) assume papel estratégico, pois orienta a formulação das políticas públicas e estabelece as diretrizes, objetivos e metas da gestão para o período de quatro anos. Assim, a arrecadação não se configura apenas como mecanismo de custeio da máquina pública, mas como condição essencial para a implementação das ações e programas definidos no PPA, garantindo a continuidade das políticas públicas e a materialização do plano de governo em benefícios concretos para a população.

DISPÊNDIOS DO PLANO - 2026-2029

Distribuição por Programas

No contexto da gestão pública, programa é instrumento de organização da ação governamental visando à concretização de objetivos estabelecidos. Objetivos estes que geralmente buscam à solução de um problema ou o atendimento de uma demanda da sociedade, devendo ser mensurado por indicadores constituídos no plano plurianual.

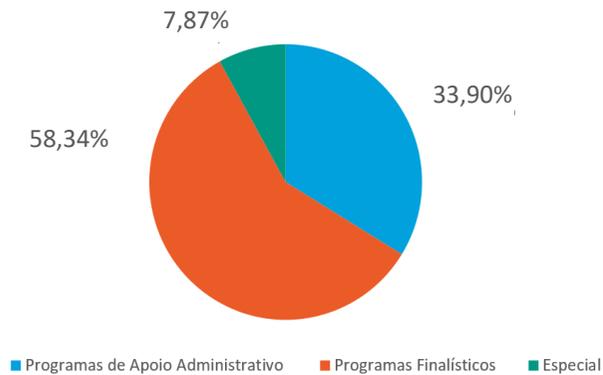
O programa é classificado, conforme sua finalidade: Programas de Apoio Administrativo compostos de ações de natureza administrativa, que retrata as despesas com o funcionamento da máquina governamental. Para o próximo PPA o seu valor estimado é de R\$ 23,836 bilhões; Nos Programas Finalísticos, estimados em 41,151 bilhões, estão contidas as ações que resultam em serviços e bens públicos ofertados à população.

Para além desses, existem Programas compostos por operações especiais, que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo. São utilizados por exemplo para os serviços da dívida interna e externa, pagamento de sentenças judiciais dentre outros. Para o



PPA 2026 – 2029 os recursos desse tipo de programa atingirão a rubrica de R\$ 5,554 bilhões.

Gráfico 7 - Dispêndios por Tipo de Programa



Fonte: SEPOG

Distribuição por Eixo

Como destacado no capítulo 4 - Dimensão Estratégica do Plano, temos alinhados à missão governamental, os objetivos estratégicos, que orientam a execução das políticas públicas, que são estruturadas em Eixos Estratégicos, estes por fim agrupam programas voltados aos principais desafios da cidade. Esses programas podem ainda contribuir para objetivos de outros Eixos, reforçando o caráter intersetorial do Plano Plurianual.

Para os Programas Finalísticos estão previstos recursos no montante de 41,151 bilhões no período de 2026 a 2029, os quais serão aplicados em observância ao que foi definido em cada

Eixo Estratégico. O detalhamento dos eixos e seus referidos resultados estratégicos já estão delineados pormenorizadamente nos tópicos anteriores.

Tabela 2 - Valor Estimado por Eixo

EIXO ESTRATÉGICO	2026	2027-2029	2026-2029	% 2026 -2029
Eixo I - Equidade Social e Territorial	3.540.756.350	13.200.924.969	16.741.681.319	40,78
Eixo II - Emprego e Renda	36.895.137	115.304.421	152.199.558	0,37
Eixo III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais	3.489.813.941	11.895.928.297	15.385.742.238	37,39
Eixo IV - Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade	975.333.259	3.328.858.814	4.304.192.073	10,46
Eixo V - Convivência Ambiental Sustentável	809.713.722	2.602.600.859	3.412.314.581	8,29
Eixo VI - Patrimônio Cultural e Requalificação do Centro Urbano	80.302.604	269.928.167	350.230.771	0,9
Eixo VII - Governança e Gestão Pública Compartilhada	208.527.232	596.571.193	805.098.425	1,96
TOTAL	9.141.642.245	32.010.116.720	41.151.458.965	100

Fonte: SEPOG

Com base na tabela anterior, observa-se que os eixos I - Equidade Social e Territorial e III - Acolhimento Inclusivo e Qualidade nos Serviços Municipais, concentram 78,07% dos recursos a serem alocados no quadriênio 2026-2029. Este percentual evidencia que a maioria dos programas está voltada para as áreas de saúde, assistência social e educação, prioridades declaradas pelo governo.

Essas áreas são fundamentais para o sucesso das políticas públicas, devendo ser prioridades da atuação governamental, uma vez que a aplicação de recursos em saúde e educação são fundamentais para a redução da desigualdade socioeconômica, por seu caráter estrutural e contínuo de melhoria do capital social. Investimentos em saúde e educação possuem correlação direta com vários indicadores de bem - estar social. Estudos mostram, por



exemplo, que eles têm um efeito benéfico na distribuição de renda.

Destaca-se ainda o Eixo IV - Segurança Viária, Mobilidade Urbana e Acessibilidade, que

concentra 10,46% dos recursos previstos para o próximo quadriênio. Esse eixo abrange programas voltados às grandes obras estruturantes do município, com ênfase especial na área de mobilidade urbana.

Distribuição por Grupo de Despesa

Tabela 3 - Despesas por Categoria Econômica e Natureza

ITEM DE DESPESA	2026	2027-2029	TOTAL	% 2026 - 2029
Despesas Correntes	14.521.613.245	49.923.496.608	64.445.109.853	91,36%
Pessoal e Encargos Sociais	7.638.547.991	26.962.893.024	34.601.441.015	49,05%
Juros e Encargos da Dívida	429.722.887	1.363.175.686	1.792.898.573	2,54%
Outras Despesas Correntes	6.453.342.367	21.597.427.898	28.050.770.265	39,76%
Despesas de Capital	1.377.646.794	4.314.778.178	5.692.424.972	8,07%
Investimentos	904.871.440	2.871.379.658	3.776.251.098	5,35%
Inversões Financeiras	4.031.000	12.575.969	16.606.969	0,02%
Amortização da Dívida	468.744.354	1.430.822.551	1.899.566.905	2,69%
Reserva de Contingência	92.158.196	312.620.570	404.778.766	0,57%
TOTAL	15.991.418.235	54.550.895.356	70.542.313.591	100,00%

Fonte: SEPOG

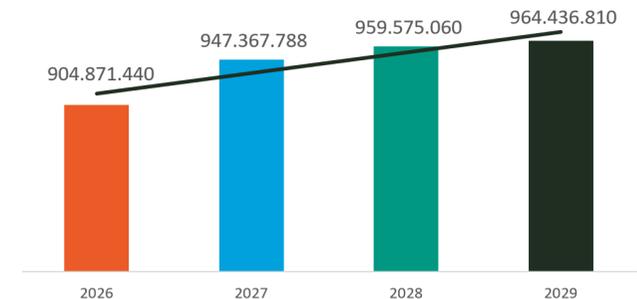
A análise do presente PPA, sob a ótica das Categorias Econômicas da Despesa, evidencia a predominância das Despesas Correntes, que correspondem a 91,36% do total planejado. Nesse grupo, incluem-se tanto os gastos com pessoal quanto outras despesas de custeio necessárias ao funcionamento da administração. Aqui estão inseridas as despesas com pessoal e as destinadas a outros gastos correntes.

O primeiro grupo refere-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais dos servidores municipais. Contrariando a visão equivocada de que essa despesa representa um gasto improdutivo, o Executivo Municipal, alinhado ao conceito de gestão por resultados, reconhece que manter um quadro de funcionários qualificados e devidamente remunerados é fundamental para garantir a prestação de serviços públicos de qualidade à população.

Já a rubrica 'Outras Despesas Correntes' abrange os insumos essenciais para o funcionamento da administração pública e a prestação de serviços à população. Inclui, por exemplo, a aquisição de medicamentos, merenda escolar, coleta de lixo domiciliar, dentre outros.

No âmbito das Despesas de Capital, destaca-se a rubrica Investimentos, que corresponde a 8,7% do total planejado. Nela estão alocados os recursos destinados à execução dos principais projetos estratégicos do município. Para o próximo quadriênio, está prevista a aplicação de R\$ 3,776 bilhões, o que equivale a mais de R\$ 944 milhões por ano em investimentos voltados ao desenvolvimento da cidade.

Gráfico 8 - Evolução dos Investimentos 2026 -2029 (R\$ 1,00)



Vale ressaltar que o investimento público é uma



importante ferramenta não só para impulsionar o desempenho econômico, mas também para a melhoria do capital social de uma população. O investimento em infraestruturas básicas de água e saneamento, equipamentos de saúde, educação, desporto, entre outros, possui correlação direta com a melhoria da qualidade de vida da população.

Distribuição por Função de Governo

Outra perspectiva relevante para a análise do planejamento e da distribuição da despesa pública é a classificação funcional. Esse método organiza o orçamento a partir das funções de governo, que representam o nível mais agregado das diversas áreas de atuação do setor público. Por meio dessa

classificação, é possível identificar, por exemplo, o montante de recursos destinados às funções Educação, Saúde, Urbanismo, entre outras.

A Tabela 4 apresenta o demonstrativo da alocação de recursos por função de governo previsto no PPA 2026–2029, permitindo visualizar de forma clara a prioridade conferida a cada área.

Tabela 4 - Valor dos Dispendios por Função

FUNÇÃO DE GOVERNO	2026	2027-2029	2026-2029	% 2026 - 2029
01 - LEGISLATIVA	363.940.349	1.242.990.879	1.606.931.228	2%
02 - JUDICIÁRIA	15.000	45.000	60.000	0,00%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	74.501.618	243.089.815	317.591.433	0,45%
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.579.425.414	4.762.545.294	6.341.970.708	8,99%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	448.986.965	1.508.272.851	1.957.259.816	2,77%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	337.901.638	1.056.971.545	1.394.873.183	1,98%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.626.077.595	5.692.861.579	7.318.939.174	10,38%
10 - SAÚDE	4.295.994.109	14.747.953.878	19.043.947.987	27,00%
11 - TRABALHO	13.430.271	41.391.185	54.821.456	0,08%
12 - EDUCAÇÃO	3.915.073.571	14.529.255.292	18.444.328.863	26,15%
13 - CULTURA	180.944.277	549.068.905	730.013.182	1,03%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	79.825.594	205.843.397	285.668.991	0,40%
15 - URBANISMO	635.331.627	2.166.536.089	2.801.867.716	3,97%
16 - HABITAÇÃO	44.056.693	142.035.849	186.092.542	0,26%
17 - SANEAMENTO	527.366.538	1.726.241.159	2.253.607.697	3,19%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	134.395.290	425.049.731	559.445.021	0,79%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.925.307	27.997.588	37.922.895	0,05%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	21.193.058	71.252.223	92.445.281	0,13%
25 - ENERGIA	210.150.037	677.699.660	887.849.697	1,26%
26 - TRANSPORTE	235.529.565	781.393.422	1.016.922.987	1,44%
27 - DESPORTO E LAZER	19.995.913	65.601.764	85.597.677	0,12%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.145.199.610	3.574.177.681	4.719.377.291	6,69%
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	92.158.196	312.620.570	404.778.766	0,57%
TOTAL	15.991.418.235	54.550.895.356	70.542.313.591	100,00%

Fonte: SEPOG



A análise das despesas fixadas para o Plano Plurianual, pelo enfoque das funções de governo, reflete o que já foi constatado na análise de distribuição por Eixos Estratégicos, demonstrando a primazia da alocação dos recursos nas áreas declaradas prioritárias pela administração municipal, sejam elas Saúde, Educação, Saneamento Básico e Urbanismo, essa última englobando os investimentos em infraestrutura, que juntas respondem em termos monetários por R\$ 42,543 bilhões.

Percentualmente essas áreas respondem por 60% do total previsto. Vale ressaltar também o peso das

funções Administração e Previdência, que são utilizadas para o pagamento de despesas voltadas para o funcionamento da máquina, nestas inseridas a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

Por fim, o plano apresentado para o quadriênio 2026–2029 foi elaborado com foco na construção de uma Fortaleza mais inclusiva, justa e comprometida com a redução das desigualdades sociais. A sua formulação esteve alinhada aos anseios da população e ao propósito maior que deve nortear toda administração pública: a promoção do bem-estar coletivo e a ampliação do capital social, sobretu-

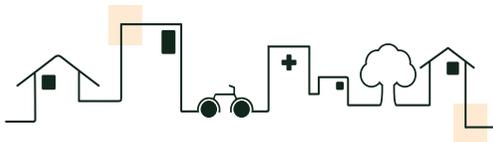
do das parcelas mais vulneráveis da sociedade.

Nesse contexto, mais do que cumprir a exigência legal de elaboração das peças constitucionais de planejamento, o processo de definição do plano refletiu um exercício democrático de escuta e construção coletiva, no qual o Poder Executivo buscou responder de forma responsável às demandas da sociedade. As escolhas realizadas consideraram os limites financeiros do município, priorizando políticas públicas que combinassem eficiência, eficácia e impacto social, com o objetivo de atender de maneira concreta os desafios e aspirações da população fortalezense.



7

GOVERNANÇA
DO PPA
2026 - 2029



>> Governança do PPA 2026-2029

A Governança do PPA 2026-2029 corresponde ao conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e procedimentos utilizados para monitorar, avaliar e direcionar a gestão pública, com vistas à consecução dos objetivos das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Ela desempenha um papel indispensável na implementação bem-sucedida desse instrumento de planejamento público, ao abranger os processos, estruturas e mecanismos por meio dos quais as decisões são tomadas e executadas. A governança deve promover a transparência, incentivar a participação social e assegurar a responsabilização dos gestores na condução das ações governamentais, definindo com clareza as responsabilidades de todos os atores envolvidos nas etapas de formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas.

Importa ressaltar que as etapas idealizadas para a governança do PPA 2026-2029 (elaboração, monitoramento, avaliação e revisão) estão amparadas em uma visão sistêmica do planejamento municipal.

Ao longo do desenvolvimento dessas etapas, alternam-se, de forma compartilhada e complementar, os papéis de coordenação e apoio, exercidos pela Secretaria Municipal do Planejamento Orçamento e Gestão (SEPOG), Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (IPPLAN), Secretaria Municipal de Relações Comunitárias (SERC), Conselho Municipal de Planejamento Participativo, (CMPP) e Conselho de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal de Fortaleza (COGERFFOR). Todos os demais órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura também integram o sistema de governança por meio da Rede de Planejamento e Gestão Orçamentária Municipal (RPM), constituída pelas coordenadorias e assessorias de planejamento. Essas áreas são responsáveis pela elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos planejamentos em nível setorial.

Elaboração

A construção do PPA 2026-2029 reflete um processo abrangente, inclusivo e responsável, fundamen-

tado nos princípios da Gestão para Resultados. Com base no diagnóstico da cidade, no Plano de Governo, no Plano Fortaleza 2040, no Plano Fortaleza Inclusiva, na participação popular e nos demais planos setoriais, foram definidos os objetivos estratégicos que nortearão as ações do próximo quadriênio.

Esses objetivos estão conectados aos Eixos Temáticos e se desdobram em programas estruturados, cada um com objetivos programáticos específicos. Os programas, por sua vez, contam com indicadores e metas próprias, além de ações vinculadas, com seus respectivos produtos, metas físicas e financeiras.

Para assegurar que os objetivos estratégicos do PPA 2026-2029 orientassem efetivamente a construção da matriz programática, a SEPOG, em articulação com a Rede de Planejamento e Gestão Orçamentária Municipal (RPM), coordenou a elaboração dos planejamentos estratégicos setoriais de forma integrada ao processo de planejamento orçamentário, conforme apresentado no fluxo a seguir.



Figura 1 - Processo de Alinhamento dos Planejamentos Estratégicos e Tático-Operacionais



Fonte: COPLAM/SEPOG. Elaboração: COPLAM/SEPOG.

Na definição dos projetos a serem executados nos próximos anos, as secretarias consideraram, além dos resultados esperados, as contribuições oriundas do processo participativo e os projetos estratégicos definidos pela alta gestão, respeitando o elemento fundamental básico da coprodução de políticas entre sociedade e setor público.

Monitoramento

A metodologia de monitoramento do PPA 2026-2029 tem como propósito fortalecer a gestão pública, promovendo maior transparência e efetividade na implementação das políticas públicas. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

1. Subsidiar a tomada de decisão dos gestores com base em dados qualificados sobre a execução programática;
2. Ampliar o acesso da sociedade às informações relativas ao desempenho das políticas públicas;
3. Antecipar a identificação de fatores críticos que possam comprometer o alcance das metas estabelecidas;
4. Viabilizar análises integradas - setoriais, interseoriais e territoriais - com foco nos resultados obtidos nas 12 regiões administrativas e seus 39 territórios;
5. Assegurar maior transparência e disponibilização de informações aos órgãos de controle interno e externo sobre a execução e os resultados das políticas e programas municipais.

O modelo está estruturado em dois níveis:

Base Estratégica, que contempla os objetivos, metas e indicadores estratégicos; e

Matriz Programática, composta por programas que agregam objetivos, metas, ações, produtos e indicadores de natureza tático-operacional.

O monitoramento dos indicadores estratégicos e programáticos, bem como das metas físicas das ações não orçamentárias prioritárias, será realizado periodicamente por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento de Fortaleza (SIOPFOR). Já o monitoramento das ações orçamentárias será conduzido por meio do Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários de Fortaleza (MAPPFOR). Esses sistemas são integrados entre si e também ao Sistema de Gestão de Recursos e Planejamento de Fortaleza – Financeiro e Contábil (GRPFOR-FC), plataforma responsável pelo registro da execução financeira do município.

As informações registradas nesses sistemas subsidiarão a elaboração dos Relatórios de Execução Orçamentária e dos Painéis de Monitoramento, que serão divulgados por meio do Canal do Planejamento da Prefeitura, com o objetivo de fortalecer



o controle social. O acompanhamento contínuo da execução permitirá analisar o desempenho dos programas e realizar os ajustes necessários, garantindo maior eficácia e efetividade das políticas públicas.

Integrado ao processo de monitoramento do plano, deverá ser firmado, por meio de instrumento gerencial, o monitoramento de projetos entendidos como prioritários frente ao alcance dos objetivos programáticos propostos, sendo o acompanhamento deste instrumento em especial monitorado por um corpo técnico que direcionará as ações e encaminhará a solução de problemas, correção de rumos, integração de projetos e/ou descontinuidade destes, conforme direcionamentos da gestão. O mesmo corpo técnico poderá ter como atribuição a qualificação das atividades realizadas pelos monitorados e atribuir pontuações que variam conforme desempenho.

Em comparação com o PPA anterior da cidade, o atual modelo de governança, em sua etapa de monitoramento, busca se aprofundar nas informações, em tempo oportuno, de modo a facilitar o controle social das ações, otimizar a alocação de recursos durante a execução orçamentária, fortalecer o processo de coordenação interinstitucional - evitando sobreposição de esforços, e, aprimorar uma gestão que gera resultados e valor público para a sociedade.

O monitoramento do plano, para além de uma obrigação legal, buscará se aproximar da linguagem consumida pela sociedade por meio dos veículos de comunicação, integrando as ações de monitoramento que ocorrem em rotinas da Rede Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária (RPM) com as ações de comunicação governamental lideradas pela SEGOV.

Alguns temas, em razão de sua relevância estratégica, recebem destaque por meio de Orçamentos Temáticos. No monitoramento, por meio de uma marcação gerencial das informações em nível de dotação orçamentária ou de subproduto, que é o menor grau de agregação da execução financeira, essa abordagem permite a visualização das realizações sob diferentes perspectivas. Nesse contexto, os Orçamentos Temáticos consistem na segmentação do orçamento por áreas ou temas específicos, possibilitando o acompanhamento e a avaliação transparente dos gastos realizados em políticas públicas prioritárias, tais como o Orçamento Criança e Adolescente (OCA), Orçamento da Primeira Infância (OPI), Plano Fortaleza Inclusiva (PFI), Orçamento de Participação Social, Orçamento Mulher, Orçamento Emprego e Geração de Renda, Orçamento Idoso e Orçamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre outros que venham a ser desenvolvidos.

Orçamentos Temáticos no PPA 2026 - 2029



Neste PPA, serão apresentados exemplos de Orçamentos Temáticos, destacando duas experiências de referência: o Plano Fortaleza Inclusiva e o Processo Participativo. Essas iniciativas ilustram a aplicação prática da metodologia orçamentária voltada para a promoção da inclusão social e para o fortalecimento da participação cidadã na definição das prioridades municipais.



Avaliação e Revisão

A avaliação e a revisão do PPA 2026–2029 constituem etapas essenciais para assegurar a efetividade do planejamento municipal e permitir a adaptação contínua das políticas públicas às demandas da população e às transformações no contexto socioeconômico.

Com base nas informações sistematizadas pela Rede de Planejamento e Gestão Orçamentária Municipal (RPM) e registradas nos sistemas SIOPFOR e MAPPFOR, sob a coordenação da SEPOG, o IPPLAN será responsável pela condução das avaliações bianuais do Plano Plurianual. Esses processos avaliativos serão formalizados por meio de relatórios analíticos, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara

Municipal até os dias 30 de abril de 2028 e 30 de abril de 2030, referentes, respectivamente, aos biênios 2026-2027 e 2028-2029.

A primeira avaliação bianual terá como foco aferir os avanços obtidos no ciclo inicial de execução do PPA, com ênfase nos resultados estratégicos alcançados. A partir dessa análise, a Prefeitura poderá formular uma proposta de revisão geral do Plano, com o objetivo de alinhar os programas às condições reais de execução, incorporar aprendizados e atender a novas demandas surgidas durante a implementação.

A segunda avaliação, correspondente ao biênio 2028–

2029, assume um papel estratégico na preparação do próximo ciclo de planejamento (PPA 2030–2033), oferecendo subsídios qualificados para o aprimoramento da gestão pública e para a formulação de novas diretrizes e prioridades do governo municipal.

Ambas as avaliações têm como princípios orientadores a transparência, a responsabilização dos gestores públicos e a participação social. Seus resultados serão amplamente divulgados por meio de relatórios públicos e painéis interativos no Canal do Planejamento da Prefeitura, com o objetivo de fortalecer o controle social e a cultura de monitoramento orientado por evidências.



ANEXOS



[HTTPS://PLANEJAMENTO.FORTALEZA.CE.GOV.BR/PROGRAMAS/101-ANEXOS-PPA-2026-2029.HTML](https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/programas/101-anexos-ppa-2026-2029.html)





FORTALEZA
PREFEITURA